

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE
DO NORTE

CAMILA SAIURY PEREIRA SILVA

**MAPAS GEOGRÁFICOS COMO FERRAMENTA DE USO NA EDUCAÇÃO
ESCOLAR: UMA PROPOSTA DE CONSTRUÇÃO DE UM ATLAS GEOGRÁFICO
DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS-RN**

NATAL
2025

CAMILA SAIURY PEREIRA SILVA

**MAPAS GEOGRÁFICOS COMO FERRAMENTA DE USO NA EDUCAÇÃO
ESCOLAR: UMA PROPOSTA DE CONSTRUÇÃO DE UM ATLAS GEOGRÁFICO
DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS-RN**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso Superior de Licenciatura em
Geografia do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte,
em cumprimento às exigências legais como
requisito parcial à obtenção do título de
Licenciado em Geografia.

Orientador: Dr. Malco Jeiel de Oliveira
Alexandre

NATAL

2025

Silva, Camila Saiury Pereira.

S586m Mapas geográficos como ferramentas de uso na educação escolar : uma proposta de construção de um atlas geográfico do município de Bom Jesus-RN / Camila Saiury Pereira Silva. – 2025.

91 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2025.
Orientador(a): Dr. Malco Jeiel de Oliveira Alexandre.

1. Geografia – Ensino. 2. Linguagem cartográfica. 3. Mapas geográficos – Material didático. I. Título.

SIBi/IFRN

CDU 911:37(813.2)

CAMILA SAIURY PEREIRA SILVA

**MAPAS GEOGRÁFICOS COMO FERRAMENTA DE USO NA EDUCAÇÃO
ESCOLAR: UMA PROPOSTA DE CONSTRUÇÃO DE UM ATLAS GEOGRÁFICO
DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS-RN**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso Superior de Licenciatura em
Geografia do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte,
em cumprimento às exigências legais como
requisito parcial à obtenção do título de
Licenciado em Geografia.

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em 13 / 08 / 2025 pela seguinte Banca
Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **MALCO JEIEL DE OLIVEIRA ALEXANDRE**
Data: 24/10/2025 18:39:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Malco Jeiel de Oliveira Alexandre, Dr. – Orientador

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Documento assinado digitalmente
 **MARIA LUIZA DE MEDEIROS GALVAO**
Data: 29/10/2025 09:55:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Maria Luiza de Medeiros Galvão, Dra. – Examinadora

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Documento assinado digitalmente
 **FRANCISCO EDNARDO GONCALVES**
Data: 28/10/2025 19:41:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Francisco Ednardo Gonçalves, M.e – Examinador

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Dedico este trabalho ao meu esposo, Helton Barbosa, que me incentivou a seguir na Geografia e ver o mundo com outros olhos.

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), pela oportunidade de acesso a uma educação pública, gratuita e de qualidade – um investimento coletivo que possibilitou esta etapa essencial da minha formação.

Aos docentes do curso de Licenciatura em Geografia e de outros departamentos, que, com suas diferentes trajetórias, metodologias e visões de mundo, contribuíram significativamente para a construção do meu conhecimento e para o meu crescimento enquanto educadora e cidadã. Agradeço, com carinho e respeito, aos professores: Adriana Claudia, Alian Paiva, André Nobrega, Eulalia Carvalho, Francisco Carlos, Geovany Pachelly, Gilene Medeiros, Gueidson Lima, João Correia, Maria Cristina, Maria da Gloria, Miguel Borges, Moises Advíncula, Nadja Costa, Narla Musse, Oziel Pontes, Rocha da Rocha e Ursula Brugge.

À professora Maria Luiza de Medeiros Galvão, agradeço de forma especial pelo acompanhamento atento na disciplina Seminário II, orientando-me quanto à estrutura acadêmica, às normas e à padronização do trabalho científico, o que foi essencial para a construção desta monografia.

Ao professor Francisco Ednardo Gonçalves, pelo incentivo ao longo da graduação. Suas provocações e sua confiança em meu potencial foram fundamentais para que eu repensasse minha trajetória e optasse pela área de ensino, em vez da vertente técnica que anteriormente considerava.

Ao professor Malco Jeiel de Oliveira Alexandre, meu orientador, expresso minha mais profunda gratidão. Sua orientação firme, dedicada e generosa acompanhou minha trajetória ao longo de toda a graduação, indo muito além da monografia. Sua escuta atenta, seus conselhos e sua confiança foram fundamentais para a consolidação deste trabalho e da minha formação como futura professora de Geografia.

Às amigas construídas ao longo do curso, levo comigo o aprendizado coletivo, o apoio mútuo e os afetos compartilhados. Em especial, à minha amiga Rosylene Themistocles, companheira de caminhada e de superação nesta reta final.

A todos e todas que, direta ou indiretamente, contribuíram com minha formação: meu sincero muito obrigada.

RESUMO

O presente trabalho constitui uma proposta de elaboração de um Atlas Geográfico Escolar para o município de Bom Jesus-RN. O objetivo foi desenvolver um material didático capaz de sistematizar os aspectos naturais e sociais do território local e de promover um Ensino de Geografia contextualizado com o lugar de vivência dos educandos. Este estudo adotou uma abordagem que integra três dimensões: técnica, pedagógica e crítica. Metodologicamente, caracteriza-se por uma abordagem mista, que articula aspectos qualitativos e quantitativos, de natureza aplicada, com fins exploratórios e descritivos. Os procedimentos envolveram levantamento teórico e documental, atividades de campo e técnicas de geoprocessamento voltadas à produção da cartografia temática. Os resultados sugerem que a representação cartográfica do território de Bom Jesus-RN contribui para o desenvolvimento do pensamento espacial e amplia as possibilidades de mediação didática. Conclui-se que a elaboração do atlas representa uma forma de valorizar o território dos estudantes, reafirma o lugar como ponto de partida para o Ensino de Geografia e fortalece práticas pedagógicas mais contextualizadas, apontando caminhos para futuras iniciativas que valorizem o lugar como categoria central na construção de saberes escolares.

Palavras-chave: Ensino de Geografia; linguagem cartográfica; material didático.

ABSTRACT

This work presents a proposal for the development of a School Geographic Atlas for the municipality of Bom Jesus-RN, in the state of Rio Grande do Norte, Brazil. The objective was to create a didactic resource capable of systematizing the natural and social aspects of the local territory and promoting geography teaching that is contextualized with the students' place of living. The study adopted an approach that integrates three dimensions: technical, pedagogical, and critical. Methodologically, it is characterized as a mixed approach, combining qualitative and quantitative aspects, with an applied nature and exploratory and descriptive purposes. The procedures involved theoretical and documental research, field activities, and geoprocessing techniques aimed at producing thematic cartography. The results suggest that the cartographic representation of Bom Jesus-RN' territory contributes to the development of spatial thinking and broadens the possibilities for didactic mediation. It is concluded that the elaboration of the atlas represents a way to value students' territory, reaffirms place as a starting point for geography teaching, and strengthens more contextualized pedagogical practices, pointing to future initiatives that emphasize place as a central category in the construction of school knowledge.

Keywords: geography teaching; cartographic language; teaching material.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Letreiro da cidade de Bom Jesus-RN.....	39
Fotografia 2 – Lagoa das Panelas, local de origem do povoamento de Bom Jesus-RN, com a feira livre ao fundo.	40
Fotografia 3 –Feira livre às margens da Lagoa das Panelas, com a Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus ao fundo.	40
Fotografia 4 – Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus, símbolo religioso e histórico do município.	41
Fotografia 5 – Trecho da rodovia BR-226, zona rural do município de Bom Jesus-RN.	42
Fotografia 6 – Centro comercial às margens da BR-226, na zona urbana de Bom Jesus-RN.	43
Fotografia 7 – Fachada da Câmara Municipal de Bom Jesus-RN e o Auditório Vereador Expedito Farias da Rocha, espaços destinados às atividades legislativas e eventos oficiais do município.	45
Fotografia 8 – Plantação de feijão, zona rural do município de Bom Jesus-RN.	54
Fotografia 9 – Plantação de mandioca, zona rural do município de Bom Jesus-RN.	55
Fotografia 10 – Sede da Associação de Agricultores Familiares de Bom Jesus-RN.	56
Fotografia 11 – Criação de bovinos, zona rural do município de Bom Jesus-RN.	57
Fotografia 12 – Afloramento rochoso na zona rural de Bom Jesus-RN.....	62
Fotografia 13 – Detalhe de afloramento rochoso com presença de vegetação herbácea e arbustiva.	62
Fotografia 14 – Exposição superficial de Argissolo no município de Bom Jesus-RN.....	66
Fotografia 15 – Ocorrência de Latossolo Amarelo Distrófico em área rural de Bom Jesus-RN.	67
Fotografia 16 – Paisagem com relevo aplainado no município de Bom Jesus-RN.....	71
Fotografia 17 – Relevo suave ondulado ao longo da BR-226, no município de Bom Jesus-RN.	72
Fotografia 18 – Paisagem típica do relevo suave ondulado em Bom Jesus-RN, com destaque para as formas planas e transições sutis de altitude.....	73
Fotografia 19 – Vista de terrenos aplainados em primeiro plano, seguidos por relevo suavemente ondulado e elevação ao fundo, município de Bom Jesus-RN.	73
Fotografia 20 – Ponte sobre o Rio Bom Jesus na entrada da zona urbana do município de Bom Jesus-RN.....	74

Fotografia 21 – Espelho d’água do Rio Bom Jesus e moradias localizadas em área de vazante.	76
Fotografia 22 – Lagoa das Panelas, localizada na área urbana do município de Bom Jesus-RN.	77

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização do município de Bom Jesus, no estado do Rio Grande do Norte.....	38
Mapa 2 – Espaço urbano e espaço rural do município de Bom Jesus, RN.	42
Mapa 3 – Divisão dos setores censitários do município de Bom Jesus, RN.	46
Mapa 4 – Número de pessoas residentes por setor censitário no município de Bom Jesus, RN.	47
Mapa 5 – Número de pessoas por sexo em cada setor censitário do município de Bom Jesus, RN.....	49
Mapa 6 – Uso e cobertura da terra no município de Bom Jesus, RN.....	53
Mapa 7 – Renda média dos responsáveis por domicílio nos setores censitários do município de Bom Jesus, RN.	59
Mapa 8 – Unidades geológicas do município de Bom Jesus, RN.	61
Mapa 9 – Principais classes de solos do município de Bom Jesus, RN.	65
Mapa 10 – Classes geomorfológicas do município de Bom Jesus, RN.	69
Mapa 11 – Classificação altimétrica do município de Bom Jesus, RN.....	70
Mapa 12 – Bacias hidrográficas do município de Bom Jesus, RN.....	75

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Crescimento da população residente no município de Bom Jesus-RN.	48
Gráfico 2 – Distribuição percentual da população de Bom Jesus-RN por sexo.	50
Gráfico 3 – Pirâmide etária da população do município de Bom Jesus-RN.	51
Gráfico 4 – População residente no município de Bom Jesus-RN por cor ou raça.	52
Gráfico 5 – Principais rebanhos do município de Bom Jesus-RN.	57

LISTA DE SIGLAS

ANA	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CANIE	Cadastro Nacional de Informações Espeleológicas
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ESA	Agência Espacial Europeia
GPS	Sistema de Posicionamento Global
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDEMA	Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte
IDTU	Índice de Desenvolvimento Territorial Urbano
IGARN	Instituto de Gestão das Águas do Estado do Rio Grande do Norte
IFRN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
KMZ	Keyhole Markup Language Zipped
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDE	Modelo Digital de Elevação
NASA	National Aeronautics and Space Administration
NDVI	Índice de Vegetação por Diferença Normalizada
PIB	Produto Interno Bruto
PRP	Programa de Residência Pedagógica
RMN	Região Metropolitana de Natal
RN	Rio Grande do Norte
SIG	Sistemas de Informações Geográficas
SGB	Serviço Geológico do Brasil
SR	Sensoriamento Remoto
SRTM	Shuttle Radar Topography Mission

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1	EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E O PAPEL DA CARTOGRAFIA NA ABORDAGEM DA DIMENSÃO DO LUGAR.....	19
2.2	FUNDAMENTOS CONCEITUAIS INTER-RELACIONADOS NA FORMAÇÃO DO OLHAR GEOGRÁFICO.....	22
3	METODOLOGIA.....	26
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	26
3.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	27
3.2.1	Aporte teórico e documental.....	27
3.2.2	Atividades de campo.....	28
3.2.3	Geoprocessamento para construção do atlas municipal.....	29
3.2.3.1	Sistematização de bases vetoriais oficiais.....	29
3.2.3.2	Levantamento temático por sensoriamento remoto.....	31
3.2.3.3	Desenvolvimento das representações cartográficas aplicadas ao ensino.....	32
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	34
4.1	UMA PROPOSTA DE ATLAS GEOGRÁFICO PARA O MUNICÍPIO DE BOM JESUS – RN.....	34
4.1.1	Formação Territorial.....	34
4.1.2	Localização.....	37
4.1.3	Demografia.....	45
4.1.4	Economia.....	52
4.1.5	Renda.....	58
4.1.6	Geologia.....	60
4.1.7	Pedologia.....	64
4.1.8	Geomorfologia.....	68
4.1.9	Hidrografia.....	74
4.2	REFLEXÕES SOBRE O USO DO ATLAS COMO MATERIAL DIDÁTICO NA MEDIAÇÃO DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO.....	77
5	CONCLUSÕES.....	83
	REFERÊNCIAS	84
	APÊNDICE A – ATLAS GEOGRÁFICO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS-RN	91

1 INTRODUÇÃO

O Ensino de Geografia, como prática educativa comprometida com a formação crítica dos sujeitos, objetiva a compreensão das interações entre sociedade e natureza, articuladas pelas dinâmicas espaciais (Celeri; Lima; Oliveira, 2017). No âmbito da educação básica, ensinar Geografia significa criar situações didáticas que favoreçam o desenvolvimento do pensamento espacial – mediante conceitos espaciais, representações e raciocínio – permitindo ao estudante interpretar o mundo geográfico e exercer seu papel cidadão de forma crítica (Castellar; Vilhena, 2022).

Apesar dos objetivos formativos do ensino de Geografia, observa-se que, na prática pedagógica, muitos professores enfrentam desafios para diversificar os materiais didáticos utilizados em sala de aula. Essa dificuldade decorre em parte da falta de estrutura, de materiais adequados e da ausência de formação continuada que favoreça o uso eficaz de recursos contextualizados (Almeida, 2020; Alencar; Silva, 2018). Como resultado, prevalecem materiais de caráter genérico, frequentemente desconectados da realidade vivida pelos estudantes (Garcia *et al.*, 2022).

O material didático, no Ensino de Geografia, não pode ser reduzido a um suporte ilustrativo ou neutro. Ele assume o papel de linguagem de mediação entre o conhecimento científico e os saberes dos estudantes, o que exige intencionalidade pedagógica e atenção às experiências que os alunos trazem de seus contextos (Moura Júnior; Miranda; Cavalcanti, 2022). Quando territorializados, esses materiais deixam de ser genéricos e passam a incorporar referências do lugar vivido, fortalecendo a construção de um pensamento geográfico situado e sensível às realidades concretas dos educandos (Oliveira; Lima, 2021).

No cenário educacional brasileiro, o livro didático permanece como o principal instrumento pedagógico utilizado nas salas de aula (Garcia *et al.*, 2022). Embora sua importância na organização curricular seja inegável, a dependência exclusiva desse recurso pode limitar o processo de ensino e aprendizagem, sobretudo quando não é articulado a outras estratégias pedagógicas. Em muitos casos, os livros didáticos, por buscarem uma abrangência nacional, frequentemente adotam uma visão mais genérica e apresentam o conteúdo em macroescala, o que pode gerar lacunas na conexão dos alunos com sua realidade local (Andrade; Furlan, 2011).

Por essa razão, a produção de materiais didáticos que considerem as especificidades do território local configura uma estratégia pedagógica relevante. Sobretudo em municípios de pequeno porte, como os situados no interior do Rio Grande do Norte, onde o cotidiano dos

estudantes tende a ser invisibilizado por abordagens generalistas dos livros didáticos convencionais. Nesses contextos, a presença de recursos como os Atlas escolares possibilita o fortalecimento do vínculo entre o conhecimento escolar e o espaço vivido. Ao trabalhar com escalas mais próximas da realidade dos estudantes, esse tipo de material contribui para a valorização da identidade local, promove o senso de pertencimento e amplia as possibilidades de mediação pedagógica por meio da representação cartográfica do município, auxiliando, assim, na leitura crítica das paisagens do lugar para a compreensão do mundo (Andrade; Furlan, 2011).

Sob esse ponto de vista, Salmeron e Endlich (2020) ressaltam que os atlas escolares municipais desempenham um papel essencial no processo de ensino e aprendizagem. Isso ocorre porque a reunião de mapas e informações específicas sobre o espaço local possibilita a construção da consciência espacial e a interpretação crítica dos fenômenos vivenciados diariamente pelos educandos.

Diante desse cenário, a proposta de Atlas Geográfico do Município de Bom Jesus-RN constituiu uma iniciativa para contribuir com a produção de materiais didáticos que abordem, de forma sistematizada, as particularidades do território local. O atlas integra informações cartográficas, estatísticas e descritivas sobre os aspectos físicos, socioeconômicos e ambientais do município; oferece a professores e estudantes um recurso que valoriza o lugar como ponto de partida para a compreensão das dinâmicas socioespaciais.

A escolha do município de Bom Jesus-RN como recorte espacial desta pesquisa se deu pela proximidade com a capital, Natal, o que possibilitou o acesso ao território para a realização das atividades de campo. Considerou-se também a dimensão territorial. Ademais, a escolha reflete um interesse pessoal em compreender e valorizar as dinâmicas territoriais de municípios do interior potiguar, reconhecendo a importância de estudar realidades locais que, em geral, recebem menor atenção em pesquisas acadêmicas.

O município de Bom Jesus-RN está situado a aproximadamente 50 km da capital, Natal, na microrregião do Agreste Potiguar. Com uma área de 122,035 km², o município abriga, segundo o último censo demográfico de 2022, cerca de 9.952 habitantes (IBGE, 2023). Em 2019, Bom Jesus-RN foi o último município a ser integrado à Região Metropolitana de Natal (RMN) por meio da Lei Complementar nº 648, de 30 de abril de 2019, após um esforço político que visou fortalecer sua conexão com a capital e promover o desenvolvimento regional.

A partir do exposto, a questão norteadora deste trabalho consistiu em: como estruturar uma proposta de Atlas Geográfico Escolar do Município de Bom Jesus-RN que sistematize os aspectos sociais e naturais do território e contribua para a prática pedagógica dos professores

de Geografia no ensino fundamental? A elaboração dessa proposta parte da necessidade de materiais didáticos que dialoguem com as especificidades do lugar onde os alunos vivem, especialmente em contextos escolares fora dos grandes centros urbanos, como é o caso de muitos municípios do interior. Ao estimular a articulação entre o conteúdo curricular e a realidade local, o atlas busca se consolidar como um recurso pedagógico que valoriza o território e potencializa o Ensino de Geografia na educação básica.

Para responder à questão proposta, este trabalho teve como objetivo geral elaborar uma proposta de Atlas Geográfico Escolar para o município de Bom Jesus-RN, contemplando as especificidades do lugar nas dimensões natural e social, com a finalidade de oferecer um recurso didático contextualizado para o Ensino de Geografia na educação básica. Para atingir esse objetivo, definiram-se como objetivos específicos: (i) levantar e sistematizar uma base de dados cartográficos, estatísticos e bibliográficos referentes às dimensões naturais e sociais do município de Bom Jesus-RN; (ii) elaborar mapas temáticos que representem os principais aspectos do lugar, utilizando técnicas de geoprocessamento; e (iii) descrever as características identificadas nos mapas, indicando possibilidades de sua utilização como material didático na mediação do conhecimento no Ensino de Geografia.

Fundamentalmente, a elaboração do Atlas Geográfico Escolar de Bom Jesus-RN fundamenta-se nas diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Essas normativas orientam a necessidade de um Ensino de Geografia contextualizado e significativo. A LDB, em seu artigo 26, destaca a importância da diversificação curricular conforme as características regionais e locais, o que possibilita aos estudantes a compreensão dos fenômenos geográficos a partir de seu território de vivência (Brasil, 1996). Por sua vez, a BNCC reforça o desenvolvimento do raciocínio geográfico por meio da utilização de linguagens cartográficas e geotecnologias, com fomento à autonomia e ao pensamento crítico dos alunos (Brasil, 2018).

A motivação para a realização desta pesquisa surgiu do desejo de aproximar minha formação acadêmica da experiência profissional. Ao longo da licenciatura em Geografia, tive contato com reflexões importantes sobre os processos educativos, enquanto, paralelamente, atuava com geoprocessamento em uma empresa de consultoria ambiental. Essa vivência despertou em mim o interesse em integrar o uso das geotecnologias ao Ensino de Geografia, de forma que essas ferramentas pudessem contribuir efetivamente para a prática docente. Durante a participação no Programa de Residência Pedagógica (PRP), especialmente nas turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), essa intenção ganhou novos contornos. Ao perceber a escassez de materiais didáticos conectados à realidade dos estudantes, compreendi a

importância de produzir recursos que valorizem o território e possibilitem o tratamento de conteúdos relevantes com base em dados locais. A proposta de elaboração de um atlas escolar surgiu, portanto, como uma forma de unir diferentes campos de conhecimento e atender a uma demanda concreta observada na prática educativa.

Por meio de mapas temáticos, fotografias e descrições sobre os aspectos naturais e sociais do município, o material favorece a leitura do território e amplia a compreensão das dinâmicas espaciais que o constituem. Além disso, potencializa o vínculo dos estudantes com o lugar onde vivem, fortalecendo o reconhecimento de sua identidade territorial. Dessa forma, a criação do Atlas Geográfico Escolar de Bom Jesus-RN representa uma contribuição concreta para o trabalho docente e para a construção de práticas educativas mais contextualizadas na educação básica.

Este trabalho de conclusão de curso está estruturado em cinco capítulos, além das referências e do apêndice. O Capítulo 1, ora apresentado, introduziu o contexto da pesquisa, a problemática e os objetivos do estudo. O Capítulo 2 apresenta o referencial teórico que fundamentou a pesquisa, com enfoque na Educação geográfica, no papel da cartografia no ensino e nos conceitos estruturantes da Ciência Geográfica. No Capítulo 3, descrevem-se os procedimentos metodológicos adotados, que compreendem o levantamento bibliográfico, atividades de campo e o uso de técnicas de geoprocessamento para a elaboração do atlas. O Capítulo 4 contempla os resultados e a discussão, organizados na proposta de um atlas geográfico escolar para o município e em reflexões sobre seu potencial como recurso didático. Por fim, o Capítulo 5 traz as conclusões, destacando as contribuições do estudo para o Ensino de Geografia e apontando possibilidades para futuras investigações.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E O PAPEL DA CARTOGRAFIA NA ABORDAGEM DA DIMENSÃO DO LUGAR

No campo da educação geográfica, compreender a dimensão do lugar é fundamental para o desenvolvimento do pensamento espacial dos estudantes. Tal compreensão é potencializada pelo uso da cartografia, que viabiliza aos educandos estabelecer relações com o espaço vivido e, assim, construir uma base para a formação de um pensamento espacial crítico (Castellar, 2017).

Ainda de acordo com a autora, “as relações espaço-temporais são fundamentais para o desenvolvimento do pensamento espacial e para a análise geoespacial” (Castellar, 2017, p. 210). Em outras palavras, trata-se de desenvolver a habilidade de compreender como os fenômenos geográficos se organizam e se transformam no tempo e no espaço, reconhecendo as relações entre objetos, padrões, processos e escalas, além de interpretar as múltiplas dimensões do mundo ao nosso redor. Ao mobilizar esse pensamento espacial, a educação geográfica amplia a capacidade dos educandos de observar, comparar, relacionar e atribuir sentido ao espaço que os envolve, contribuindo, assim, para a formação de uma consciência cidadã (Castellar, 2017).

Nesse sentido, Straforini (2018) destaca que o Ensino de Geografia exerce papel formador ao capacitar os estudantes a ler criticamente o espaço e refletir sobre as dinâmicas socioespaciais que moldam a realidade. À medida que os alunos reconhecem as desigualdades e compreendem como o espaço é historicamente produzido, desenvolvem potencial para intervir de modo consciente no território em que vivem, por meio de práticas espaciais insurgentes – entendidas como ações que desafiam a lógica dominante e propõem formas alternativas de organização do espaço, pautadas pela justiça social (Straforini, 2018).

A Cartografia Escolar, nesse contexto, se destaca como uma linguagem específica da Geografia. Castellar (2017) argumenta que, assim como a linguagem verbal ou matemática, a Cartografia permite representar e comunicar informações sobre o espaço, materializando o conhecimento geográfico de forma visual e concreta. Com isso, ela facilita a compreensão dos fenômenos espaciais, tornando o aprendizado mais acessível para os alunos.

Com base nessa perspectiva, Callai (2023, p. 4) reforça que a Cartografia constitui a “linguagem singular” da Geografia ensinada nas escolas, assumindo papel central na comunicação e expressão do conhecimento geográfico, além de possibilitar aos alunos a leitura e interpretação do espaço. Essa forma de linguagem, segundo a autora, “é a cartografia, a

linguagem que na Geografia escolar, se constitui como forma de sistematização e de representação dos conhecimentos” (Callai, 2023, p. 4), e encontra sua manifestação tanto nos mapas oficiais e materiais didáticos quanto nas representações produzidas em processos investigativos escolares, sobretudo naqueles que exploram o lugar e o cotidiano vivido pelos alunos.

Cabe destacar, ainda, que, segundo Callai (2023), a Cartografia ultrapassa os limites da prática escolar e da própria Geografia enquanto ciência, no qual desempenha um papel que vai além da mera técnica ou do conteúdo didático. Para ilustrar essa função mais ampla, Callai (2023) observa que “os mapas e, os processos de sua elaboração passam por caminhos que dizem da necessidade de demarcar espaços, de representar lugares, de sistematizar informações de roteiros, de localizações, de extensões” (Callai, 2023, p. 4), o que evidencia sua importância como prática humana essencial na organização do espaço vivido.

Aprofundar essa compreensão implica refletir sobre a dimensão do lugar, uma vez que é por meio dela que a Educação Geográfica se conecta ao vivido, ao cotidiano e ao sentimento de pertencimento. Segundo Carlos (1996), o conceito de lugar está profundamente ligado ao plano do vivido, à dimensão prática, sensível e concreta da vida cotidiana. O lugar não é apenas uma porção delimitada do espaço, mas o espaço socialmente construído, onde se materializam as relações sociais, as práticas cotidianas, as memórias e os afetos. Para a autora, “o lugar se produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular”, sendo o espaço onde a vida se realiza e se expressa nas práticas do dia a dia (Carlos, 1996, p. 14). É nesse espaço que o corpo habita, os sentidos se orientam, os caminhos são traçados e a identidade se constrói, configurando o que a autora expressa como a tríade habitante–identidade–lugar – uma relação indissociável entre quem habita, o sentimento de pertencimento e o espaço vivido (Carlos, 1996).

Essa perspectiva de lugar exige que o Ensino de Geografia não se limite à transmissão de representações abstratas do espaço, mas que se construa como um processo que parte da vivência concreta dos sujeitos em seu território. Por conseguinte, o uso de mapas que representam o lugar dos alunos, como os mapas de um atlas escolar municipal aqui proposto, possibilita que o espaço cotidiano, aquele “habitado pelo corpo, pelos sentidos, pelos passos” (Carlos, 1996, p. 18), seja reconhecido, interpretado e ressignificado através da educação.

Ao dar visibilidade ao lugar vivido, o atlas escolar transforma-se em um dispositivo de leitura crítica da realidade, articulando a tríade habitante–identidade–lugar, ao permitir que o aluno se reconheça como sujeito produtor e parte constitutiva desse espaço. Com esse direcionamento, o Ensino de Geografia, mediado por mapas do lugar, tem potencial para romper

com a exterioridade do conhecimento geográfico tradicional e pode instaurar um olhar atento ao singular, ao próximo, ao particular, enquanto expressão concreta das contradições do mundo. A partir dessa compreensão, o atlas escolar deixa de ser apenas um instrumento técnico e se constitui como prática social de apropriação e compreensão do lugar, capaz de fomentar o pertencimento, a identidade e a consciência crítica sobre o espaço vivido.

Como ferramenta didática no Ensino de Geografia, o atlas municipal também é reconhecido por Callai (2020, 2023), que evidencia sua importância na sistematização do conhecimento geográfico sobre o lugar. Ainda segundo a autora, o recurso oferece aos alunos uma oportunidade para que se reconheçam como parte do território, o que pode contribuir para a formação da identidade e de uma consciência cidadã. Além disso, ensina a organização do pensamento acerca da realidade vivida no cotidiano, conectando o espaço local com o global e colaborando para uma compreensão crítica do lugar onde ocorre a vida (Callai, 2020, 2023).

Para evitar explicações superficiais que limitem a percepção e a cartografia ao visível e ao vivido em um dado momento, Callai (2020, 2023) propõe três conceitos fundamentais. Segundo a autora, cada lugar, como um município, é composto por uma população (grupo), que possui uma história (tempo) e se desenvolve em um sítio (espaço). Sob esse enfoque, conhecer um município por inteiro exige considerar as dinâmicas sociais, as transformações históricas e as características espaciais que o definem.

De acordo com Guedes, Costa e França (2024), ao elaborarem o “Material Didático para o Ensino do Lugar: o Atlas Escolar de Fernando Pedroza/RN”, os autores enfatizam que os atlas escolares municipais constituem recursos pedagógicos fundamentais para o Ensino de Geografia, por promoverem a interlocução entre os saberes geográficos e a realidade local dos estudantes. Esses materiais transcendem a função de simples repositórios cartográficos e de dados, configurando-se como instrumentos que articulam o conhecimento geográfico às experiências concretas dos alunos. Ao adotar o município como escala de análise, o atlas aproxima o ensino da Geografia do cotidiano, potencializando sua dimensão formativa. Essa abordagem valoriza o espaço local como ponto de partida para a compreensão de escalas territoriais mais amplas (Guedes; Costa; França, 2024).

Por essa razão, o atlas escolar consolida-se como um recurso pedagógico para articular a cartografia ao conceito de lugar no Ensino de Geografia. Oliveira *et al.* (2017, p. 116) destacam que:

A utilização dos atlas municipais pode evidenciar as intensas transformações que ocorrem no espaço físico e social, sendo que o lugar se coloca como categoria chave neste processo, pois o que está próximo pode ser melhor

compreendido e relacionado a outras realidades não vivenciadas diretamente pelos sujeitos (Oliveira *et al.*, 2017, p. 116).

Sob essa ótica, Guedes, Costa e França (2024) reforçam a crescente necessidade de que a Geografia, enquanto disciplina escolar, disponha de instrumentos e metodologias mais didáticas e acessíveis, visando despertar o interesse do educando e, conseqüentemente, promover uma aprendizagem significativa ao longo do percurso educacional.

Nessa direção, Oliveira *et al.* (2017, p. 118) ressaltam que o atlas escolar municipal deve ser inserido na prática pedagógica "não como mais um recurso, mas para a promoção da aprendizagem discente imbuída de significado concreto, de autonomia e reconhecimento deste, enquanto sujeito da produção do espaço no qual se inserem". Portanto, discutir quais são as funções e finalidades do atlas escolar, para além de seu uso instrumental, constitui um exercício pedagógico fundamental para a construção de práticas mais intencionais e coerentes com os objetivos formativos da Geografia escolar.

Diante do exposto, entende-se que aproximar o Ensino de Geografia da realidade vivida pelos alunos é fundamental para despertar o seu interesse. Quando o conteúdo aborda aspectos do lugar onde eles vivem, torna-se mais fácil conectar os saberes geográficos às suas experiências cotidianas, o que pode desenvolver a compressão tanto de temas específicos da disciplina quanto de questões mais amplas, em uma perspectiva transversal. Nesse processo, a cartografia, por meio dos mapas temáticos presentes no atlas escolar, pode concretizar-se como um instrumento estratégico na mediação do conhecimento, ao conectar o currículo escolar ao território vivido pelos estudantes.

Assim, o professor pode utilizar a linguagem cartográfica, alinhada à vivência dos alunos e à intencionalidade pedagógica, para construir um ensino que forma sujeitos críticos, capazes de compreender as dinâmicas socioespaciais e atuar de forma consciente na sociedade em que estão inseridos.

2.2 FUNDAMENTOS CONCEITUAIS INTER-RELACIONADOS NA FORMAÇÃO DO OLHAR GEOGRÁFICO

A construção de um olhar geográfico crítico no processo de ensino e aprendizagem exige o domínio de conceitos estruturantes da ciência geográfica, assim como o uso de instrumentos que contribuam para a leitura e a representação do espaço. No Ensino de Geografia, esses elementos são fundamentais para compreender as dinâmicas territoriais, as interações entre sociedade e natureza e as diferentes formas de apropriação do território. Neste

tópico, serão abordados conceitos como paisagem, região, território e escalas, além de ferramentas como o atlas escolar e as geotecnologias, essenciais para o desenvolvimento do raciocínio espacial.

Partindo dessa premissa, a metodologia sistêmica e crítica, conforme apresentado por Adorno, Santos e Barreiros (2021), parte do princípio de que a paisagem e o espaço geográfico devem ser compreendidos como sistemas dinâmicos, resultado da interação entre elementos naturais e antrópicos. Esse enfoque recusa explicações que separem sociedade e natureza, propondo análises integradas e contextualizadas. Para os autores, aplicar essa metodologia exige atenção às particularidades de cada recorte espacial, à multiplicidade de escalas e à complexidade dos processos socioambientais, evitando simplificações e promovendo diagnósticos mais completos e fundamentados no Ensino de Geografia (Adorno; Santos; Barreiros, 2021).

Nesse sentido, os conceitos fundamentais de espaço, lugar, território, região e paisagem são essenciais para a construção do conhecimento geográfico e para o desenvolvimento do pensamento crítico, devendo ser trabalhados desde cedo no Ensino de Geografia, conforme destacam Oliveira *et al.* (2020). A integração e o domínio desses conceitos potencializam a formação de uma consciência crítica e ampliam a capacidade dos estudantes de compreender e analisar o espaço geográfico em suas múltiplas dimensões (Oliveira *et al.*, 2020).

Entre esses conceitos, destaca-se o de região, que segundo Corrêa (2000), é uma construção intelectual que expressa a diferenciação da superfície terrestre gerada pela ação humana ao longo do tempo. Essa diferenciação não é apenas natural ou apenas social, mas resulta da interação entre sociedade e natureza, refletindo os modos como diferentes grupos organizam e transformam o espaço.

A região é, assim, uma entidade concreta e histórica, marcada por múltiplas determinações – culturais, sociais, econômicas e ambientais – que conferem singularidade a cada território. Embora existam diferentes formas de conceituá-la, todas devem estar articuladas a um referencial teórico e aos objetivos do pesquisador, pois a região nunca é neutra: é sempre fruto de uma leitura crítica da realidade (Corrêa, 2000).

Complementarmente, Schier (2003) afirma que o conceito de paisagem na Geografia é hoje entendido como uma construção complexa que reúne elementos naturais, sociais e culturais em constante interação e transformação. A paisagem deixou de ser vista apenas como uma configuração estática do espaço ou um simples objeto de observação, passando a ser compreendida como um produto cultural e simbólico, que expressa tanto as marcas da ação humana quanto as formas de percepção e significação atribuídas por diferentes grupos sociais.

Como entidade dinâmica, ela exige abordagens interdisciplinares para sua análise, considerando os contextos que a moldam (Schier, 2003).

Ainda no campo dos conceitos estruturantes, Raffestin (1993) contribui com uma compreensão relacional do território, visto como uma produção resultante da ação humana sobre o espaço, mediada pelas relações de poder e por um conjunto de interações simbólicas, técnicas e políticas. Diferente de uma simples porção delimitada, o território envolve apropriação, controle e organização do espaço por grupos sociais (Raffestin, 1993).

A territorialidade, nesse contexto, representa os processos pelos quais esses sujeitos estabelecem, mantêm e legitimam esse controle, sendo, portanto, uma expressão das intenções e estratégias humanas. Assim, o território é o produto concreto da territorialidade e reflete as relações sociais, culturais e políticas (Raffestin, 1993).

Com base nesses conceitos, Lorena (2022) destaca que o espaço geográfico deve ser compreendido como uma construção dinâmica, resultado das interações entre sociedade, natureza e história. Os conceitos de espaço, paisagem, lugar, região e território revelam que o espaço é continuamente produzido por processos naturais, ações humanas e relações de poder, articulando múltiplas dimensões culturais, políticas e econômicas (Lorena, 2022).

Para dar conta da complexidade desses processos, o uso da escala se torna fundamental na análise geográfica. Segundo Marques e Galo (2009), a escala cartográfica refere-se à razão matemática entre as dimensões do mapa e as reais, determinando o nível de detalhe da representação. Já a escala geográfica diz respeito à área de abrangência da análise de um fenômeno, indicando o recorte espacial mais coerente para seu estudo. Ambas são complementares e indispensáveis na construção do conhecimento geográfico (Marques; Galo, 2009).

Entre os instrumentos didáticos que operacionalizam esses conceitos no ambiente escolar, destaca-se o atlas escolar municipal. Para Bueno e Buque (2017), esse recurso é essencial para o Ensino de Geografia, por valorizar o estudo do espaço local a partir de informações atualizadas sobre o município, articulando mapas, imagens, textos e dados que dialogam com a realidade dos alunos. Isso favorece o desenvolvimento do raciocínio espacial e o exercício da cidadania (Bueno; Buque, 2017).

Ainda segundo Bueno e Buque (2017), o uso do atlas escolar contribui significativamente para a prática docente ao disponibilizar um material concreto, contextualizado e adequado à linguagem dos estudantes. Esse recurso facilita a abordagem de conteúdos geográficos de maneira significativa e, ao mesmo tempo, estimula a autonomia, a

criatividade e o protagonismo dos alunos no processo de aprendizagem, além de fortalecer a formação continuada dos professores (Bueno; Buque, 2017).

Nesse contexto, a incorporação das geotecnologias ao ensino, inclusive na elaboração e no uso de atlas escolares, amplia as possibilidades de representação e análise espacial, enriquecendo ainda mais o trabalho pedagógico. Segundo Rosa (2013), as geotecnologias englobam um conjunto de ferramentas, técnicas e conhecimentos voltados à obtenção, análise e disseminação de informações georreferenciadas. Entre seus principais recursos estão o Sensoriamento Remoto (SR), os Sistemas de Informação Geográfica (SIG), os Sistemas de Posicionamento Global (GPS) e os *softwares* de mapeamento, aplicados em diversas áreas do conhecimento. O geoprocessamento, inserido nesse conjunto, refere-se mais especificamente à manipulação e ao tratamento de dados espaciais, sendo uma das principais áreas de atuação dentro das geotecnologias (Rosa, 2013).

Dentre esses recursos, destacam-se os Sistemas de Informação Geográfica (SIG), cuja aplicação tem se tornado essencial na organização e análise de informações espaciais, sobretudo em contextos que demandam planejamento e tomada de decisão. Os SIGs integram equipamentos, programas e procedimentos que possibilitam armazenar, cruzar e representar dados espaciais, otimizando a produção de informações para o planejamento e o monitoramento territorial (Rosa, 2013).

Nesse cenário, diferentes plataformas têm sido desenvolvidas para operacionalizar os SIGs, oferecendo funcionalidades voltadas à produção e análise cartográfica. Entre os *softwares* disponíveis, Rosa (2013) ressalta o ArcGIS Desktop como uma plataforma robusta para criação, análise e compartilhamento de dados espaciais, com aplicações que incluem a produção de atlas digitais. Por fim, o autor reforça o poder dos mapas como instrumento central na representação do espaço geográfico, pois sintetiza informações físicas, naturais, políticas e culturais, atendendo a diferentes finalidades temáticas (Rosa, 2013).

Dessa forma, os fundamentos conceituais inter-relacionados como espaço, lugar, território, região e paisagem, assumem papel central na formação do olhar geográfico crítico, pois oferecem aos estudantes as bases teóricas e analíticas necessárias para interpretar a complexidade do mundo em que vivem. Quando articulados a metodologias críticas e ao uso de instrumentos cartográficos como o atlas escolar e as geotecnologias, favorecem a compreensão das dinâmicas socioespaciais, como também incentivam a autonomia intelectual e o engajamento dos educandos com a realidade do seu território. Assim, consolidar esses fundamentos no processo de ensino e aprendizagem da Geografia é essencial para promover uma educação significativa, contextualizada e transformadora.

3 METODOLOGIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Este estudo articula três dimensões fundamentais da pesquisa em Geografia: a dimensão técnica, expressa na aplicação de ferramentas como o geoprocessamento e a cartografia temática; a dimensão pedagógica, voltada à mediação do conhecimento geográfico no contexto da educação básica; e a dimensão crítica, que entende o espaço como produto das relações sociais, buscando favorecer uma leitura de mundo que dialogue com a realidade dos estudantes.

A partir da integração dessas dimensões, a presente monografia configura-se como uma pesquisa aplicada, de natureza mista, com finalidades exploratória e descritiva, orientada pela proposta de elaboração de um Atlas Geográfico Escolar do município de Bom Jesus-RN. Este trabalho emerge de uma necessidade concreta identificada na prática docente: a carência de materiais didáticos que retratem de forma sistematizada os aspectos geográficos do território vivido pelos estudantes. Assim, buscou-se, por meio desta proposta, oferecer um instrumento pedagógico que possa contribuir para a formação cidadã e para o fortalecimento do raciocínio espacial dos educandos.

A pesquisa assume o caráter aplicado por buscar soluções diretamente vinculadas à prática educativa, enfatizando a construção de um recurso didático capaz de ampliar as possibilidades de abordagem no ensino da Geografia. Conforme Prodanov e Freitas (2013, p. 51), a pesquisa aplicada tem como objetivo “gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos, envolvendo verdades e interesses locais.” Tal perspectiva dialoga com o propósito deste trabalho, que visa produzir um material contextualizado e que estabeleça pontes entre o conhecimento geográfico e o espaço vivido pelos alunos.

A abordagem metodológica mista justifica-se pela complexidade do objeto de estudo – o território enquanto construção histórica, social e simbólica –, e também pela necessidade de articular dimensões técnicas, pedagógicas e interpretativas. A dimensão quantitativa manifestou-se na coleta e análise de dados estatísticos, cartográficos e geoespaciais provenientes de bases oficiais, utilizados na elaboração dos mapas temáticos do atlas. Já a dimensão qualitativa esteve presente na interpretação crítica desses dados, no levantamento

bibliográfico e documental, bem como na observação direta durante a visita de campo, etapa fundamental para validar, reconhecer e enriquecer os elementos representados.

A escolha do município de Bom Jesus-RN para desenvolver essa pesquisa, se deu, por sua proximidade com a capital Natal, o que facilita o acesso e a contextualização regional. Trata-se de um município, com cerca de 122 km², cuja divisão espacial entre áreas rurais e urbanas é espacialmente bem definida, o que possibilita uma análise territorial clara e objetiva. Além disso, o conhecimento adquirido durante as aulas do curso despertou meu interesse em estudar esse território, valorizando sua realidade local para a elaboração do trabalho.

Do ponto de vista dos objetivos, a pesquisa apresenta um caráter exploratório, ao buscar compreender a realidade do município sob uma perspectiva educativa, e também descritivo, ao organizar, representar e sistematizar informações relativas aos aspectos naturais e sociais de Bom Jesus-RN. Essa dupla natureza metodológica viabilizou o diálogo entre dados empíricos e fundamentação teórica, articulando-os em uma proposta didática coerente com a prática docente da Geografia escolar.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A construção deste trabalho fundamentou-se em um percurso metodológico articulado, no qual se integram ensino, pesquisa e representação da realidade geográfica, orientado pela proposta de elaboração de um Atlas Geográfico Escolar para o município de Bom Jesus-RN. Em consonância com os objetivos da pesquisa e com a abordagem mista adotada, os procedimentos envolveram diferentes estratégias de investigação, organizadas em três eixos principais: aporte teórico e documental, atividades de campo e geoprocessamento para construção do atlas municipal.

3.2.1 Aporte teórico e documental

O levantamento teórico e documental teve como finalidade subsidiar a fundamentação conceitual e a caracterização territorial do município de Bom Jesus-RN. A etapa bibliográfica envolveu a análise de obras acadêmicas voltadas à educação geográfica, à cartografia escolar, ao conceito de lugar e à produção de materiais didáticos contextualizados. Autores como Castellar (2017), Callai (2023) e Carlos (1996) foram usados para embasar a o referencial sobre o papel da cartografia no ensino e a valorização do lugar no processo educativo. Além disso, este trabalho abordou a formação territorial de Bom Jesus-RN com base na análise de processos

históricos, econômicos, simbólicos e culturais, desde o período das sesmarias até sua emancipação política, considerando a Geografia na constituição do território.

Complementarmente, a investigação documental consistiu na coleta, organização e análise de fontes institucionais e técnicas, com vistas à caracterização do território municipal e à produção dos mapas temáticos. Foram utilizados relatórios e bases de dados de órgãos oficiais, como o Diagnóstico do Município de Bom Jesus-RN, elaborado pelo Serviço Geológico do Brasil (SGB), o Perfil do Seu Município, produzido pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA), além de dados estatísticos atualizados do Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que constitui a principal fonte oficial de informações sobre a população brasileira, abrangendo número de habitantes, renda, gênero entre outros indicadores socioeconômicos.

3.2.2 Atividades de campo

A pesquisa de campo foi realizada no dia 22 de junho de 2025, com o objetivo de validar os dados previamente organizados e aprofundar a compreensão do território a partir da observação direta. Essa etapa foi planejada com antecedência, considerando os dados cartográficos já elaborados e aspectos logísticos essenciais, como previsão do tempo, deslocamento, pontos estratégicos de parada e rotas seguras.

Para auxiliar a navegação e localização durante a visita, foram utilizados os aplicativos AlpineQuest GPS e Avenza Maps, ambos com suporte a arquivos georreferenciados no formato .kmz e .pdf respectivamente, previamente preparados com base nos mapas temáticos construídos. A utilização desses recursos subsidiou o acompanhamento da rota e a identificação em tempo real dos elementos espaciais definidos para observação.

Em função de preocupações com a segurança local, optou-se por concentrar as atividades em áreas de fácil acesso e com infraestrutura viária consolidada, como os trechos ao longo da rodovia federal e seu entorno imediato. Com essa estratégia foi possível observar os diferentes padrões de uso da terra, identificar feições do relevo e registrar aspectos relevantes da paisagem física e humanizada do município.

Durante o percurso, foram registrados elementos naturais e antrópicos por meio de anotações e fotografias georreferenciadas, feitas com o aplicativo Timestamp Camera, que insere automaticamente a data, hora, coordenadas geográficas e nome do local nas imagens captadas. Com base nesses registros, foi elaborado posteriormente um arquivo no formato .kmz,

que serviu como instrumento de apoio à validação dos resultados obtidos por sensoriamento remoto, facilitando a análise comparativa entre os dados geoespaciais e as observações de campo.

3.2.3 Geoprocessamento para construção do atlas municipal

O geoprocessamento compreende um conjunto de procedimentos voltados à coleta, tratamento, análise e representação de informações geográficas, com o apoio de ferramentas como os Sistemas de Informações Geográficas (SIG) e o Sensoriamento Remoto (Rosa, 2013). No contexto da elaboração do Atlas Geográfico Escolar de Bom Jesus-RN, essas ferramentas foram aplicadas para a representação do território municipal, visando à produção de mapas temáticos com abordagem didática. A seguir, são detalhadas as três etapas principais que compuseram essa etapa metodológica.

3.2.3.1 Sistematização de bases vetoriais oficiais

A construção dos mapas temáticos do atlas partiu do levantamento de dados geoespaciais secundários, organizados no formato vetorial (*shapefile*) e disponibilizados por órgãos oficiais brasileiros. Essa etapa constituiu a base para a representação dos aspectos físicos e estruturais do território municipal.

Quadro 1 – Dados geoespaciais secundários utilizados na elaboração do atlas.

(continua)

Elemento Geográfico	Instituição	Descrição
Malha municipal	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	Delimitação oficial do território municipal, base para o recorte espacial da área de estudo
Link: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html		
Áreas Urbanizadas	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	Delimitação das áreas urbanizadas
Link: https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15789-areas-urbanizadas.html?=&t=downloads		
Pedologia	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	Levantamento dos tipos de solos predominantes no território
Link: https://geoftp.ibge.gov.br/informacoes_ambientais/pedologia/vetores/escala_250_mil/		

Geologia	Serviço Geológico do Brasil (SGB)	Carta Geológica geológico do estado, indicando formações rochosas e estruturas geológicas
Link: https://geosgb.sgb.gov.br/geosgb/downloads.html		
Relevo	Serviço Geológico do Brasil (SGB)	Classificação das formas do relevo
Link: https://rigeo.cprm.gov.br/jspui/handle/doc/14709		
Bacias hidrográficas	Instituto de Gestão das Águas do Estado do Rio Grande do Norte (IGARN)	Divisão das bacias hidrográficas o município
Link: http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/IGARN/DOC/DOC000000000029746.HTML		
Rede hidrográfica	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)	Mapeamento dos cursos e corpos d'água
Link: https://metadados.snirh.gov.br		
Rodovias federais e estaduais	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)	Identificação das rodovias e estradas que cortam o município
Link: https://servicos.dnit.gov.br/vgeo/		
Infraestrutura e localidades	OpenStreetMap	Camadas vetoriais com vias de acesso, linhas de transmissão e localidades
Link: https://www.openstreetmap.org/		
Banco de Dados e Informações Ambientais	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	Mapeamentos temáticos
Link: https://bdiaweb.ibge.gov.br/#/home		
Unidades de Conservação Federais	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO)	Limites de Unidades de Conservação Federais
Link: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/dados_geoespaciais/mapa-tematico-e-dados-geoestatisticos-das-unidades-de-conservacao-federais		
Cadastro Nacional de Informações Espeleológicas	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO)	Cavernas
Link: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/centros-de-pesquisa/cavernas/cadastro-nacional-de-informacoes-espeleologicas/canie		
Projeto de Assentamentos, Comunidades Quilombolas	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	Ordenamento fundiário
Link: https://acervofundiario.incra.gov.br/acervo/acv.php		
Patrimônio Arqueológico	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)	Sítios arqueológicos catalogados
Link: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1701/		

Fonte: Elaborado pela autora.

3.2.3.2 Levantamento temático por sensoriamento remoto

Ainda no escopo das atividades de geoprocessamento, realizou-se a geração de dados primários por meio do Sensoriamento Remoto (SR), utilizando uma imagem do satélite Sentinel-2. Operado pela Agência Espacial Europeia (ESA), no âmbito do programa Copernicus, o Sentinel-2 fornece imagens multiespectrais com resolução espacial variando entre 10, 20 e 60 metros, conforme a banda espectral utilizada. Para esta pesquisa, foram selecionadas bandas com resolução de 10 metros, o que significa que cada pixel da imagem representa uma área de 10 metros por 10 metros na superfície terrestre.

Foi selecionada uma imagem datada de 17 de agosto de 2024, por apresentar condições atmosféricas favoráveis, especialmente pela ausência de cobertura de nuvens sobre a área de estudo. A presença de nuvens pode prejudicar a leitura dos dados espectrais da superfície terrestre, dificultando a identificação dos padrões de uso e cobertura da terra (Rosa, 2013).

A análise da imagem de satélite foi realizada com base no cálculo do Índice de Vegetação por Diferença Normalizada (NDVI), do inglês *Normalized Difference Vegetation Index*, amplamente utilizado no monitoramento ambiental. O NDVI é calculado a partir da razão entre a diferença das refletâncias nas bandas do infravermelho próximo e do vermelho (Barbosa; Carvalho; Camacho, 2017).

No caso das imagens provenientes do satélite Sentinel-2, o índice é obtido utilizando as seguintes bandas espectrais:

- Banda do vermelho (RED): Banda 4 (centralizada em aproximadamente 665 nm)
- Banda do infravermelho próximo (NIR): Banda 8 (centralizada em aproximadamente 842 nm)

A fórmula do NDVI é:

$$NDVI = \frac{\text{Banda 8 (NIR)} - \text{Banda 4 (RED)}}{\text{Banda 8 (NIR)} + \text{Banda 4 (RED)}}$$

Essa relação destaca a diferença na refletância entre o infravermelho próximo, que é fortemente refletido pela vegetação saudável, e o vermelho, que é absorvido pela clorofila, permitindo a avaliação do vigor e cobertura vegetal.

Os valores do NDVI variam entre -1 e +1. Valores próximos de +1 indicam vegetação densa e saudável, enquanto valores próximos de zero correspondem a áreas com pouca ou

nenhuma vegetação (como solos expostos, superfícies urbanizadas ou rochas), e valores negativos são geralmente associados à presença de água (Barbosa; Carvalho; Camacho, 2017).

A partir do índice de vegetação, a cobertura da terra foi categorizada em três classes principais: remanescentes de vegetação nativa, áreas de uso agrícola e solo exposto. Essa classificação ocorreu mediante a definição de intervalos numéricos específicos para cada categoria, fundamentada na interpretação dos dados obtidos. O processamento foi realizado no *software* ArcGIS Desktop 10.2, com resultados inicialmente em formato *raster*, posteriormente convertidos para *shapefile* para integração com outras camadas geoespaciais. A validação foi realizada por meio de visita a campo. Outras classes do território foram incorporadas a partir do cruzamento com dados secundários e arquivos vetoriais previamente organizados.

Além do mapeamento do uso e cobertura da terra, foi elaborado também com uso de Sensoriamento Remoto (SR) o mapa hipsométrico, que representa a variação altimétrica do terreno. Para isso, foi utilizado o Modelo Digital de Elevação (MDE) da missão *Shuttle Radar Topography Mission* (SRTM), um projeto da *National Aeronautics and Space Administration* (NASA), Agência Espacial dos Estados Unidos responsável por pesquisas e tecnologias aeroespaciais, que coletou dados altimétricos globais por meio de radar (Rosa, 2013). Esse modelo foi tratado na versão TOPODATA disponibilizada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE, 2008). A partir da interpolação das altitudes, foram geradas curvas de nível, que consistem em linhas que ligam pontos de mesma altitude, permitindo representar os padrões de relevo da área estudada.

3.2.3.3 Desenvolvimento das representações cartográficas aplicadas ao ensino

Com base nas informações organizadas e processadas, foram confeccionados os mapas temáticos que compõem o atlas. Para garantir uniformidade, coerência didática e clareza visual ao longo de todo o material, adotou-se um layout cartográfico padronizado, adequado aos princípios da linguagem Cartográfica Escolar. Cada mapa foi desenvolvido com os elementos essenciais: título, legenda, escala, orientação, grade de coordenadas e ficha técnica, priorizando a legibilidade e a compreensão por parte do público-alvo.

Considerando os objetivos pedagógicos do atlas, cada mapa foi disponibilizado em duas versões: uma colorida, voltada à leitura interpretativa, e outra em preto e branco, com elementos gráficos simplificados, pensada para ser utilizada como atividade didática, permitindo que os

próprios estudantes construam significados a partir do preenchimento e da interpretação dos mapas.

Além disso, optou-se pelo formato padrão de folha A4, visando facilitar a impressão e a reprodução nas escolas, contribuindo para a acessibilidade e a aplicabilidade do material em sala de aula.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo apresenta os principais resultados obtidos ao longo da realização deste trabalho, bem como as reflexões teóricas e metodológicas decorrentes da construção da proposta de um Atlas Geográfico Escolar para o município de Bom Jesus–RN. A análise dos dados, aliada à fundamentação conceitual que norteou a investigação, evidenciou como a articulação entre o conhecimento geográfico e as potencialidades das geotecnologias pode contribuir para a elaboração de materiais didáticos contextualizados voltados ao Ensino de Geografia.

A estrutura do capítulo está subdividida em dois tópicos principais. No primeiro, intitulado "Uma proposta de Atlas Geográfico para o município de Bom Jesus–RN", são apresentados os principais indicadores e informações sobre o município, articulados aos mapas elaborados para o atlas, de modo a proporcionar uma compreensão integrada dos aspectos sociais e ambientais que caracterizam o território estudado.

O segundo tópico, "Reflexões sobre o uso do atlas como material didático na mediação do conhecimento geográfico", propõe uma discussão sobre o uso pedagógico do atlas em sala de aula. Trata-se, aqui, as contribuições do material para o desenvolvimento do pensamento espacial, para a valorização do lugar como categoria central da Geografia Escolar e para a promoção de práticas educativas que dialoguem com a realidade vivida pelos estudantes.

4.1 UMA PROPOSTA DE ATLAS GEOGRÁFICO PARA O MUNICÍPIO DE BOM JESUS – RN

4.1.1 Formação Territorial

A conformação territorial do município de Bom Jesus, localizado no estado do Rio Grande do Norte, remonta ao processo de ocupação do interior nordestino durante o período colonial, especialmente a partir do século XVIII. Esse processo foi fortemente impulsionado pela concessão de sesmarias, mecanismo utilizado pela Coroa portuguesa para estimular o povoamento e a exploração econômica das terras. Em 1754, uma dessas sesmarias foi concedida ao padre José Vieira Afonso, abrangendo uma extensa faixa de terra que se estendia desde a região conhecida como Anta Esfolada, atualmente pertencente ao município de Nova Cruz, até a área da Lagoa das Panelas, situada no território que viria a constituir Bom Jesus-RN (Cascudo, 1968).

A Lagoa das Panelas, situada na área central do atual município, exerceu papel fundamental no processo de formação do povoado que deu origem a Bom Jesus-RN. Segundo Salvador e Silva (2009), a lagoa foi utilizada como marco geográfico para delimitar a sesmaria concedida em 1754, sendo, desde então, um elemento de referência para a ocupação do território. A escolha desse local para a fixação dos primeiros habitantes deveu-se à presença da água, recurso essencial à sobrevivência em uma região marcada pela irregularidade hídrica, e à disponibilidade de matéria-prima utilizada na fabricação de utensílios de barro, como as panelas que deram nome ao povoado (Salvador; Silva, 2009).

Ainda conforme os autores, a presença da lagoa atraiu famílias que ali se estabeleceram e deram início a práticas produtivas e comerciais, originando uma feirinha nas suas margens e fortalecendo os laços sociais entre os moradores. Por essa razão, a Lagoa das Panelas se consolidou como um dos principais símbolos de Bom Jesus-RN, representando tanto a origem do povoado quanto a continuidade das práticas e vínculos sociais ao longo do tempo (Salvador; Silva, 2009).

A toponímia do lugar, ou seja, a atribuição do nome “Panelas”, reflete diretamente as práticas produtivas realizadas nas margens da lagoa. De acordo com Salvador e Silva (2009), a confecção de panelas de barro por famílias que habitavam a região levou à adoção desse nome tanto para a lagoa quanto para o povoado, indicando uma conexão entre a atividade econômica artesanal e a identidade territorial do lugar (Salvador; Silva, 2009).

Com o passar do tempo, outras dinâmicas influenciaram o processo de ocupação e desenvolvimento do território bom-jesuense. A partir do século XX, a expansão territorial do município foi marcada pela sua inserção em novas redes de circulação e transporte. Um marco importante nesse contexto foi a instalação de uma parada de automóveis ao longo do trecho que corresponde à atual BR-226. Essa infraestrutura contribuiu para intensificar a circulação de pessoas, bens e serviços, o que gerou um intercâmbio entre o povoado e centros urbanos vizinhos. Como registra Cascudo (1968, p. 166), “A estrada de Automóveis de Seridó, de Macaíba ao Caicó, instalou uma Parada, em maio de 1916, animando o intercâmbio comercial e social da localidade. O transporte mecânico determinou uma fase de prosperidade.”

Estudos mais recentes, como o de Salvador (2018), ao investigarem o eixo rodoviário Natal-Caicó – do qual a BR-226 faz parte – demonstram que essa via permanece sendo um elemento estruturante da economia urbana regional. O autor identifica a coexistência de circuitos econômicos distintos ao longo dessa rodovia, com destaque para o circuito inferior, formado por atividades informais, de pequena escala, e fortemente enraizadas no cotidiano das cidades que a margeiam. Essa análise sugere que a presença da estrada estimula a concentração

de fluxos, mercadorias e serviços, transformando suas margens em áreas estratégicas para a reprodução da vida urbana, sobretudo em localidades como Bom Jesus-RN, onde o espaço urbano se desenvolve em torno dessas dinâmicas de circulação.

Nessa perspectiva, a dinâmica espacial de Bom Jesus-RN pode ser analisada à luz da teoria dos fixos e fluxos desenvolvida por Milton Santos, segundo a qual "o espaço é, também e sempre, formado de fixos e de fluxos. Nós temos coisas fixas, fluxos que se originam dessas coisas fixas, fluxos que chegam a essas coisas fixas. Tudo isso, junto, é o espaço" (Santos, 1996, p. 77). Para o autor, os "fixos" referem-se às infraestruturas permanentes, enquanto os "fluxos" são os movimentos de pessoas, bens e informações que dinamizam o espaço.

Além da infraestrutura de transporte, a organização do espaço em Bom Jesus-RN foi influenciada por elementos simbólicos que contribuíram para a consolidação de sua identidade local. A construção da Capela do Sagrado Coração de Jesus, em 1917, tornou-se um marco religioso e cultural para a comunidade, representando a centralidade da fé na vida dos habitantes. Esses elementos imateriais reforçam a ideia de que a identidade de um lugar não se limita aos seus aspectos físicos, mas também é construída pelas crenças, tradições e significados atribuídos pelos sujeitos que o habitam.

Nesse contexto, a mudança do nome da povoação de Panelas para Bom Jesus-RN, em 1939, demonstra a influência da religiosidade na formação da toponímia local. De acordo com Nóbrega (2003), a alteração foi motivada por uma intervenção do Frei Damião de Bozzano, que, durante uma missão, considerou o nome original inadequado por remeter à ideia de algo que se quebra. Inspirado na devoção ao Coração de Jesus – título ao qual a capela era consagrada – o Frei sugeriu a nova denominação, que foi acolhida pela população e oficializada pela Lei nº 31, com apoio do deputado estadual Ezequiel Xavier Bezerra. O episódio revela como símbolos religiosos e discursos de autoridade podem interferir na nomenclatura dos lugares, contribuindo para a ressignificação simbólica do território.

Essa construção identitária não se limita ao aspecto simbólico, mas também se manifesta nas transformações políticas e territoriais da cidade. Assim como ocorreu em outros municípios brasileiros, seu território foi moldado por processos de desmembramento e criação de novos municípios, materializando dinâmicas de reorganização espacial e disputas locais por maior autonomia administrativa. Segundo Salvador e Silva (2009, p. 125), o município de Bom Jesus-RN esteve subordinado a Macaíba, Serra Caiada e Senador Elói de Souza até o momento de sua emancipação:

Primeiro, ficou atrelado a Macaíba, até o ano de 1953. Nesse ano, foi criado o município de Serra Caiada, ao qual Bom Jesus passou a pertencer. Em 1958,

o território de Serra Caiada foi fragmentado, dando origem ao município de Senador Elói de Souza. Bom Jesus passou então a ser subordinado a Elói de Souza. Essa situação de subordinação a outros municípios incomodava as autoridades locais da época, as quais requeriam autonomia frente às dos outros municípios que exerciam poder sobre Bom Jesus, particularmente às de Elói de Souza. Além disso, era visível, segundo os moradores da época, que Bom Jesus crescia com maior intensidade do que o município ao qual estava atrelado, no caso Elói de Souza. Esses fatores fizeram nascer um desejo pela emancipação política de Bom Jesus (Salvador; Silva, 2009, p. 125).

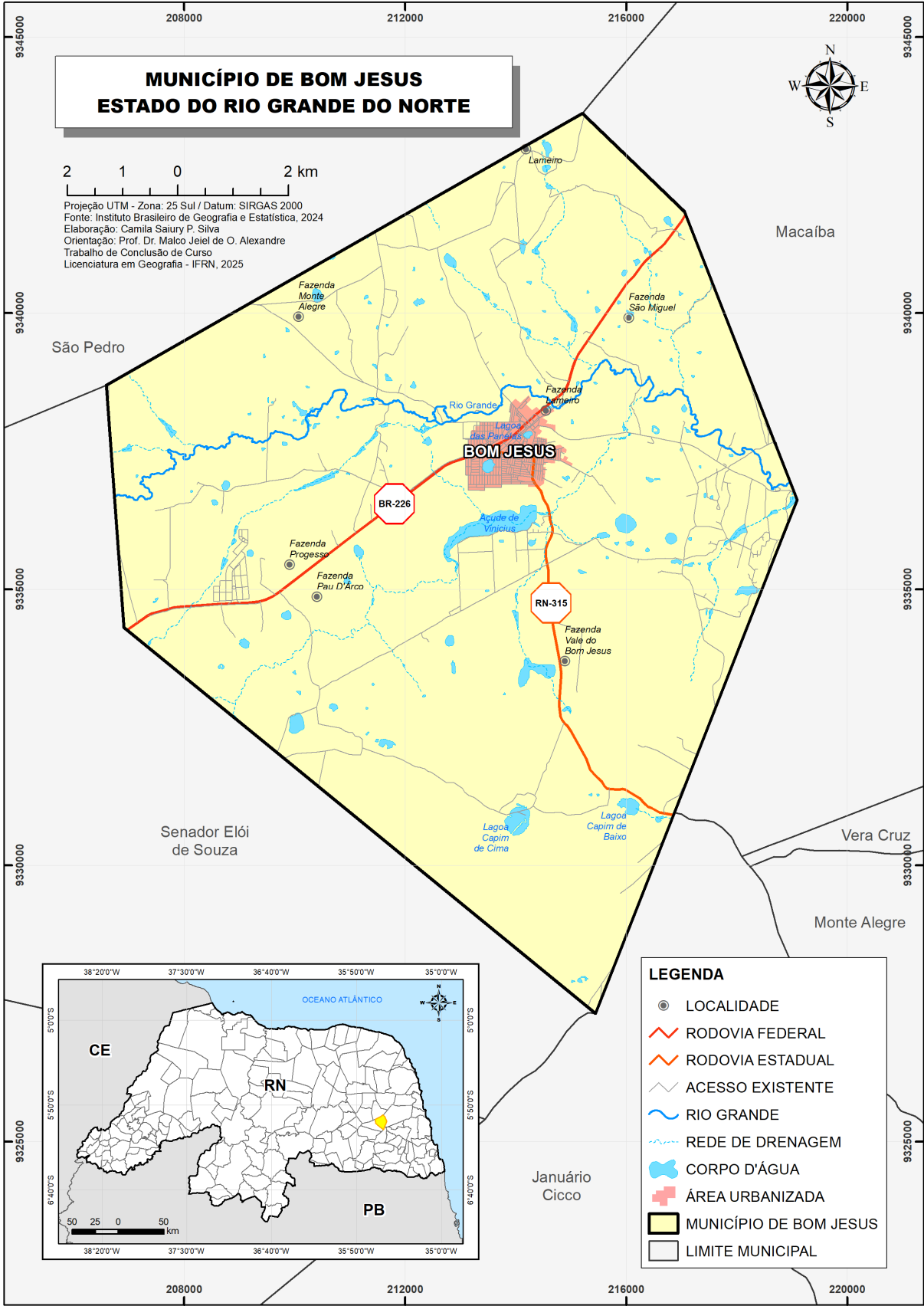
A emancipação de Bom Jesus-RN foi oficializada em 11 de maio de 1962, por meio da Lei nº 2.794, que estabeleceu seu desmembramento do município de Senador Elói de Souza e a criação de uma nova unidade administrativa. No entanto, esse processo foi marcado pela predominância de interesses políticos locais, com pouca participação efetiva da população, conforme destacam Salvador e Silva (2009). Segundo os autores, assim como em outras emancipações ocorridas no estado, a criação do município de Bom Jesus-RN não resultou de um movimento social coletivo, mas de decisões articuladas por lideranças políticas, sem envolver diretamente a comunidade local.

A formação territorial de Bom Jesus-RN, marcada por processos de ocupação, práticas econômicas e decisões políticas, reflete as dinâmicas geográficas que moldaram o espaço ao longo do tempo. Desde o estabelecimento das primeiras atividades produtivas até o processo de emancipação, o município foi configurado por uma combinação de fatores que envolvem aspectos naturais, sociais, políticos e culturais. Esse panorama reafirma a relevância da Geografia na compreensão das transformações territoriais e no entendimento da identidade local. Portanto, estudar o território de Bom Jesus-RN contribui para uma reflexão mais ampla sobre as dinâmicas de organização do espaço e das interações entre esses fatores.

4.1.2 Localização

Com uma área de 122,035 km², o município de Bom Jesus-RN representa cerca de 0,23% da superfície total do estado do Rio Grande do Norte, ocupando a 36ª posição entre os menores municípios potiguares em extensão territorial. Está inserido na mesorregião do Agreste Potiguar e na microrregião homônima, conforme a divisão territorial oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2025). Para situar espacialmente o objeto deste estudo, apresenta-se a seguir o Mapa 1, que mostra a localização do município de Bom Jesus-RN no contexto do estado do Rio Grande do Norte

Mapa 1 – Localização do município de Bom Jesus, no estado do Rio Grande do Norte.



Fonte: Elaborado pela autora.

A Fotografia 1 apresenta o letreiro com o nome da cidade instalado em uma das praças recém construída, símbolo de identificação visual do município. Esses letreiros têm se tornado elementos recorrentes em diversas cidades brasileiras, por reforçarem a identidade local.

Fotografia 1 – Letreiro da cidade de Bom Jesus-RN.



Fonte: autoria própria.

No letreiro do município é possível identificar elementos que remetem à identidade cultural, histórica e geográfica de Bom Jesus-RN, tais como a Lagoa das Panelas, a Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus, a figura de Jesus Cristo, além de representações de gramíneas e lagoas, que simbolizam aspectos marcantes da paisagem natural local.

A Fotografia 2 mostra a Lagoa das Panelas, elemento natural que marcou o início do povoamento de Bom Jesus-RN. Foi nesse espaço que se instalaram as primeiras famílias, atraídas pela disponibilidade de matéria-prima para a produção de panelas de barro. A atividade artesanal, além de impulsionar a economia local, deu origem a uma feira às margens da lagoa, contribuindo para a fixação da população e a formação do núcleo urbano. A feira continua acontecendo todos os domingos, como mostra a Fotografia 3, demonstrando como práticas tradicionais ainda fazem parte do cotidiano do território, conectando passado e presente.

Já a Fotografia 4 apresenta a Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus, símbolo religioso que também ocupa lugar central na história do município. Foi a partir dela que surgiu a proposta de mudança do nome de Panelas para Bom Jesus-RN, reforçando o papel da religiosidade na construção da identidade local. Juntas, essas imagens revelam como a

paisagem, a fé e o trabalho moldaram a ocupação do espaço e seguem influenciando o cotidiano da cidade.

Fotografia 2 – Lagoa das Panelas, local de origem do povoamento de Bom Jesus-RN, com a feira livre ao fundo.



Fonte: autoria própria.

Fotografia 3 – Feira livre às margens da Lagoa das Panelas, com a Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus ao fundo.



Fonte: autoria própria.

Fotografia 4 – Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus, símbolo religioso e histórico do município.



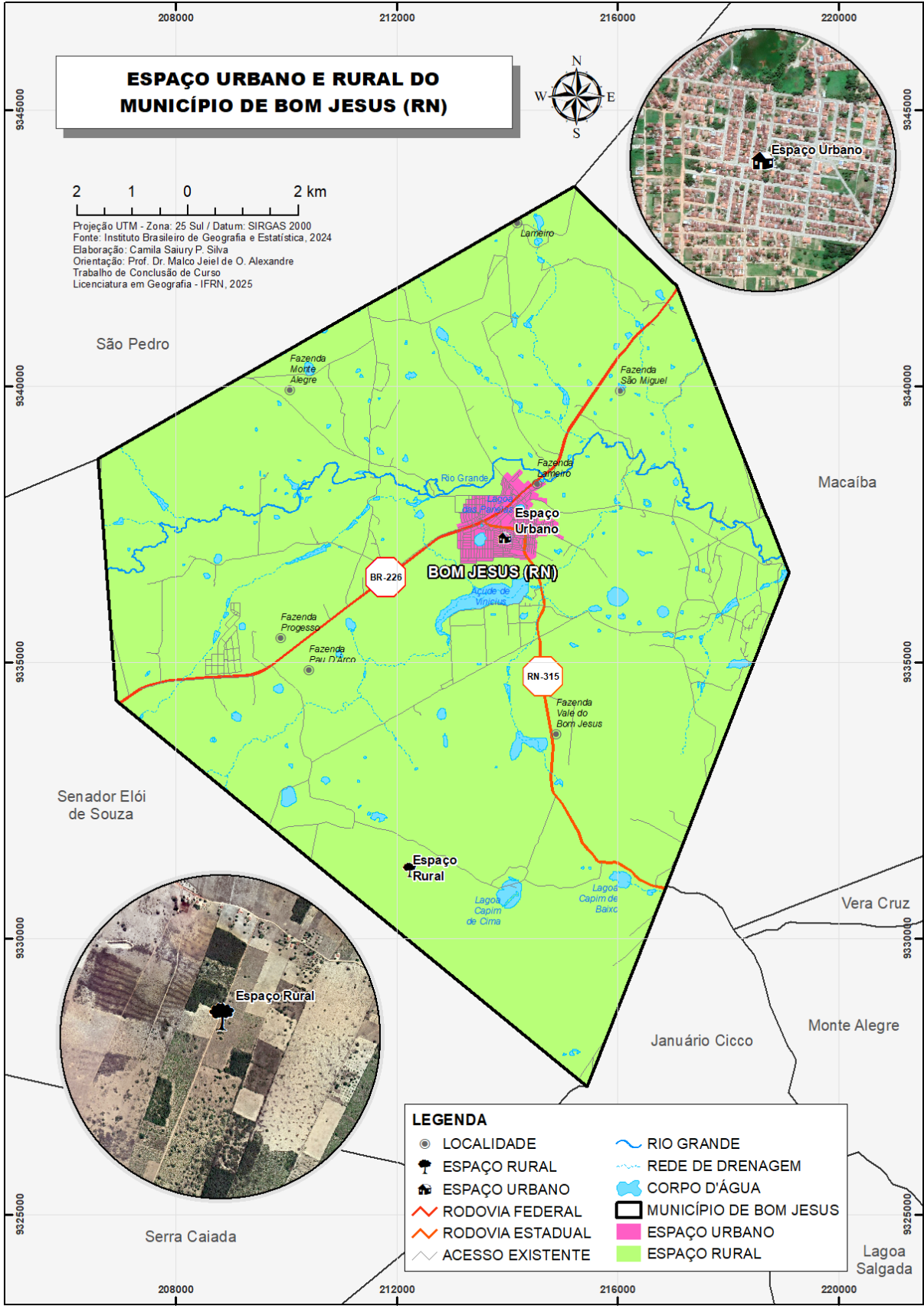
Fonte: autoria própria.

Para evidenciar as particularidades do espaço urbano e do espaço rural no município de Bom Jesus-RN, apresenta-se o Mapa 2. Nesse mapa, buscou-se destacar a delimitação entre as duas áreas e também as diferenças nas formas de uso e cobertura do solo presentes em cada uma delas. No espaço urbano, é possível observar a predominância de edificações, vias e equipamentos públicos, enquanto o espaço rural se caracteriza por áreas agrícolas, pastagens e fragmentos de vegetação nativa.

A sede municipal localiza-se a aproximadamente 50 quilômetros da capital estadual, Natal, o que favorece sua articulação com a Região Metropolitana de Natal (RMN), especialmente em termos de fluxos econômicos, sociais e culturais. O principal eixo de ligação com a capital e com outros municípios do interior potiguar é a rodovia federal BR-226, que desempenha papel importante na conectividade regional ao facilitar o deslocamento da população e a circulação de bens e serviços.

A Fotografia 5 mostra um trecho da BR-226 no quilômetro 51, dentro do município de Bom Jesus-RN. A Fotografia 6, por sua vez, registra a rodovia já na zona urbana, destacando a presença de um pequeno centro comercial às margens da via. Nessa área, concentram-se estabelecimentos como oficinas, restaurantes e comércios locais, entre eles a oficina Auto Mecânica São Luiz, que ilustra o uso funcional do espaço vinculado à infraestrutura viária e à dinâmica econômica do município.

Mapa 2 – Espaço urbano e espaço rural do município de Bom Jesus, RN.



Fonte: Elaborado pela autora.

Fotografia 5 – Trecho da rodovia BR-226, zona rural do município de Bom Jesus-RN.



Fonte: autoria própria.

Fotografia 6 – Centro comercial às margens da BR-226, na zona urbana de Bom Jesus-RN.



Fonte: autoria própria.

Geograficamente, Bom Jesus-RN faz divisa territorial com os municípios de São Pedro ao norte, Macaíba e Vera Cruz ao leste, Boa Saúde ao sul e Senador Elói de Souza a oeste. Essa posição relativa, situada entre a Região Metropolitana de Natal (RMN) e o interior potiguar, confere ao município uma condição de articulação territorial que influencia diretamente sua

dinâmica socioespacial. Por um lado, essa localização favorece o acesso a serviços e fluxos oriundos da capital, ampliando as possibilidades de integração regional e de circulação de pessoas e mercadorias. Por outro, revela desigualdades e desafios típicos de municípios periféricos, como a dependência de centros urbanos maiores, a carência de infraestrutura própria e a limitação de oportunidades econômicas locais.

Apesar de ter sido oficialmente incorporado à RMN em 2019, por meio da Lei Complementar Estadual nº 648, o município de Bom Jesus-RN ainda preserva características típicas do interior do estado. Suas práticas sociais continuam fortemente ligadas ao meio rural, e sua dinâmica urbana se desenvolve em uma escala que o distancia, em termos funcionais, da lógica dos centros urbanos metropolitanos. Nesse sentido, a frágil integração do município com a dinâmica metropolitana é confirmada pelos resultados apresentados por Oliveira (2024), ao propor o Índice de Desenvolvimento Territorial Urbano (IDTU) – indicador composto pelas dimensões de qualidade de vida e estrutura urbana.

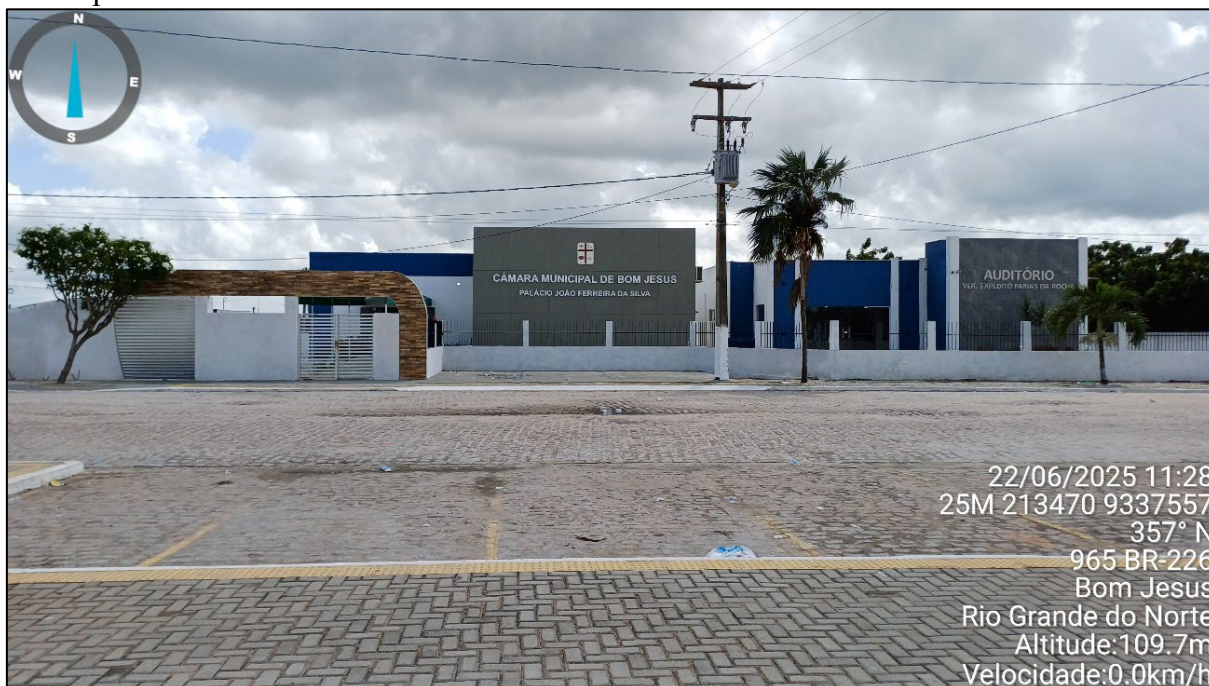
Os resultados do IDTU revelam, no caso de Bom Jesus-RN, uma condição de estagnação, com baixos níveis nas duas dimensões avaliadas e ausência de progresso significativo ao longo do período de 2011 a 2021. O município foi classificado na categoria dos “deprimidos”, juntamente com outras localidades da RMN que também apresentaram baixo dinamismo socioeconômico e urbano (Oliveira, 2024).

Segundo o Estatuto da Metrópole, Lei Federal nº 13.089/2015, as regiões metropolitanas devem ser instituídas pelos estados com o objetivo de integrar políticas públicas entre municípios que compartilham funções urbanas de interesse comum, como transporte, saneamento e mobilidade (Brasil, 2015). No entanto, nem sempre essa regionalização institucional corresponde às dinâmicas territoriais efetivamente vivenciadas pela população.

A inserção de Bom Jesus-RN na Região Metropolitana de Natal (RMN), ainda que respaldada por dispositivos legais, revela um descompasso entre a regionalização estabelecida institucionalmente e a realidade socioespacial do município. Esse cenário suscita reflexões sobre o alcance das decisões político-administrativas na redefinição dos vínculos territoriais, sobretudo quando essas mudanças não se traduzem, de forma concreta, em transformações nas práticas sociais e nos modos de vida da população.

A Fotografia 7 mostra a fachada da Câmara Municipal de Bom Jesus-RN, sede do Poder Legislativo local. De construção recente, o edifício representa uma renovação na paisagem urbana e abriga as atividades legislativas do município. Anexo à Câmara, o Auditório Vereador Expedito Farias da Rocha é utilizado para sessões, reuniões e eventos oficiais, complementando as funções do espaço legislativo.

Fotografia 7 – Fachada da Câmara Municipal de Bom Jesus-RN e o Auditório Vereador Expedito Farias da Rocha, espaços destinados às atividades legislativas e eventos oficiais do município.



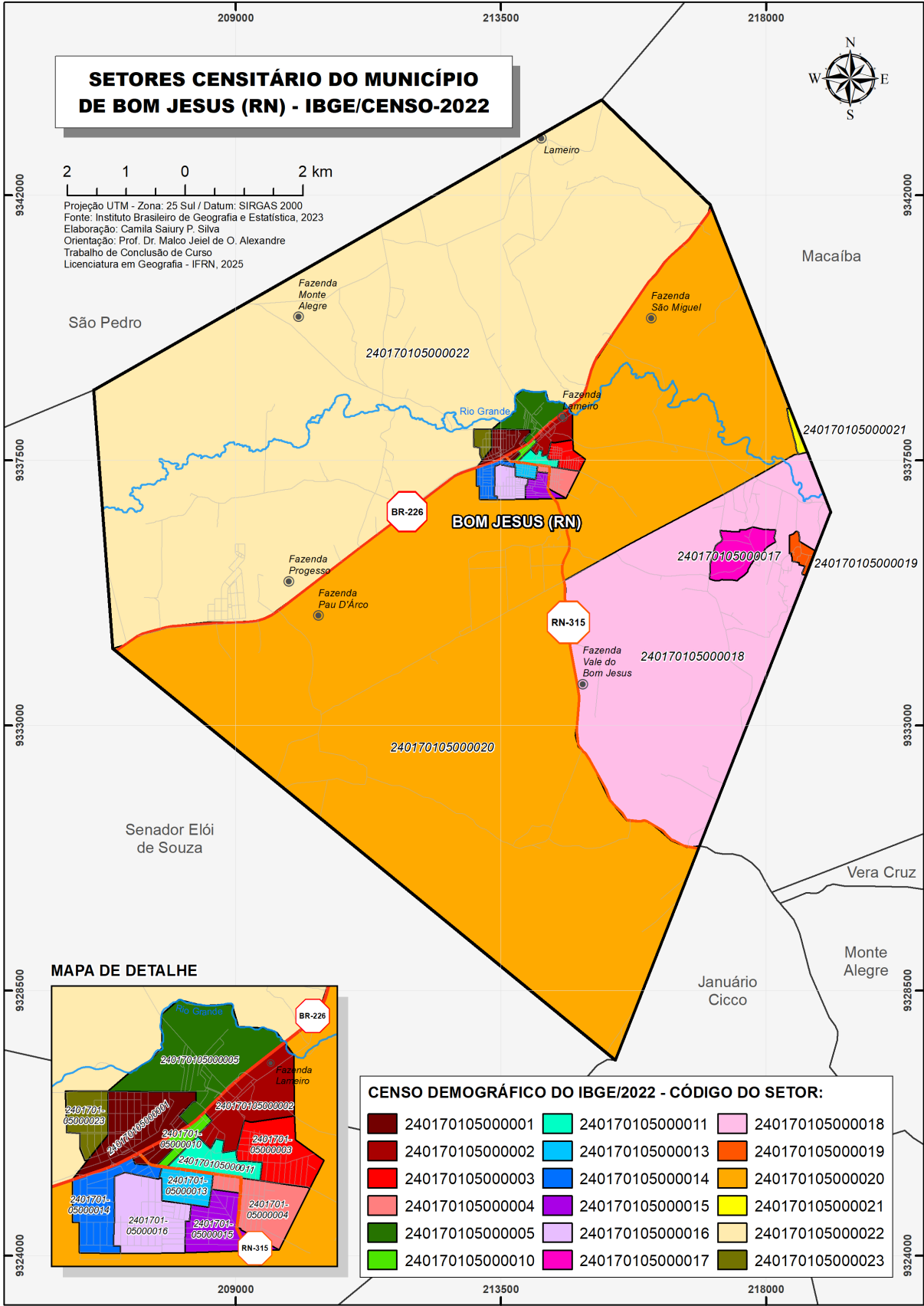
Fonte: autoria própria.

4.1.3 Demografia

Para fundamentar as análises demográficas deste estudo, apresenta-se inicialmente o Mapa 3, que exhibe a divisão dos setores censitários do município de Bom Jesus-RN conforme estabelecido pelo Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2023). Esse mapa identifica a delimitação de cada setor, tanto nas áreas urbanas quanto rurais, servindo como base espacial para os demais dados apresentados ao longo deste item. A compreensão dessa divisão é importante, pois os setores censitários constituem as menores unidades territoriais utilizadas pelo IBGE para a coleta e divulgação de informações populacionais, socioeconômicas e habitacionais. Nos mapas subsequentes, as informações do Censo são organizadas de acordo com esses setores, permitindo uma análise da distribuição da população e de outros indicadores no território municipal.

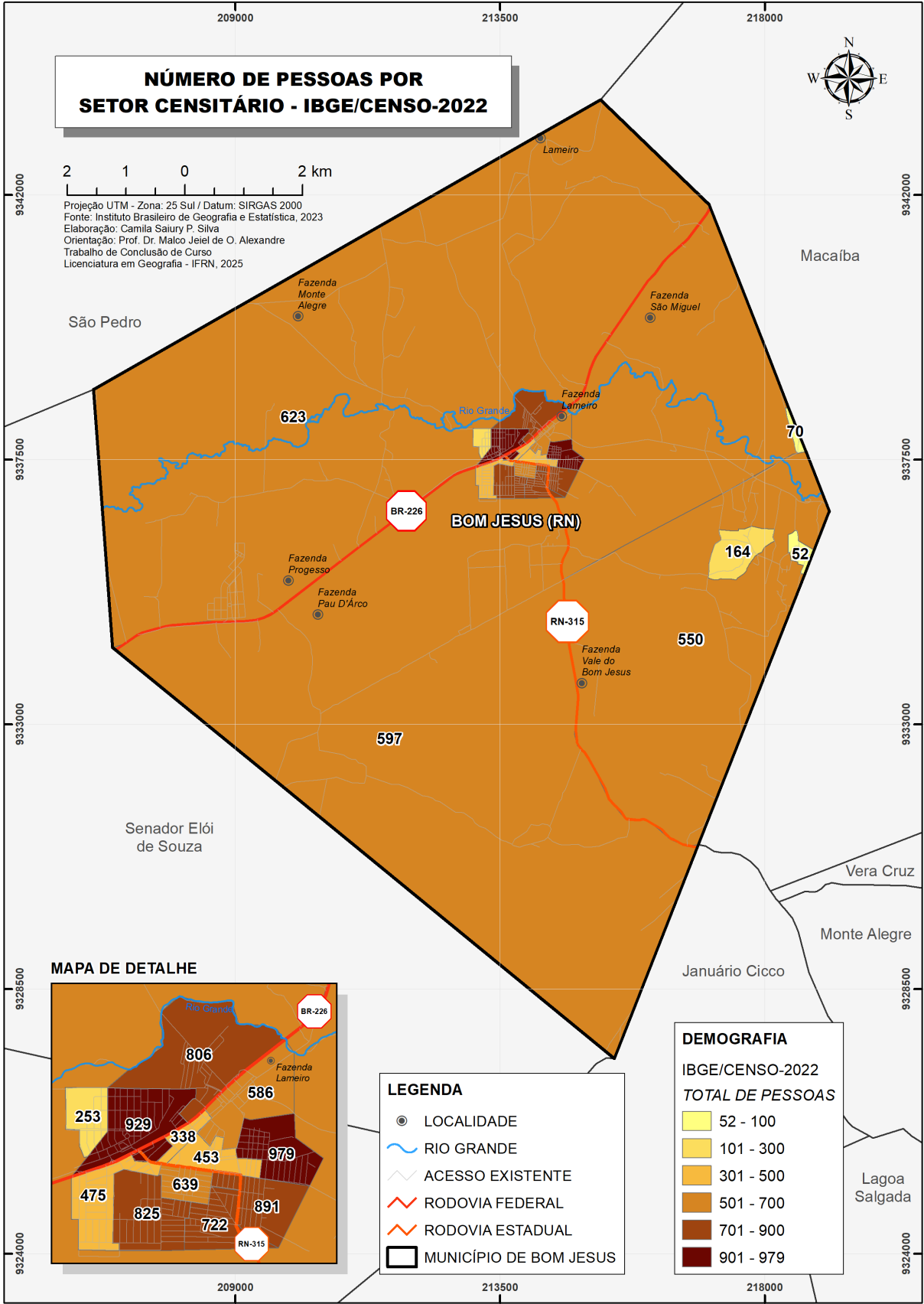
Nesse contexto, a análise da população por setor censitário auxilia na compreensão dos padrões de ocupação e da configuração territorial do município de Bom Jesus-RN. Dessa maneira, os dados revelam uma distribuição populacional diferenciada entre os espaços urbano e rural, totalizando 9.952 habitantes (IBGE, 2023). O Mapa 4 apresenta essa distribuição por setor censitário.

Mapa 3 – Divisão dos setores censitários do município de Bom Jesus, RN.



Fonte: Elaborado pela autora.

Mapa 4 – Número de pessoas residentes por setor censitário no município de Bom Jesus, RN.

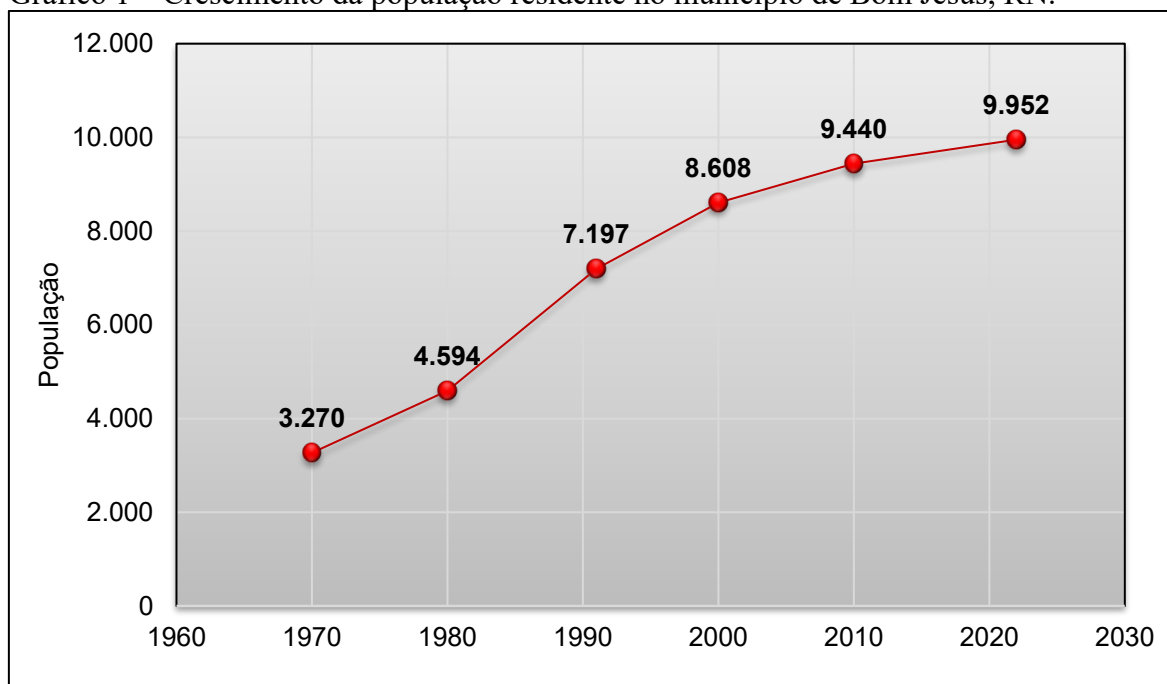


Fonte: Elaborado pela autora.

A área urbanizada do município corresponde a 1,94 km² e abriga 7.896 pessoas, o que representa cerca de 79% da população total. Já a zona rural, com 120,095 km², concentra apenas 2.056 habitantes, equivalendo a 21% da população municipal. A densidade demográfica na zona urbana é aproximadamente 4.070 habitantes por km², enquanto na zona rural essa densidade cai para cerca de 17 habitantes por km². Essa diferença na distribuição populacional sugere um padrão de concentração de moradia, serviços e infraestrutura no núcleo urbano.

Ao longo das últimas décadas, a população de Bom Jesus-RN apresentou uma trajetória de crescimento contínuo. Partindo de 3.270 habitantes em 1970, o município mais que triplicou sua população em meio século, alcançando 9.952 habitantes em 2022. Esse crescimento, no entanto, tem se dado de forma gradualmente desacelerada, o que pode ser atribuído, de modo geral, à combinação de queda nas taxas de natalidade, avanços na saúde pública e fluxos migratórios seletivos. O Gráfico 1 apresenta o crescimento do número de habitantes do município de Bom Jesus-RN com base nos dados dos Censos Demográficos realizados pelo IBGE entre os anos de 1970 e 2022 (IBGE, 2023).

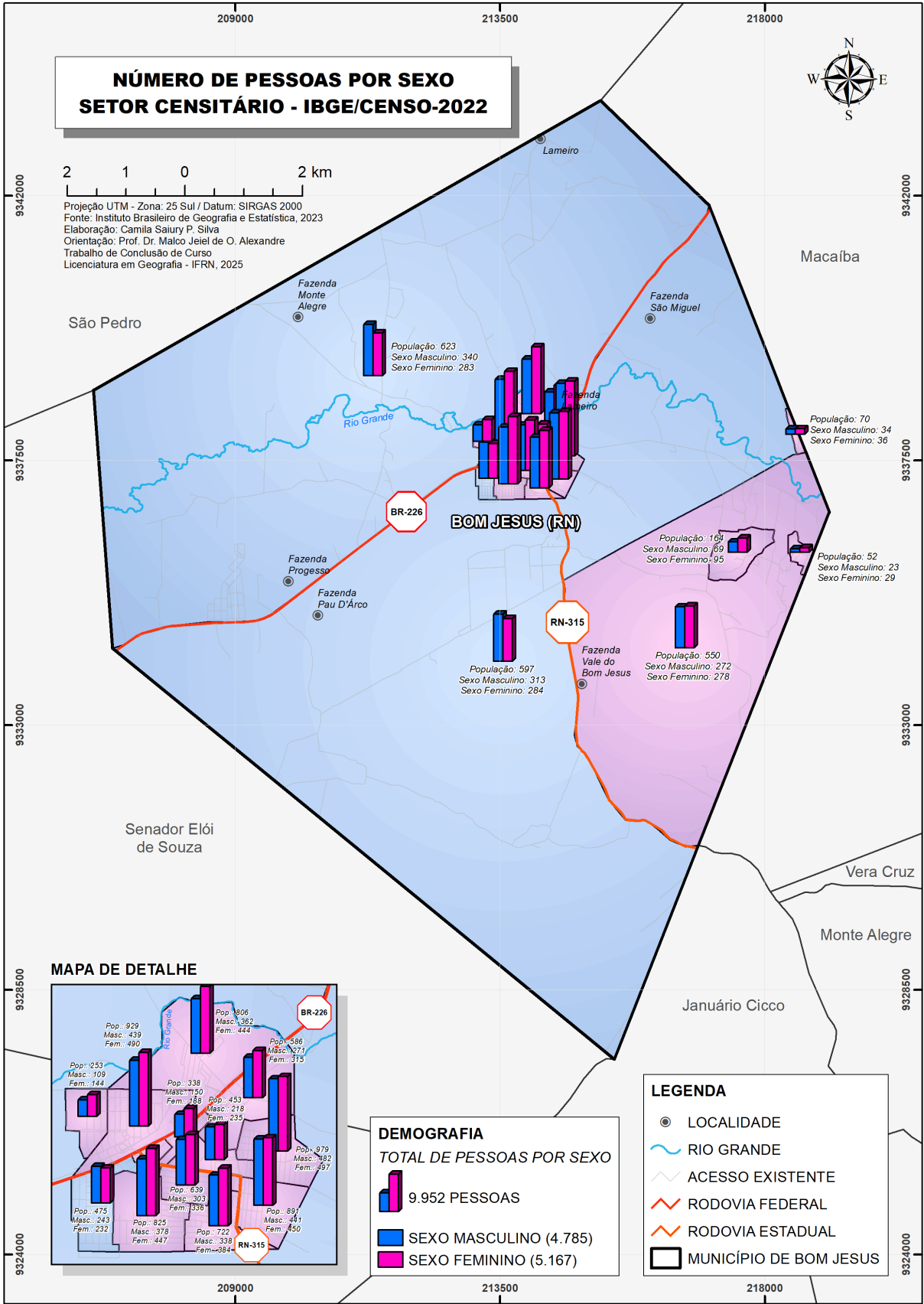
Gráfico 1 – Crescimento da população residente no município de Bom Jesus, RN.



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados dos Censos Demográficos do IBGE (1970–2022).

Além do crescimento populacional, a composição por sexo constitui um aspecto relevante para a análise demográfica do município. O Mapa 5 apresenta a distribuição da população por sexo em cada setor censitário, o que evidencia as diferenças entre as áreas urbana e rural e revela a estrutura populacional nos diferentes recortes do território municipal.

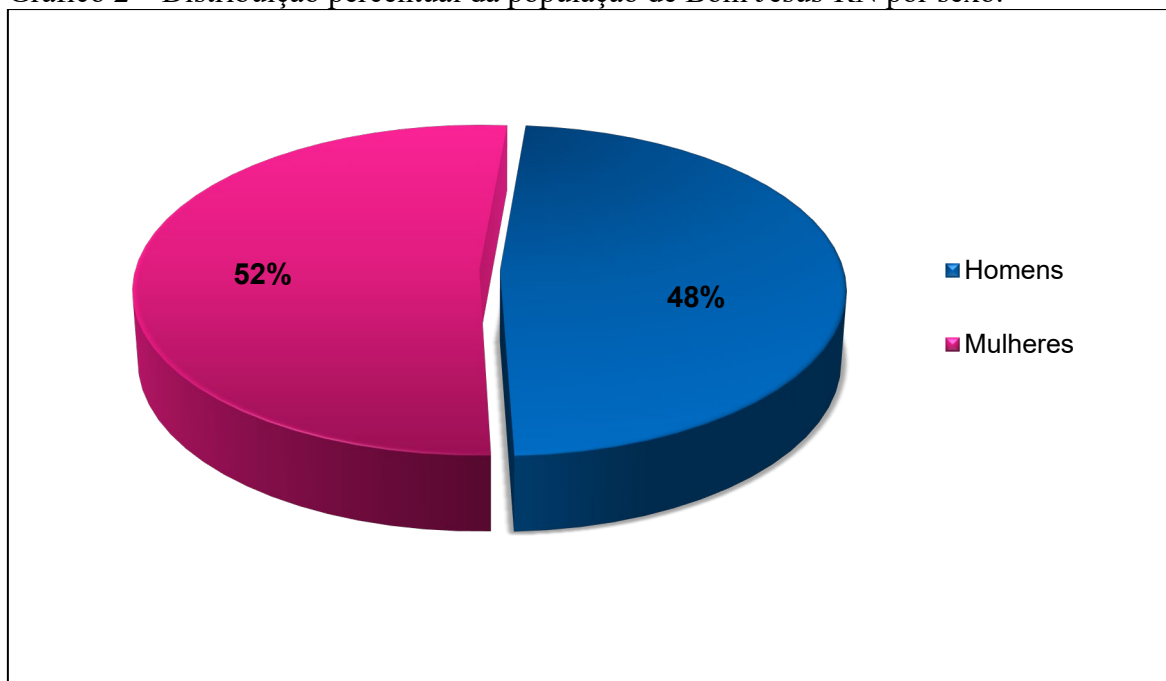
Mapa 5 – Número de pessoas por sexo em cada setor censitário do município de Bom Jesus, RN.



Fonte: Elaborado pela autora.

No município, observa-se uma predominância feminina, com 5.167 mulheres e 4.785 homens, o que resulta em uma razão de 92,61 homens para cada 100 mulheres (IBGE, 2023). Essa diferença também se expressa na distribuição espacial da população: na zona urbana residem 4.162 mulheres e 3.734 homens, enquanto na zona rural vivem 1.005 mulheres e 1.051 homens. Observa-se, portanto, que a predominância feminina se concentra no núcleo urbano, ao passo que no meio rural a população masculina é ligeiramente superior. Essa configuração é compatível com a tendência observada em diversas regiões do Brasil, no qual a maior longevidade das mulheres e os movimentos migratórios seletivos contribuem para uma composição populacional assimétrica entre os sexos (IBGE, 2023). A distribuição percentual da população segundo o sexo encontra-se representada no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Distribuição percentual da população de Bom Jesus-RN por sexo.

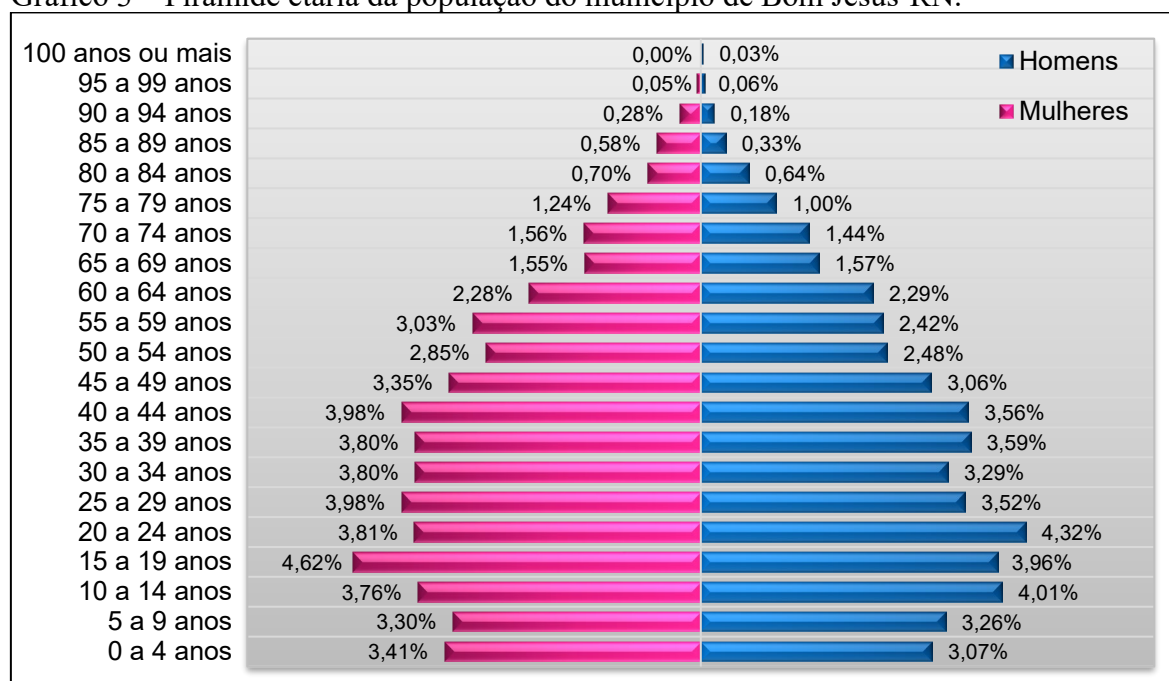


Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2023).

A estrutura etária da população de Bom Jesus-RN indica um cenário de transição demográfica. Com idade mediana de 33 anos, o município apresenta redução na proporção de jovens e crescimento gradual do grupo idoso. Crianças e adolescentes de 0 a 14 anos correspondem a 20,8% da população, enquanto pessoas com 65 anos ou mais somam 11,2%. O índice de envelhecimento (53,91) revela que há cerca de 54 idosos para cada 100 jovens, e a razão entre pessoas com 60 anos ou mais e aquelas com até 14 anos (75,89) confirma a tendência de envelhecimento (IBGE, 2023).

A pirâmide etária do município, representada no Gráfico 3, reforça essa leitura. Sua base mais larga entre 10 e 19 anos aponta ainda para a presença de uma população jovem, mas o crescimento das faixas etárias acima de 50 anos sinaliza uma mudança gradual na estrutura demográfica (IBGE, 2023). Embora o envelhecimento ainda seja discreto, ele tende a se acentuar nas próximas décadas, o que impõe ao município o desafio de planejar políticas públicas voltadas tanto para a juventude quanto para a população idosa, considerando as especificidades urbanas e rurais do território.

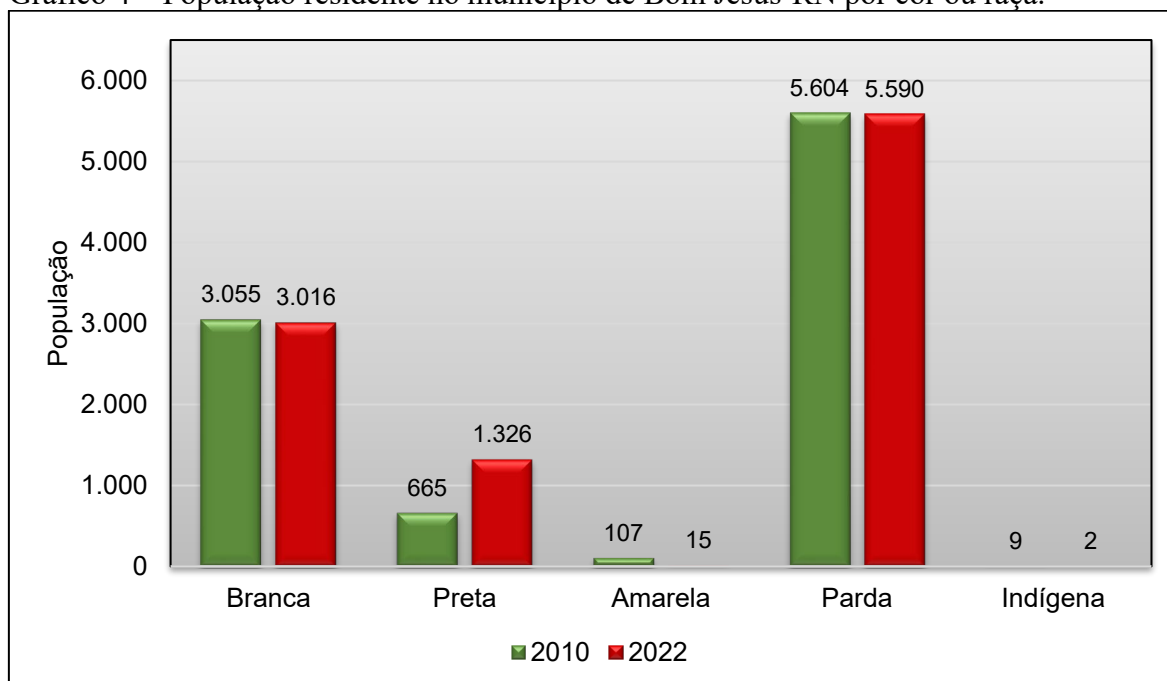
Gráfico 3 – Pirâmide etária da população do município de Bom Jesus-RN.



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2023).

Ainda com base nos dados censitários, o Gráfico 4 apresenta a composição da população residente em Bom Jesus-RN segundo as categorias de cor ou raça utilizadas pelo IBGE, comparando os resultados dos Censos de 2010 e 2022. Observa-se que a maior parte da população se autodeclara como parda, seguida pelas categorias branca e preta. A comparação entre os dois períodos revela o aumento significativo da população preta e a redução nos contingentes de brancos e amarelos (IBGE, 2023). Esses dados são relevantes para refletir sobre a diversidade étnico-racial do município.

Gráfico 4 – População residente no município de Bom Jesus-RN por cor ou raça.



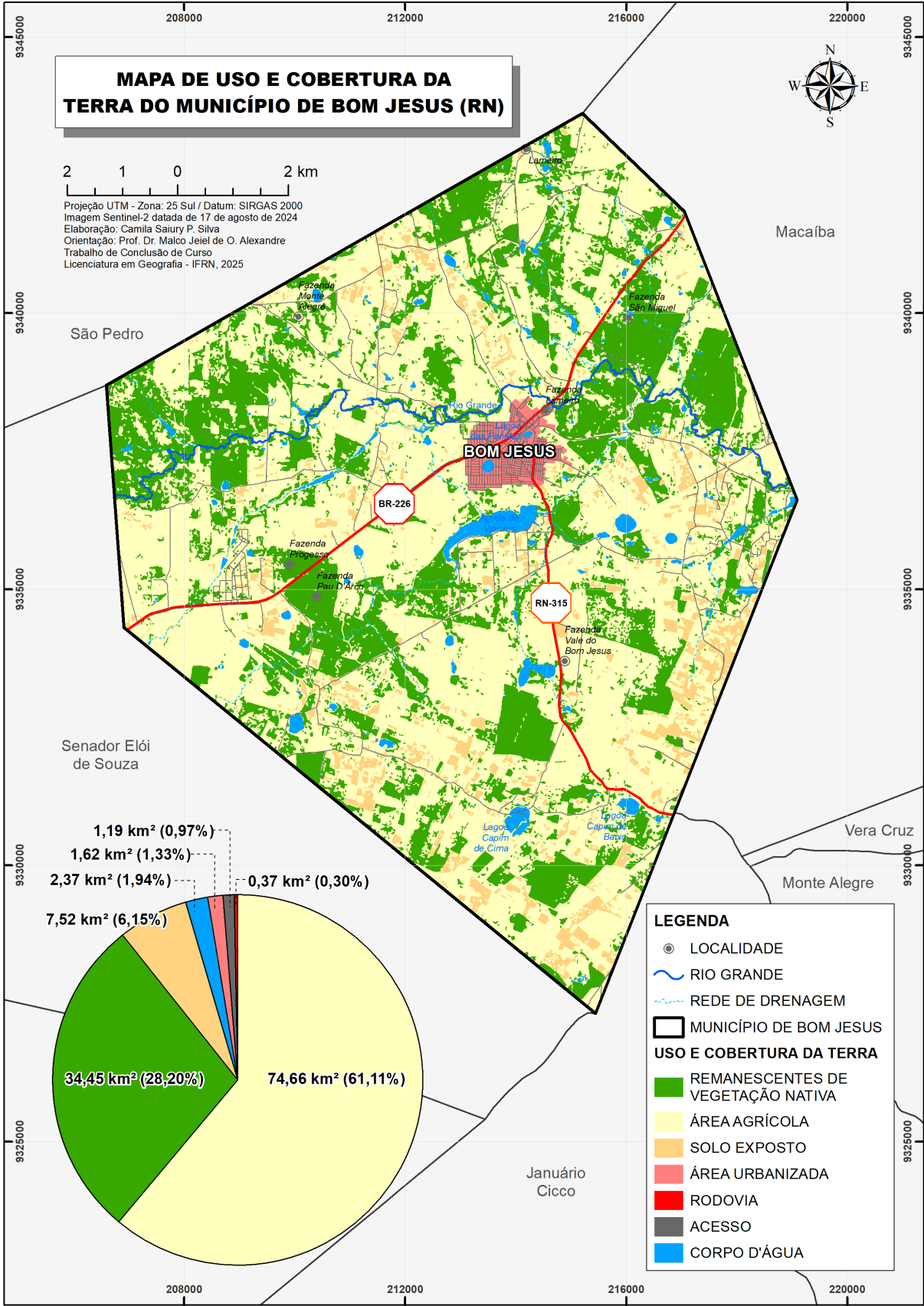
Fonte: Elaborado pela autora com base em dados dos Censos Demográficos do IBGE (2010–2022).

4.1.4 Economia

No âmbito das relações socioespaciais que estruturam o território de Bom Jesus-RN, a dimensão econômica e os indicadores de renda revelam importantes elementos para a compreensão da organização local. Observa-se o predomínio do setor público e a expressiva presença da agropecuária como pilares da economia municipal. Realidade observada em várias cidades do Brasil. De acordo com dados do IBGE (2021), o Produto Interno Bruto (PIB) de Bom Jesus-RN foi estimado em R\$ 109,3 milhões, resultando em um PIB per capita de R\$ 10.591,65. A composição do valor adicionado demonstra que a administração pública – englobando áreas como saúde, educação e seguridade social – responde por cerca de 53% da atividade econômica. Tais dados sugerem o papel central da administração pública como principal agente dinamizador da economia local, reafirmando sua relevância na sustentação das atividades socioeconômicas do município.

Apesar da centralidade do setor público na economia local, a agropecuária ocupa posição estratégica na estrutura produtiva e na configuração espacial do território de Bom Jesus-RN. O Mapa 6 apresenta a distribuição dos diferentes usos e coberturas da terra no município, destacando que aproximadamente 61% da área total está destinada a atividades agrícolas, incluindo pastagens e áreas cultivadas. Esse percentual expressivo revela a vocação agropecuária de Bom Jesus-RN, ao evidenciar a predominância das atividades rurais na configuração do território e nas dinâmicas socioespaciais do município.

Mapa 6 – Uso e cobertura da terra no município de Bom Jesus, RN.



Fonte: Elaborado pela autora.

Na agricultura, o município de Bom Jesus-RN se destaca pela grande variedade de culturas temporárias e permanentes, distribuídas em uma área plantada superior a 2.500 hectares. Os cultivos de mandioca, milho e feijão representam parte significativa das lavouras temporárias, enquanto frutíferas como manga, maracujá e caju se sobressaem entre as permanentes (IBGE, 2024a). As Fotografias 8 e 9 ilustram exemplos de plantações temporárias de feijão e mandioca respectivamente.

Fotografia 8 – Plantação de feijão, zona rural do município de Bom Jesus-RN.



Fonte: autoria própria.

A Tabela 1 apresenta os principais produtos agrícolas cultivados, com dados referentes à quantidade produzida, valor da produção, área colhida e rendimento médio por hectare. Dentre os cultivos, a mandioca ocupa posição de destaque, com 9.100 toneladas produzidas em 910 hectares. Observa-se ainda o bom desempenho da manga e do maracujá em termos de produtividade, além da relevância de outras culturas como batata-doce e milho (IBGE, 2024a).

Nesse contexto, Silva e Cândido (2014) apontam que a produção de mandioca constitui uma das principais atividades agrícolas de Bom Jesus-RN, sendo desenvolvida predominantemente por agricultores familiares e desempenhando papel fundamental na economia local, na subsistência alimentar e na reprodução social das famílias rurais.

Fotografia 9 – Plantação de mandioca, zona rural do município de Bom Jesus-RN.



Fonte: autoria própria.

Tabela 1 - Produção agrícola do município de Bom Jesus-RN.

Produção Agrícola						
Lavoura		Quantidade produzida (t)	Valor da produção (x 1000 R\$)	Área destinada à colheita (ha)	Área colhida (ha)	Rendimento médio (kg/ha)
Permanente	Castanha de caju	29	44	320	320	91
	Limão	14	57	2	2	7.000
	Mamão	30	36	2	2	15.000
	Manga	150	300	10	10	15.000
	Maracujá	40	180	5	5	8.000
Temporária	Algodão	25	88	24	24	1.042
	Batata-doce	100	120	10	10	10.000
	Feijão	50	175	420	420	119
	Mandioca	9.100	9.037	910	910	10.000
	Milho	86	146	800	360	239
Total		9.624	10.183	2.503	2.063	66.491

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2024a).

A Fotografia 10 apresenta a sede da Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Bom Jesus-RN, situada em área urbana. A presença dessa entidade

reforça o papel da agricultura familiar na dinâmica territorial do município, funcionando como espaço de organização coletiva e reivindicação de direitos.

Fotografia 10 – Sede da Associação de Agricultores Familiares de Bom Jesus-RN.

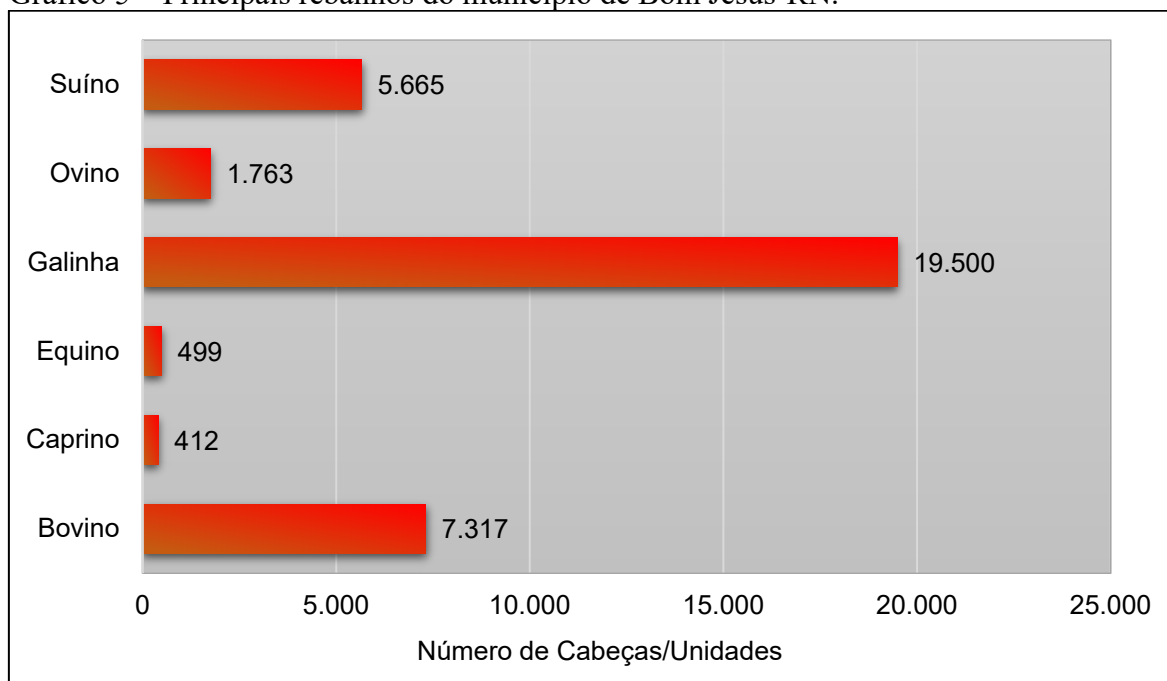


Fonte: autoria própria.

A pecuária também tem relevância econômica em Bom Jesus-RN, sobretudo pela criação de bovinos, suínos, aves e pequenos ruminantes. O rebanho bovino, por exemplo, soma mais de 7 mil cabeças, das quais cerca de 950 vacas são ordenhadas, resultando na produção de aproximadamente 1,5 milhão de litros de leite ao ano. A avicultura, por sua vez, apresenta números expressivos: com 19.500 galinhas poedeiras, o município produz anualmente mais de 390 mil dúzias de ovos (IBGE, 2024b).

O Gráfico 5 apresenta a quantidade de cabeças/unidades dos principais rebanhos pecuários existentes no município de Bom Jesus-RN. A Fotografia 11 apresenta animais em área de pastagem, criados em sistema extensivo, com acesso livre ao pasto, prática comum nas propriedades rurais do município.

Gráfico 5 – Principais rebanhos do município de Bom Jesus-RN.



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da Produção da Pecuária Municipal (IBGE, 2024b).

Fotografia 11 – Criação de bovinos, zona rural do município de Bom Jesus-RN.



Fonte: autoria própria.

Com base nas observações realizadas durante este trabalho, é possível sugerir que, embora o setor público desempenhe um papel central na economia de Bom Jesus-RN, a agropecuária tende a assumir uma função relevante na organização do território, sobretudo no que se refere à geração de renda.

4.1.5 Renda

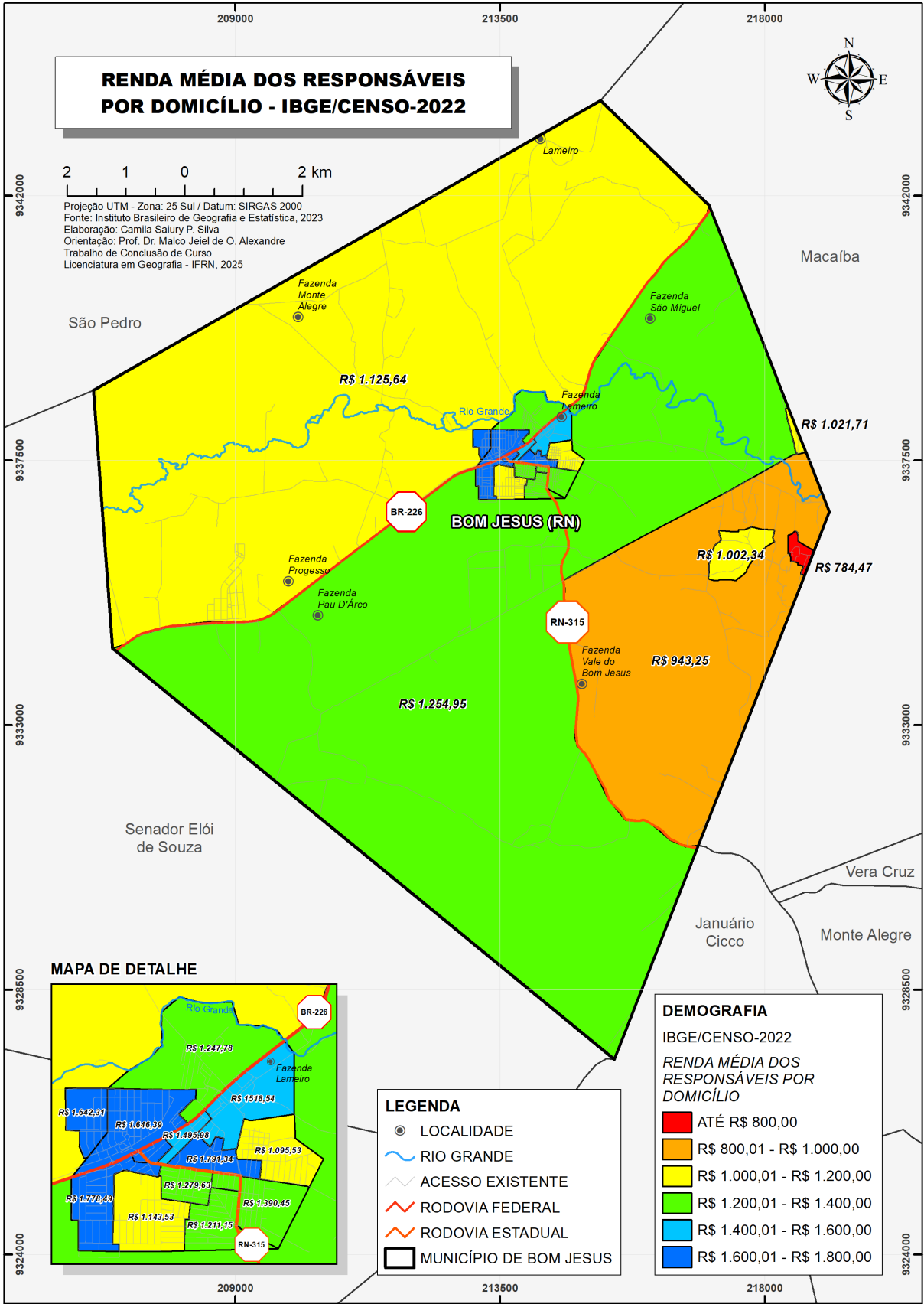
De acordo com o Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2023), a renda média dos responsáveis pelos domicílios em Bom Jesus-RN variava entre R\$ 800,00 e R\$ 1.800,00, valores que se situavam próximos ou abaixo do salário mínimo vigente naquele ano, que foi de R\$ 1.212. Por sua vez, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita do município alcançava aproximadamente R\$ 10.591,65. Esses dados permitem observar uma discrepância entre a riqueza gerada no município e a renda média das famílias.

A análise da renda sob uma perspectiva espacial revela importantes contrastes entre os setores urbano e rural do município. O Mapa 7 apresenta a distribuição da renda média dos responsáveis por domicílio nos diferentes setores censitários de Bom Jesus-RN, possibilitando a identificação de áreas com maior vulnerabilidade social e setores com condições mais favoráveis. Observa-se que, de modo geral, os valores mais baixos de renda concentram-se em determinados setores da zona rural, enquanto alguns setores urbanos apresentam médias ligeiramente superiores, refletindo a centralização de empregos e serviços na sede municipal.

Compreender essas disparidades é necessário para o planejamento de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades e à promoção da justiça social no território municipal. A espacialização da renda contribui para o entendimento das relações entre condições socioeconômicas, acesso a serviços e qualidade de vida, indicando como a renda interfere diretamente nas dinâmicas territoriais, no uso do espaço e na organização da vida cotidiana em Bom Jesus-RN.

A partir de uma leitura geográfica crítica, construída ao longo da formação docente, é possível compreender que a geração de riqueza, por si só, não garante a melhoria das condições de vida da população. Quando a renda média permanece baixa, o acesso a bens e serviços essenciais tende a ser comprometido, o que contribui para a reprodução de desigualdades. Tal constatação suscita discussões sobre os impactos da distribuição de renda na qualidade de vida da população e nas dinâmicas de organização do espaço.

Mapa 7 – Renda média dos responsáveis por domicílio nos setores censitários do município de Bom Jesus, RN.



Fonte: Elaborado pela autora.

4.1.6 Geologia

A caracterização geológica do município tem como base os dados disponibilizados pelo Serviço Geológico do Brasil (SGB), em publicação lançada em 2024 no âmbito do projeto de mapeamento geológico e de integração geofísica do estado. O documento integra a Série Geologia e Recursos Minerais dos Estados Brasileiros e apresenta nota explicativa sobre os domínios geológicos do Rio Grande do Norte. O Mapa 8 apresenta a distribuição das principais unidades geológicas no território de Bom Jesus-RN, destacando as formações que compõem o substrato rochoso do município e sua relevância para o entendimento da evolução geológica regional.

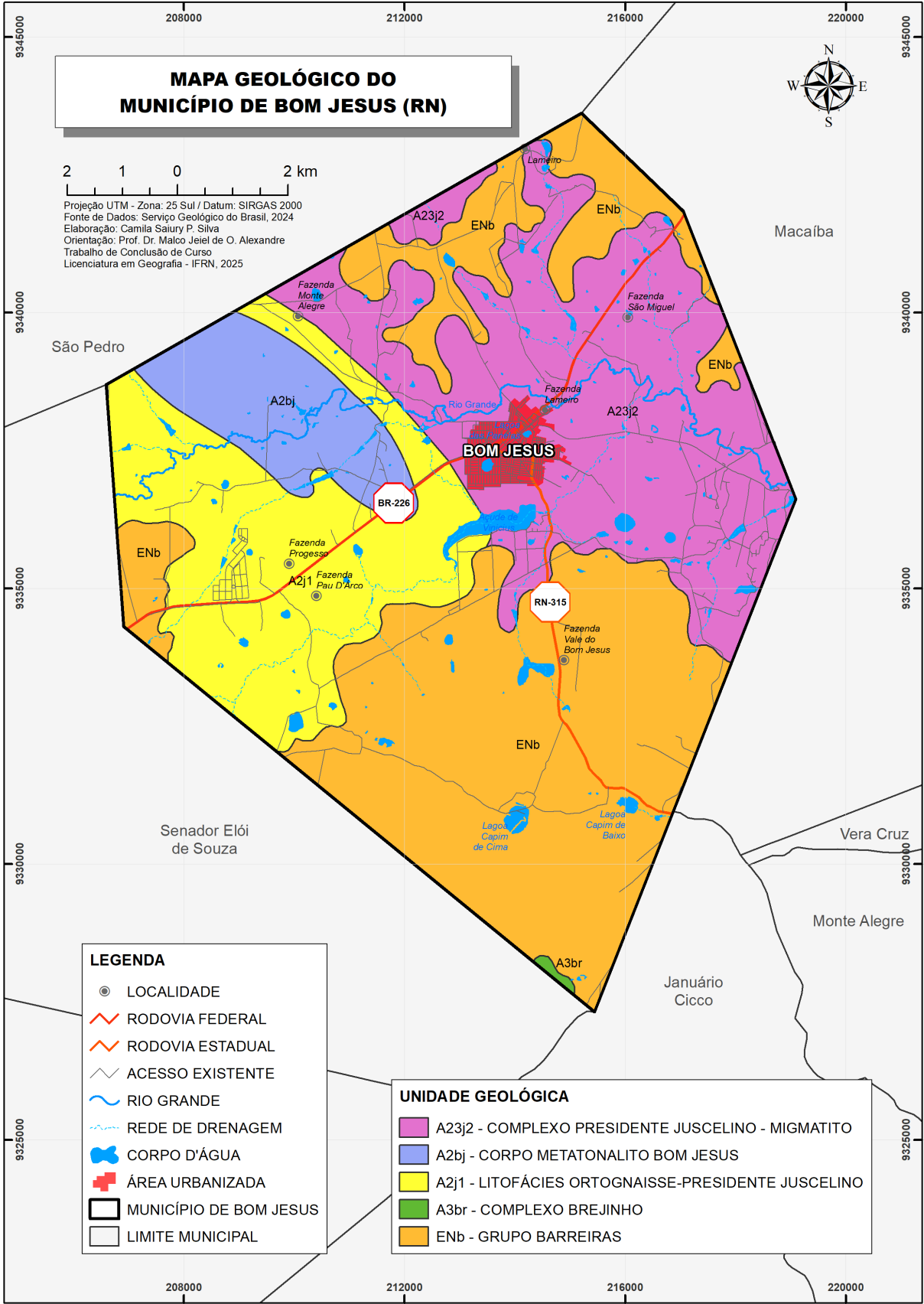
Com base nesse levantamento, é possível identificar que Bom Jesus-RN apresenta um conjunto de formações geológicas muito antigas e variadas, que ajudam a contar parte da história da Terra. Essas formações são compostas por diferentes tipos de rochas que se formaram em épocas muito distantes no tempo, algumas com mais de 3 bilhões de anos. Isso significa que essas rochas surgiram quando o planeta ainda estava nos seus primeiros estágios de formação (SGB, 2024).

A maior parte do território do município, incluindo a área urbana, está localizada sobre uma formação chamada Complexo Presidente Juscelino, mais especificamente sobre a unidade conhecida como migmatito. O migmatito é um tipo de rocha que foi parcialmente derretida devido a pressões e temperaturas muito elevadas no interior da crosta terrestre. Ele é uma mistura de materiais que estavam derretidos e outros que permaneceram sólidos, o que mostra que essas rochas passaram por condições extremas durante sua formação (SGB, 2024).

Os migmatitos dessa região contêm minerais como plagioclásio e granada, que são comuns em rochas formadas em grandes profundidades. Também apresentam estruturas internas que indicam que foram muito pressionadas ao longo do tempo. Algumas dessas rochas se formaram há cerca de 2,8 bilhões de anos, enquanto outras partes da mesma formação são ainda mais antigas, com idades de até 3,25 bilhões de anos. Estudos mais detalhados, usando métodos de datação com isótopos – que funcionam como um “relógio químico” dentro dos minerais – indicam que a crosta terrestre de onde essas rochas viera pode ter se formado há entre 3,4 e 3,6 bilhões de anos. Esses dados reforçam a ideia de que o território de Bom Jesus-RN faz parte de uma das porções mais antigas do planeta (SGB, 2024).

As Fotografias 12 e 13 apresentam registros de afloramentos típicos da Unidade Presidente Juscelino, composta por rochas magmáticas do embasamento cristalino.

Mapa 8 – Unidades geológicas do município de Bom Jesus, RN.



Fonte: Elaborado pela autora.

Fotografia 12 – Afloramento rochoso na zona rural de Bom Jesus-RN.



Fonte: autoria própria.

Fotografia 13 – Detalhe de afloramento rochoso com presença de vegetação herbácea e arbustiva.



Fonte: autoria própria.

Ainda dentro do Complexo Presidente Juscelino, existe outra unidade chamada de ortognaisse, que é uma rocha metamórfica derivada de uma rocha ígnea. Isso significa que ela se formou a partir de uma rocha que originalmente surgiu do resfriamento e cristalização do magma (material rochoso derretido do interior da terra), mas que depois passou por um processo

de transformação devido a altas pressões e temperaturas, conhecido como metamorfismo. Esse processo fez com que os minerais da rocha se reorganizassem, formando faixas claras e escuras, como camadas ou linhas onduladas, típicas desse tipo de rocha. As rochas dessa unidade são muito antigas, com cerca de 3,25 bilhões de anos, e têm origem comum com os migmatitos encontrados na mesma região (SGB, 2024).

No extremo noroeste do município, entre as formações anteriores e o Complexo Brejinho, encontramos a unidade chamada Metatonalito Bom Jesus-RN. Essa rocha também foi formada a partir de um magma, mas com uma composição química rica em cálcio e sílica, que a classifica como tonalítica. Com o passar do tempo, essa rocha sofreu alterações profundas devido ao calor e à pressão, tornando-se metamórfica – ou seja, foi transformada em outro tipo de rocha. As análises indicam que essa rocha se cristalizou há cerca de 3,41 bilhões de anos. Outras análises mostram que ela pode ter se originado de uma crosta ainda mais antiga, com idades entre 3,5 e 3,77 bilhões de anos. Isso indica que o material que deu origem a essas rochas vem de partes muito antigas da terra, que foram reutilizadas ao longo do tempo (SGB, 2024).

Na parte sul de Bom Jesus-RN, há uma pequena mancha geológica representada pelo Complexo Brejinho. Embora ocupe uma área menor, ele também é formado por rochas muito antigas e importantes. Esse complexo é composto por rochas claras a acinzentadas, que se originaram de magmas com bastante sílica e alumínio, e que passaram por transformações com o tempo. Apresentam estrutura interna em faixas ou bandas e uma textura média a grossa, o que indica que os cristais minerais em seu interior são visíveis a olho nu. A idade dessas rochas varia entre 3,17 e 3,33 bilhões de anos, com alguns estudos sugerindo que o material original que formou essas rochas pode ter entre 3,15 e 3,59 bilhões de anos. Os dados também mostram que essas rochas têm uma origem chamada de “crosta juvenil”, ou seja, uma parte da crosta terrestre que estava em formação durante o período em que esses minerais se cristalizaram (SGB, 2024).

Por fim, na região sul e sudeste do município principalmente, encontramos o Grupo Barreiras, que é bem mais recente do que as outras formações. Em vez de rochas formadas por magma, aqui temos rochas sedimentares, ou seja, formadas a partir da deposição de areia, argila, cascalho e outros materiais, transportados por antigos rios. Essas rochas se formaram em um ambiente de clima mais quente e com possíveis influências do mar, como margens de rios largos que mudavam de curso, chamadas de sistemas fluviais meandantes e entrelaçados. Elas têm cores variadas, como vermelho, amarelo, verde e roxo, o que está relacionado à presença de óxidos de ferro (SGB, 2024).

O Grupo Barreiras se formou entre 22 e 17 milhões de anos atrás, ou seja, mesmo sendo antigo em comparação com a história humana, é muito mais recente do que as outras rochas de Bom Jesus-RN. Assim, o município de Bom Jesus-RN apresenta um verdadeiro “museu natural” da história da terra, com rochas que vão desde o Arqueano, período geológico com mais de 3 bilhões de anos, até sedimentos do Período Terciário, com cerca de 20 milhões de anos (SGB, 2024).

4.1.7 Pedologia

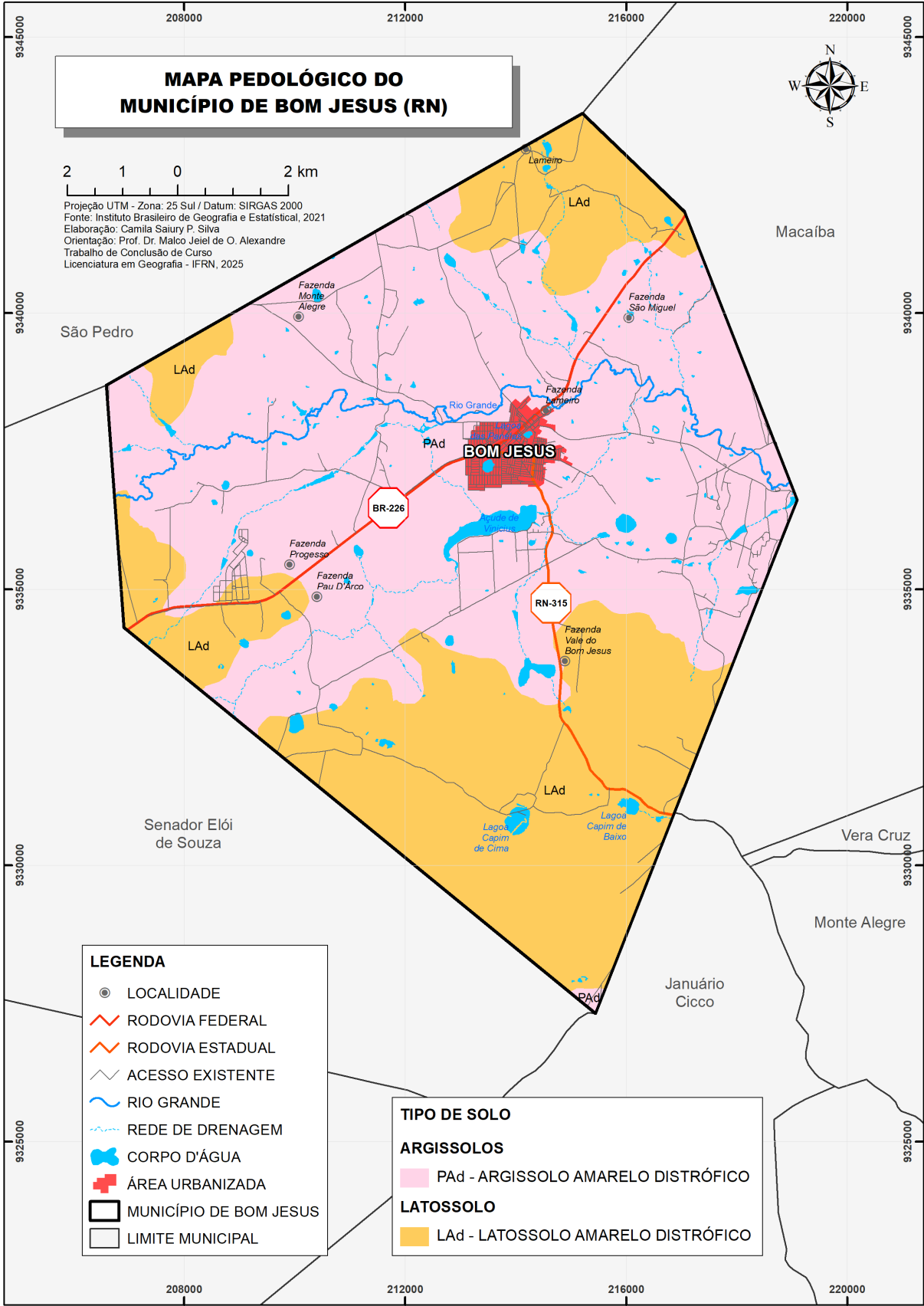
A caracterização pedológica apresentada neste trabalho tem como base o Manual Técnico de Pedologia, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em sua terceira edição, de 2015. Esse documento reúne os procedimentos metodológicos adotados para a identificação, classificação e mapeamento dos solos no Brasil, servindo como principal referência técnica nas análises de geociências voltadas à composição, formação e distribuição dos solos no território nacional.

O Mapa 9 apresenta a distribuição espacial das principais classes de solos identificadas no município de Bom Jesus-RN, destacando as áreas de ocorrência dos Argissolos Amarelos e Latossolos Amarelos Distróficos, que constituem os grupos predominantes na região.

A análise do padrão de distribuição evidencia que os Argissolos Amarelos e os Latossolos Amarelos Distróficos possuem características distintas quanto à formação, composição, profundidade e fertilidade natural (IBGE, 2015). Entender essas diferenças é fundamental para interpretar como os elementos naturais influenciam as práticas humanas no uso do território. Em Bom Jesus-RN, a forte presença da agricultura e da criação de animais reforça a importância do conhecimento sobre os solos, que se torna essencial para o uso racional da terra, conservação ambiental e fortalecimento da base produtiva local.

Os Argissolos Amarelos, conforme a classificação do IBGE (2015), apresentam um aumento no teor de argila da camada superficial (horizonte A) para a camada subsuperficial (horizonte Bt). Essa diferenciação textural torna a camada inferior mais rica em argila, modificando a textura do solo e influenciando sua capacidade de retenção de água e nutrientes (IBGE, 2015).

Mapa 9 – Principais classes de solos do município de Bom Jesus, RN.



Fonte: Elaborado pela autora.

A presença de argila nos solos é relevante devido ao seu tamanho reduzido e à ampla superfície de contato das partículas, o que favorece a retenção de água nos poros e a fixação de nutrientes em sua estrutura. Diferentemente da areia, cujos grãos maiores permitem o rápido escoamento da água, a argila tem a capacidade de armazená-la por mais tempo, mantendo-a disponível para absorção pelas raízes das plantas. Além disso, elementos essenciais ao desenvolvimento vegetal, como cálcio, potássio e magnésio, tendem a aderir às superfícies das partículas argilosas, sendo liberados gradualmente para as plantas. Por essa razão, solos com maior teor de argila, como os Argissolos, apresentam maior capacidade de armazenamento de nutrientes e, potencialmente, maior fertilidade. Contudo, exigem atenção especial quanto à compactação e ao escoamento da água, pois podem apresentar problemas de drenagem (IBGE, 2015).

Além da variação textural entre os horizontes, essa transição se revela também por alterações na coloração do solo, que indicam importantes diferenças em sua composição. A camada superior tende a ser mais escura, devido à maior presença de matéria orgânica, enquanto a camada mais profunda adquire tonalidades amareladas ou avermelhadas, reflexo da concentração de minerais como ferro e alumínio. Esses solos podem ser rasos ou profundos e, quando bem manejados, apresentam razoável aptidão agrícola (IBGE, 2015).

Em termos de espacialidade, conforme apresentado no mapa pedológico, os Argissolos Amarelos ocupam grande parte do território de Bom Jesus-RN, com predominância nas regiões centrais, nordeste e noroeste. Distribuem-se, principalmente, em áreas de relevo suavemente ondulado e em setores com rede de drenagem mais expressiva, como as margens do rio Grande e seus afluentes. Essa configuração espacial sugere influência da dinâmica hídrica em sua formação e comportamento, o que os torna mais suscetíveis à erosão, especialmente em áreas agrícolas de uso intensivo. A presença desses solos sobre substratos geológicos pouco consolidados reforça a necessidade de práticas conservacionistas para conter processos de degradação. A Fotografia 14 ilustra uma exposição superficial típica desse tipo de solo.

Os Latossolos Amarelos Distróficos se caracterizam por seu alto grau de intemperismo, resultado de intensos processos químicos e físicos ao longo do tempo. Apresentam coloração amarela – atribuída à presença de óxidos de ferro –, boa drenagem, e perfil homogêneo em profundidade. A designação “distrófico” indica baixa fertilidade natural, devido às reduzidas concentrações de nutrientes essenciais ao desenvolvimento vegetal, como cálcio, magnésio e potássio. Embora sejam quimicamente pobres, esses solos possuem estrutura física favorável ao uso agrícola, desde que submetidos a práticas adequadas de manejo e correção da fertilidade (IBGE, 2015).

Fotografia 14 – Exposição superficial de Argissolo no município de Bom Jesus-RN.



Fonte: autoria própria.

Quanto à distribuição espacial, os Latossolos Amarelos Distróficos (Fotografia 15) predominam nas porções sul e sudeste do município, geralmente em áreas mais elevadas e com baixa densidade de drenagem. Desenvolvem-se sobre materiais geologicamente pouco consolidados, como os sedimentos do Grupo Barreiras, e, apesar da baixa fertilidade, sua profundidade e capacidade de drenagem conferem certo potencial agrícola.

Fotografia 15 – Ocorrência de Latossolo Amarelo Distrófico em área rural de Bom Jesus-RN.



Fonte: autoria própria.

4.1.8 Geomorfologia

A caracterização geomorfológica foi realizada com base na publicação Geodiversidade do estado do Rio Grande do Norte, elaborada pelo Serviço Geológico do Brasil (SGB). Esse documento, integrante do Programa Geologia do Brasil, detalha as unidades geomorfológicas que compõem o território potiguar e serviu de referência para a classificação adotada nesta análise.

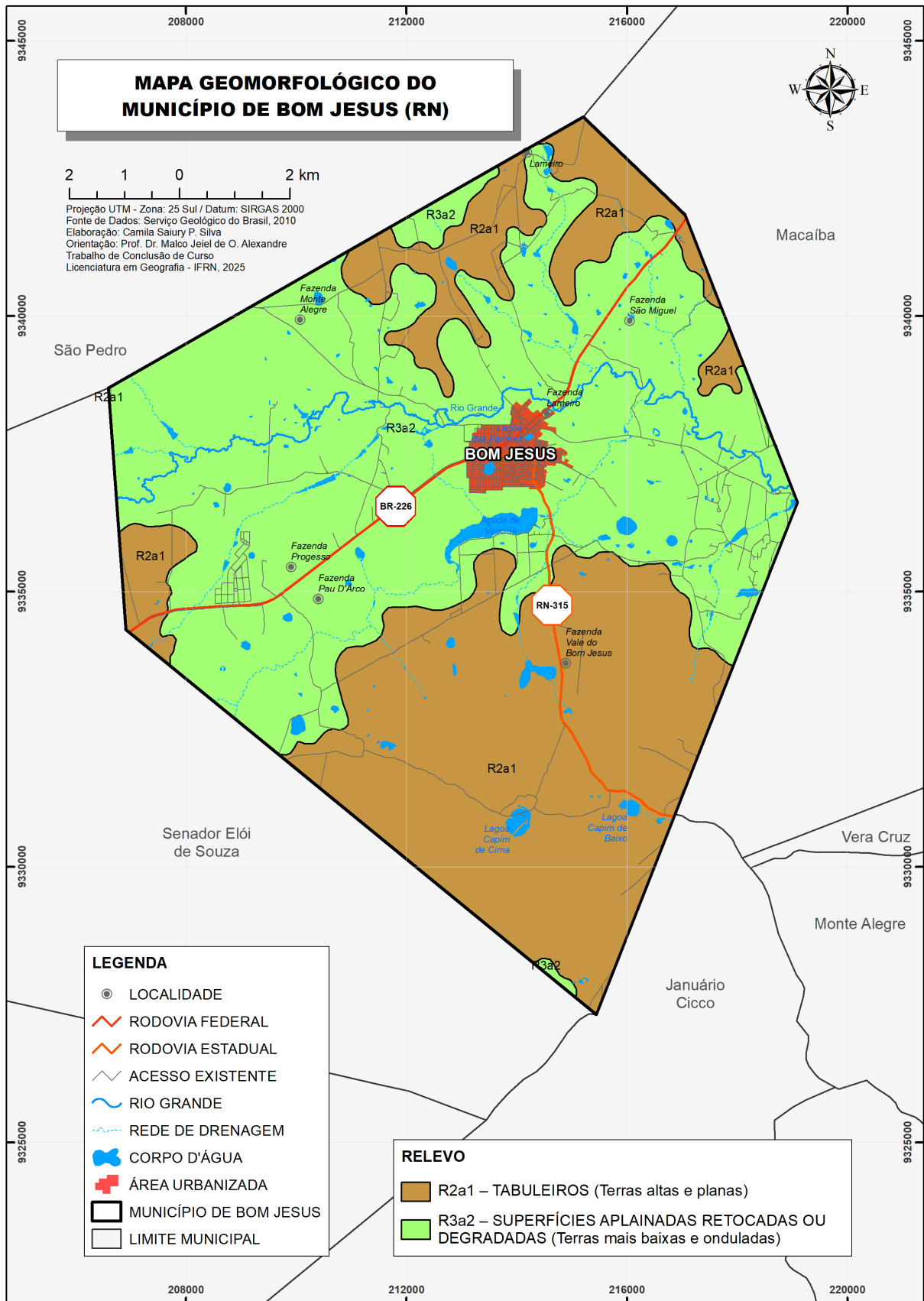
Para contextualizar espacialmente as formas de relevo do município, apresenta-se o Mapa 10, que mostra a distribuição das principais classes geomorfológicas identificadas em Bom Jesus-RN, com destaque para os tabuleiros e as superfícies aplainadas retocadas ou degradadas. Complementando essa abordagem, o Mapa 11 apresenta a variação altimétrica do território, com as diferentes faixas de altitude e as curvas de nível, possibilitando uma visualização das transições topográficas e dos padrões de elevação do município.

Com base nessas informações, é possível destacar as características específicas de cada unidade geomorfológica presente em Bom Jesus-RN. As duas principais classes identificadas são os tabuleiros (classificados como R2a1) e as superfícies aplainadas retocadas ou degradadas (classificadas como R3a2). Essas categorias correspondem a diferentes formas que o relevo assume, determinadas por variações de altitude, declividade e pelos processos de modelagem ao longo do tempo. Tais transformações resultam da ação contínua de agentes naturais, como a água da chuva, os rios, o vento e os processos geológicos que atuam sobre a superfície terrestre (SGB, 2010).

A classe dos tabuleiros (R2a1) corresponde a terras mais altas e planas, com pequenas variações de altitude que vão de 10 a 30 metros. A inclinação dessas áreas é muito suave, com declives que não passam de 5 graus. Essa classe é definida como “suavemente dissecada” devido à atuação dos processos erosivos, especialmente da água, que, ao longo do tempo, promoveram a abertura de vales e o isolamento relativo das porções mais altas. Como resultado, os tabuleiros apresentam topos amplos e planos, com vertentes retilíneas que descem até vales encaixados (SGB, 2010). Em Bom Jesus-RN, a classe de tabuleiros está associada a materiais geológicos predominantemente sedimentares, pertencentes ao Grupo Barreiras.

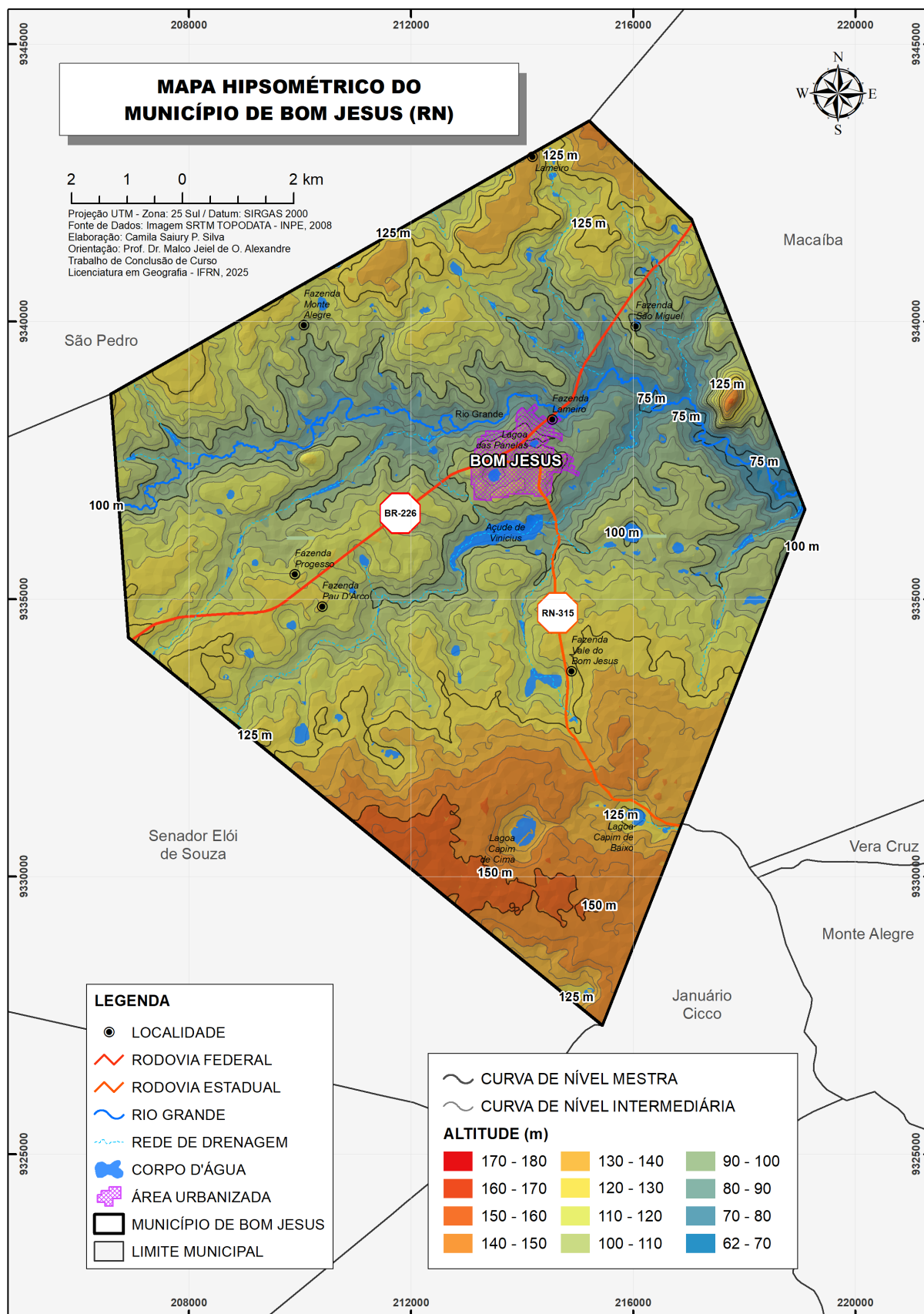
Outra característica importante dos tabuleiros é a presença de solos espessos e bem desenvolvidos, como os latossolos, que apresentam boa drenagem, ou seja, conseguem absorver bem a água da chuva. No entanto, se não forem bem manejados – por exemplo, com desmatamento ou uso intensivo –, esses solos podem sofrer erosão, especialmente em forma de sulcos e ravinas (cortes profundos provocados pelo escoamento da água) (SGB, 2010).

Mapa 10 – Classes geomorfológicas do município de Bom Jesus, RN.



Fonte: Elaborado pela autora.

Mapa 11 – Classificação altimétrica do município de Bom Jesus, RN.



Fonte: Elaborado pela autora.

O relevo aplainado é marcante em Bom Jesus-RN, caracterizado por superfícies planas, baixas declividades e altitudes uniformes. Resultante de longos processos erosivos, esse tipo de relevo favorece o uso agrícola e a ocupação do solo, por facilitar o manejo e permitir o desenvolvimento de atividades produtivas. A Fotografia 16 exemplifica uma área aplainada no município.

Fotografia 16 – Paisagem com relevo aplainado no município de Bom Jesus-RN.



Fonte: autoria própria.

A classe das superfícies aplainadas retocadas ou degradadas (R3a2) corresponde a terras mais baixas e suavemente onduladas. Assim como nos tabuleiros, a variação de altitude também vai de 10 a 30 metros, e a inclinação das encostas continua sendo sutil. A principal diferença aqui está no processo de formação. Essas superfícies foram moldadas por um antigo processo de aplainamento – ou seja, o nivelamento dos terrenos – seguido por uma retomada erosiva mais fraca, em que os rios e córregos escavaram lentamente o solo. Essa escavação leve é chamada de incisão fluvial incipiente, o que significa que os cursos d'água ainda estão pouco definidos ou em estágio inicial de formação. Essas áreas fazem parte das chamadas depressões interplanálticas, que são zonas mais rebaixadas entre áreas mais altas, como os tabuleiros (SGB, 2010).

O relevo é descrito como suave ondulado (Fotografia 17), com pequenas ondulações repetidas, sem chegar a formar morros, pois a variação de altura é muito discreta. Nesses terrenos predominam solos do tipo argissolo, que possuem uma camada superficial mais

arenosa e uma camada mais argilosa no subsolo, o que influencia a forma como a água se infiltra e escoar (SGB, 2010).

Fotografia 17 – Relevo suave ondulado ao longo da BR-226, no município de Bom Jesus-RN.



Fonte: autoria própria.

Do ponto de vista da análise espacial, o mapa mostra que a unidade dos tabuleiros (R2a1) domina as porções sul, nordeste, norte e parte do oeste do território, formando uma espécie de borda elevada ao redor do município. Já as superfícies aplainadas degradadas (R3a2) ocupam a região central, abrangendo a área urbana de Bom Jesus-RN, boa parte das áreas agrícolas e as margens da BR-226. Esse arranjo influencia diretamente a dinâmica da água no território. Os tabuleiros funcionam como áreas de recarga e escoamento superficial, favorecendo a formação de nascentes e pequenas drenagens, enquanto as áreas mais baixas (R3a2) atuam como zonas de acumulação de água, onde é comum o surgimento de lagoas temporárias, brejos e alagadiços – especialmente ao redor da área urbana e nas imediações do Rio Grande, principal curso d'água do município (SGB, 2010).

As Fotografias 18 e 19 ilustram diferentes formas de relevo no município de Bom Jesus-RN. Observam-se, nas imagens, feições suavemente onduladas em primeiro plano e elevações mais expressivas ao fundo das paisagens.

Fotografia 18 – Paisagem típica do relevo suave ondulado em Bom Jesus-RN, com destaque para as formas planas e transições sutis de altitude.



Fonte: autoria própria.

Fotografia 19 – Vista de terrenos aplainados em primeiro plano, seguidos por relevo suavemente ondulado e elevação ao fundo, município de Bom Jesus-RN.



Fonte: autoria própria.

4.1.9 Hidrografia

A caracterização hidrográfica apresentada neste trabalho baseia-se na divisão oficial das bacias hidrográficas do Rio Grande do Norte, conforme estabelecida pelo Instituto de Gestão das Águas do Estado (IGARN). A configuração dos sistemas de drenagem do município pode ser observada no Mapa 12, que delimita as bacias hidrográficas de Bom Jesus-RN.

Em termos de abrangência, o território municipal está inserido predominantemente na bacia do Rio Potengi, que responde por cerca de 98,59% de sua área, enquanto a bacia do Rio Trairi ocupa apenas 1,41% do total (IGARN, 2009).

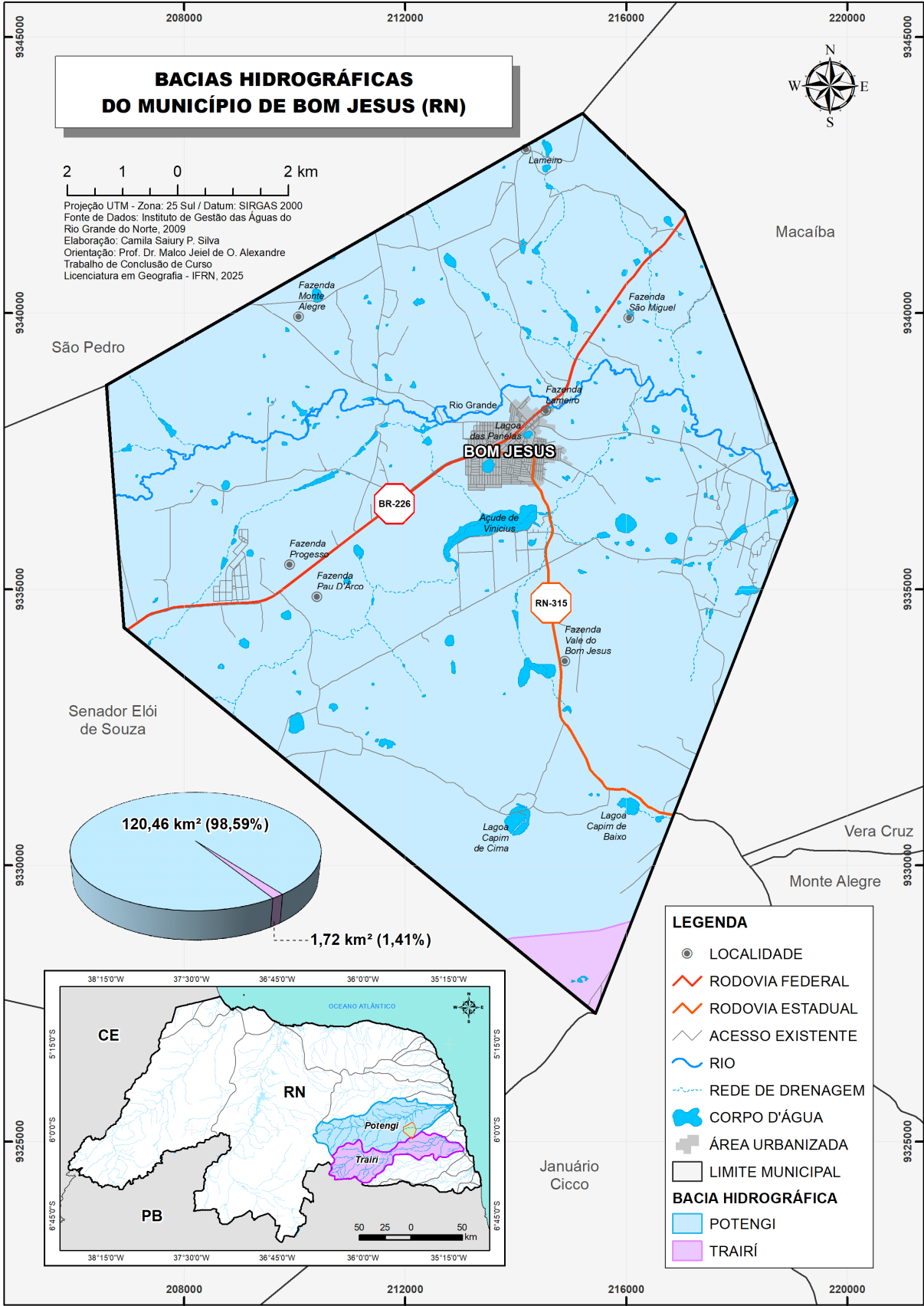
No contexto da bacia do Potengi, destaca-se o Rio Grande, também conhecido localmente como Rio Bom Jesus, principal curso d'água da rede de drenagem municipal. A Fotografia 20 registra a sinalização instalada na ponte sobre esse rio, um marco simbólico da entrada na zona urbana do município. Por sua vez, a Fotografia 21 apresenta o espelho d'água do Rio Bom Jesus e evidencia moradias situadas em áreas de vazante, revelando a relação histórica entre o assentamento humano e a dinâmica fluvial local.

Fotografia 20 – Ponte sobre o Rio Bom Jesus na entrada da zona urbana do município de Bom Jesus-RN.



Fonte: autoria própria.

Mapa 12 – Bacias hidrográficas do município de Bom Jesus, RN.



Fonte: Elaborado pela autora.

Fotografia 21 – Espelho d’água do Rio Bom Jesus-RN e moradias localizadas em área de vazante.



Fonte: autoria própria.

Além do Rio Grande, o território apresenta uma expressiva rede de drenagem composta por riachos intermitentes e pequenos cursos d’água que integram a paisagem. Com base nas observações realizadas ao longo da pesquisa e na análise espacial dos elementos físicos, compreende-se que essa malha hidrográfica superficial está fortemente relacionada às características do embasamento cristalino predominante na região. A presença de rochas cristalinas, de baixa permeabilidade, favorece o escoamento superficial e contribui para a formação de corpos d’água, muitos deles sazonais. Conclui-se que esses recursos hídricos desempenham papel fundamental no suporte às atividades agropecuárias do município, pois influenciam diretamente as dinâmicas de uso e ocupação da terra.

Nesse contexto, entre os principais corpos d’água de Bom Jesus-RN, destacam-se a Lagoa das Panelas (Fotografia 22), localizada na área urbana e frequentemente utilizada como referência local; o Açude de Vinícius, com função estratégica no abastecimento de água; além das lagoas Capim de Cima e Capim de Baixo, situadas na porção sudeste do território. Essas lagoas, de formação natural, são importantes na dinâmica ambiental local e exercem influência direta na manutenção de atividades econômicas, como a agricultura e a pecuária, no armazenamento de água para consumo humano e animal, bem como no equilíbrio ecológico da região (SGB, 2005).

Fotografia 22 – Lagoa das Panelas, localizada na área urbana do município de Bom Jesus-RN.



Fonte: autoria própria.

4.2 REFLEXÕES SOBRE O USO DO ATLAS COMO MATERIAL DIDÁTICO NA MEDIAÇÃO DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO

A proposta de elaboração do Atlas Geográfico Escolar de Bom Jesus-RN foi orientada por uma preocupação: como produzir um material que, de fato, se aproxime da realidade dos estudantes e contribua para um Ensino de Geografia mais significativo? Ao longo do processo, compreendi que o atlas não deveria se limitar à organização de informações cartográficas e descritivas sobre o município, mas precisava ser concebido como um recurso que, utilizado com intencionalidade pedagógica, pudesse favorecer a mediação do conhecimento geográfico em sala de aula. Mais do que um produto técnico, ele foi pensado como uma linguagem que dialoga com o território vivido pelos alunos, e que de alguma maneira possa contribuir para a construção de vínculos com o lugar e para o desenvolvimento de um olhar mais atento às dinâmicas socioespaciais locais.

No entanto, reconheço que esse processo não foi simples. Uma das principais dificuldades esteve justamente em como transformar um conjunto de dados técnicos, mapas e análises geográficas em um material acessível para o ambiente escolar. Produzir um atlas escolar exige mais do que domínio técnico: requer sensibilidade para traduzir conteúdos científicos em uma linguagem didática, próxima da realidade dos estudantes e coerente com as práticas educativas. Percebi que essa tradução é uma lacuna importante quando pensamos na

construção de materiais didáticos contextualizados. A experiência evidenciou o quanto é necessário pensar cuidadosamente não apenas o que mostrar no atlas, mas como apresentar essas informações de forma que dialoguem com os saberes dos alunos e com as necessidades dos professores.

Reconheço que, em alguns momentos, as limitações impostas pelas condições da pesquisa – como o tempo disponível, o acesso às fontes e a própria complexidade do processo – afetaram diretamente o resultado final. Embora tenha buscado alinhar o atlas às orientações pedagógicas e às demandas reais da escola, sei que o material poderia ter sido mais sensível a certos aspectos da linguagem didática e da organização escolar. Esse reconhecimento não invalida a proposta, mas reforça a importância de pensar o atlas como um material em constante construção, que pode ser aprimorado com base no uso prático, na escuta dos professores e nas experiências vividas em sala de aula.

A escolha por trabalhar com mapas temáticos produzidos a partir de dados locais, imagens do território e descrições integradas foi feita com a intenção de favorecer o reconhecimento do lugar pelos próprios estudantes. Ao verem seu município representado nos mapas, muitos alunos podem se perceber como sujeitos que habitam, conhecem e constroem esse espaço. A ideia de que o território é vivido, carregado de significados e memórias – e, por isso mesmo, merece ser representado – orientou cada etapa da produção do material.

Essa percepção se aproxima do que defende Callai (2023), ao afirmar que é no exercício de representar graficamente o espaço que a cartografia se torna parte da sistematização do conhecimento geográfico na escola, o que enriquece a articulação entre os conteúdos curriculares e a experiência cotidiana dos estudantes.

Nesse horizonte, os mapas temáticos elaborados com base no município de Bom Jesus-RN podem funcionar como ponto de partida para provocar a curiosidade dos estudantes, estimular a observação atenta do espaço e contribuir para a construção gradual do pensamento geográfico. Castellar (2017) chama atenção para a importância desse processo, ao destacar que a leitura do território contribui para formar uma consciência crítica, capaz de compreender as relações entre tempo, espaço e sociedade.

Considerando esse conjunto de reflexões, torna-se pertinente observar como a proposta do atlas dialoga com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O documento estabelece como objetivos o desenvolvimento do pensamento espacial, a leitura crítica das dinâmicas socioespaciais e a valorização das múltiplas territorialidades. Para isso, propõe habilidades específicas para cada ano do ensino fundamental, reconhecendo a importância de

práticas pedagógicas que articulem os conteúdos à realidade dos estudantes e contribuam para a compreensão dos fenômenos espaciais em diferentes escalas (Brasil, 2018).

No 6º ano do ensino fundamental, o Ensino de Geografia volta-se à compreensão dos elementos da natureza e das transformações resultantes das práticas sociais. Para que esse aprendizado ocorra de forma contextualizada, é fundamental o uso de materiais que ajudem o aluno a observar, descrever e interpretar as paisagens do seu entorno. O Atlas Geográfico Escolar de Bom Jesus-RN, ao reunir mapas temáticos sobre relevo, hidrografia, solos, uso e cobertura da terra, localização e aspectos populacionais, oferece ao professor um conjunto de instrumentos pedagógicos que possibilitam o desenvolvimento de habilidades previstas na BNCC a partir da realidade concreta do território onde os alunos vivem.

Um exemplo relevante é a articulação das habilidades EF06GE04 e EF06GE05. A primeira propõe a descrição do ciclo da água e a análise comparativa do escoamento superficial entre o meio urbano e o rural, enquanto a segunda convida o estudante a estabelecer relações entre clima, solo, relevo e vegetação. A leitura integrada dos mapas de bacia hidrográfica, relevo, solos e zoneamento urbano-rural permite observar como o relevo interfere na drenagem natural, como a impermeabilização do solo urbano altera o escoamento e como a vegetação nativa, ao ser substituída, transforma os fluxos hídricos. Tais elementos podem ser mobilizados em atividades práticas, como a produção de croquis da vizinhança ou observações de campo.

No mesmo eixo de análise, a habilidade EF06GE11 trata das interações entre sociedade e natureza, com base nas transformações da biodiversidade. Com o apoio do mapa de uso e cobertura da terra, o professor pode estimular reflexões sobre como o avanço das áreas agrícolas, a expansão das áreas urbanas e a substituição da vegetação nativa interferem na dinâmica dos ecossistemas e nos modos de vida. Já a habilidade EF06GE10, que trata das formas de uso do solo e dos recursos hídricos, pode ser explorada por meio da leitura dos mapas de uso da terra, relevo e hidrografia, abrindo espaço para o debate sobre práticas agrícolas adotadas no município, seus impactos e possíveis alternativas sustentáveis.

É importante destacar que cada um dos mapas presentes no atlas conta com uma versão em branco, sem preenchimento de cores ou com alguns atributos propositalmente omitidos. Essa escolha metodológica busca estimular a participação ativa dos alunos nas atividades em sala, para que eles interajam com o conteúdo de forma prática. No 6º ano, o professor pode propor atividades simples e orientadas, como colorir os mapas de acordo com a legenda apresentada, reconhecer lugares conhecidos ou nomear elementos do território com base em suas vivências cotidianas. Esse tipo de abordagem viabiliza a familiarização dos estudantes com

a linguagem cartográfica e colabora para a construção de noções espaciais mais sólidas, ao mesmo tempo em que aproxima o conteúdo escolar da realidade dos educandos.

Os dados populacionais, econômicos e sociais presentes no atlas oferecem suporte ao trabalho com diversas outras habilidades da BNCC. Por meio dos mapas e gráficos de demografia, por exemplo, é possível trabalhar a habilidade EF07GE04, no 7º ano, que propõe a análise da distribuição territorial da população brasileira com base em critérios como renda, sexo, idade e diversidade étnico-cultural. Ao observar a composição da população de Bom Jesus-RN, o professor pode provocar reflexões sobre raça, origem, gênero, faixa etária e padrões migratórios locais e, assim, estimular o reconhecimento das identidades e a valorização das diferenças. Como defendem Guedes, Costa e França (2024), o atlas escolar aproxima o Ensino de Geografia das experiências concretas dos educandos e, assim, favorece uma aprendizagem significativa.

A diversidade étnico-racial presente no município pode ser explorada por meio dos dados do atlas, como o crescimento da autodeclaração da população preta. O professor pode discutir questões sobre o reconhecimento das contribuições dos grupos negros e indígenas na construção da sociedade, além de abordar temas como o racismo estrutural e a relevância das políticas públicas de reparação. Essas discussões são respaldadas pela Lei nº 10.639/2003 e pela Lei nº 11.645/2008, que tornam obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas brasileiras, assegurando o direito à valorização e reconhecimento dessas culturas no currículo escolar (Brasil, 2003, 2008). Conforme ressaltam Oliveira *et al.* (2017), o atlas deve ser utilizado não apenas como um repositório de informações, mas como um instrumento de mediação, capaz de fomentar a autonomia dos estudantes e o reconhecimento do seu papel enquanto cidadãos.

A habilidade EF07GE03 estimula o reconhecimento das territorialidades dos povos e comunidades tradicionais. Embora o município de Bom Jesus-RN não possua comunidades formalmente reconhecidas como indígenas ou quilombolas, ele faz divisa com o município vizinho de Macaíba, onde estão localizadas duas comunidades quilombolas reconhecidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA): Capoeiras e Sítio Pavilhão. É possível que, dentro de Bom Jesus-RN, existam pessoas que se reconhecem como quilombolas, embora territorialmente não estejam classificadas como pertencentes a essas comunidades. Esse contexto oportuniza aprofundar discussões sobre os povos tradicionais, suas comunidades e a complexidade de sua formação histórica, política e geográfica, além das questões relacionadas à identidade cultural e ao pertencimento.

No 8º ano do ensino fundamental, destacamos a habilidade EF08GE02, que propõe analisar a diversidade sociocultural das famílias e os fluxos migratórios no Brasil, articulando-os às transformações no espaço geográfico. Essa habilidade pode ser mobilizada a partir da leitura dos dados apresentados na proposta do atlas. O professor pode propor atividades investigativas, como entrevistas com familiares e vizinhos, para conhecer as histórias de vida, os deslocamentos territoriais e os motivos que impulsionaram tais movimentos – como a busca por trabalho, estudo, saúde ou melhores condições de vida. Essas experiências podem ser sistematizadas em formas diversas de representação, como linhas do tempo, mapas mentais, mapas afetivos e narrativas orais, o que contribui para a valorização dos saberes familiares e para o fortalecimento do vínculo com o território.

No contexto de Bom Jesus-RN, é possível identificar, além de movimentos migratórios históricos, a ocorrência de migração pendular, caracterizada pelos deslocamentos diários entre o município e cidades vizinhas, especialmente a capital Natal, motivados, em geral, por trabalho ou estudo. Tal fenômeno pode ser discutido em sala de aula com base nos dados e nos mapas do atlas, o que ajuda na compreensão das relações entre o campo e a cidade, das redes urbanas e das desigualdades territoriais.

Questões como "De onde vieram os avós ou bisavós dos alunos?", "Quais memórias familiares estão ligadas aos deslocamentos e mudanças de lugar?" ou "Quais as motivações que ainda hoje levam as pessoas a se moverem?" podem orientar atividades pedagógicas que conectem as trajetórias individuais às dinâmicas migratórias regionais e nacionais, como o êxodo rural, a migração nordestina e os fluxos populacionais contemporâneos. Como ressalta Carlos (1996), o espaço não é um palco neutro onde os eventos simplesmente ocorrem, mas um lugar vivido, carregado de significados, onde se constroem memórias, identidades e relações sociais. Assim, ao estimular a leitura do lugar, o Ensino de Geografia assume uma dimensão formativa que reconhece os estudantes como sujeitos históricos e sociais, cujas experiências são fundamentais para compreender o território como um processo em constante transformação.

No 9º ano, a habilidade EF09GE15 propõe que os estudantes comparem regiões do mundo com base em informações populacionais, econômicas e socioambientais. Embora o atlas de Bom Jesus-RN esteja centrado em uma escala municipal, ele pode ser utilizado como ponto de partida para realizar comparações com outras cidades do Brasil ou do mundo. O professor pode, por exemplo, apresentar mapas temáticos de cidades latino-americanas com características similares e propor que os alunos analisem semelhanças e diferenças quanto à densidade populacional, aos indicadores de renda ou aos usos do solo. Essa prática pode ampliar a compreensão dos alunos sobre o mundo, fomentando o raciocínio comparativo e a noção de

escalas geográficas. Como sugere Callai (2020), é justamente a conexão entre o local e o global que confere sentido ao Ensino de Geografia.

Por fim, é importante destacar que o atlas, enquanto instrumento pedagógico, não realiza, por si só, a mediação do conhecimento. Essa função é atribuída ao professor, que, munido de intencionalidade formativa e domínio didático, transforma o material em um suporte para o desenvolvimento do pensamento geográfico. Assim, o atlas deve ser compreendido como um recurso que estimula o protagonismo dos estudantes, desperta a curiosidade, valoriza o território vivido e contribui para ampliar a compreensão das dinâmicas espaciais.

Incorporar o atlas de Bom Jesus-RN à prática pedagógica significa, também, assumir um compromisso com a formação cidadã dos educandos. Ao articular os conteúdos curriculares com os temas transversais da educação – como pluralidade cultural, meio ambiente, ética e cidadania –, o professor reforça a construção de sujeitos críticos, conscientes de suas identidades e dos desafios sociais e ambientais que marcam o território em que vivem. Nessa perspectiva, a Geografia escolar se concretiza como uma prática emancipatória.

5 CONCLUSÕES

Este trabalho de conclusão de curso, objetivou elaborar uma proposta de atlas geográfico escolar para o município de Bom Jesus-RN. A pesquisa buscou contemplar as especificidades do lugar nas dimensões natural e social, com a finalidade de oferecer um recurso didático contextualizado para o Ensino de Geografia na educação básica. A questão norteadora que conduziu o estudo foi: como estruturar uma proposta de Atlas Geográfico Escolar do município de Bom Jesus-RN que sistematize os aspectos sociais e naturais do território e contribua para a prática pedagógica dos professores de Geografia no ensino fundamental?

Para o alcance do objetivo geral, estabeleceram-se, ainda, objetivos específicos: (i) levantar e sistematizar uma base de dados cartográficos, estatísticos e bibliográficos referentes às dimensões naturais e sociais do município de Bom Jesus-RN; (ii) elaborar mapas temáticos que representem os principais aspectos do lugar, utilizando técnicas de geoprocessamento; e (iii) descrever as características identificadas nos mapas, indicando possibilidades de sua utilização como material didático na mediação do conhecimento no Ensino de Geografia.

Nesse contexto, os resultados demonstram a concretização de uma proposta de atlas, a qual integra informações cartográficas, estatísticas e descritivas sobre os aspectos físicos, socioeconômicos e ambientais do município de Bom Jesus-RN. Diante da questão norteadora, esta proposta sugere que a estruturação de um atlas com tais características não é apenas viável, mas representa uma iniciativa pertinente frente à escassez de materiais didáticos que dialoguem com as especificidades dos territórios vivenciados pelos estudantes. Em certo sentido, a exequibilidade da proposta e sua potencial funcionalidade didática indicam a validação da premissa de que um atlas municipal pode ser sistematicamente estruturado para atender às demandas do ensino.

Assim, o atlas, enquanto material didático permeado de intencionalidades, configura-se como uma ferramenta didático-pedagógica com potencial para fortalecer o processo de ensino e aprendizagem, ao valorizar o “lugar” como categoria central na didática da Geografia. Por meio de seus mapas temáticos, o material pode facilitar a visualização e a compreensão das dinâmicas territoriais, além de despertar o interesse dos estudantes. A cartografia, nesse contexto, vai além de uma função meramente técnica: assume o papel de linguagem que possibilita aos alunos representarem e interpretar o espaço geográfico, desenvolver o raciocínio espacial e construir leituras sobre as dinâmicas socioespaciais.

Adicionalmente, a elaboração de atlas municipais alinha-se às diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e da Base Nacional Comum Curricular

(BNCC), que preconizam uma educação geográfica contextualizada e significativa, a fim de fomentar a autonomia e o pensamento crítico dos discentes. A inclusão de versões em branco dos mapas no atlas é uma escolha metodológica que estimula a participação ativa dos estudantes. Ademais, os dados presentes neste trabalho oferecem subsídios para o desenvolvimento de várias habilidades da BNCC.

Finalmente, é importante reconhecer às limitações de tempo inerentes ao período de desenvolvimento deste estudo. Contudo, vislumbra-se a ampliação desta pesquisa em trabalhos futuros. Pretende-se explorar a incorporação de outros mapas e discussões que possam enriquecer ainda mais o material. Além disso, há o interesse em desenvolver e aplicar oficinas de intervenção com professores e alunos do município, com o propósito de avaliar a efetividade pedagógica do atlas em contextos reais de sala de aula e de incentivar os educadores para a sua utilização plena como recurso didático-pedagógico.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Caio Faria da Cunha Barbosa; SANTOS, Clibson Alves dos; BARREIROS, André Mateus. A integração do conhecimento geográfico: perspectivas críticas da abordagem geossistêmica. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas**, v. 1, n. 34, p. 463-489, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/14954/10188>. Acesso em: 18 jun. 2025.

ALENCAR, Josivane José de; SILVA, Josélia Saraiva e. Recursos didáticos não convencionais e seu papel na organização do ensino de geografia escolar. **GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeducacionais**, Universidade Federal do Ceará, v. 9, n. 18, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552857186009>. Acesso em: 02 jun. 2025.

ALMEIDA, Joseni Santos de. O uso de recursos didáticos no ensino de geografia: dificuldades e potencialidades. *In*: CONAPESC, 5., 2020, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/73170>. Acesso em: 5 jun. 2025.

ANDRADE, Julia Pinheiro; FURLAN, Sueli Ângelo. Programa Mapa de Educação, Geografia e Meio Ambiente. **Revista Geográfica de América Central**, San José, Costa Rica, Número Especial EGAL, p. 1-14, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4517/451744820077.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2025.

BARBOSA, Antônio Helton da Silva; CARVALHO, Rodrigo Guimarães de; CAMACHO, Ramiro Gustavo Valera. Aplicação do NDVI para a análise da distribuição espacial da cobertura vegetal na região serrana de Martins e Portalegre – Estado do Rio Grande do Norte. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 33, p. 128–143, ago. 2017. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rdg/article/view/128171/133014>. Acesso em 16 maio 2025.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: componente curricular Geografia. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <https://alex.pro.br/BNCC%20Geografia.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2025.

_____. **Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015**. Institui o Estatuto da Metrópole. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 9, p. 1, 13 jan. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113089.htm. Acesso em: 5 jun. 2025.

_____. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 10 jun. 2025.

_____. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá

outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 10 jun. 2025.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 15 fev. 2025.

BUENO, Míriam Aparecida; BUQUE, Suzete Lourenço. Cartografia escolar e atlas escolares municipais Brasil/Moçambique: o estudo do espaço local e a formação de professores. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 7, n. 13, p. 233-247, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/495/237>. Acesso em: 04 ago. 2025.

CALLAI, Helena Copetti. Cartografia escolar: uma linguagem da geografia escolar. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 43, 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/71543>. Acesso em: 9 maio 2025.

_____. Educação geográfica: trajetórias. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 10, n. 19, p. 215-234, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/917>. Acesso em: 8 maio 2025.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Nomes da terra**: história, geografia e toponímia do Rio Grande do Norte. Natal: Fundação José Augusto, 1968. p. 166. Disponível em: <https://archive.org/details/nomes-da-terra-lui-s-da-ca-mara-cascudo/page/71/mode/2up>. Acesso em: 4 fev. 2025.

CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. Cartografia escolar e o pensamento espacial fortalecendo o conhecimento geográfico. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 7, n. 13, p. 207-232, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/494>. Acesso em: 2 maio 2025.

CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella; VILHENA, Luciana Caste. O pensamento espacial e raciocínio geográfico: Considerações teórico-metodológicas a partir da experiência brasileira. **Revista de geografia Norte Grande**, Santiago, n. 81, p. 429-456, 2022. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-34022022000100429. Acesso em: 15 maio 2025.

CELERI, Marcio José; LIMA, Roberta Maria Batista de Figueiredo; OLIVEIRA, Josenira Ferreira de. Textos e contextos do ensino da geografia no ensino fundamental na Escola Municipal Presidente Costa e Silva – Maranhão, Brasil. **Revista Espacios**, Caracas, v. 38, n. 30, art. 6, 2017. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a17v38n30/17383006.html>. Acesso em: 2 maio. 2025.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000. Disponível em: https://www.academia.edu/6494354/Roberto_Lobato_Corr%C3%AAa_Regi%C3%A3o_e_Organiza%C3%A7%C3%A3o_Espacial. Acesso em: 7 jan. 2025.

GARCIA, Tania Cristina; AZEVEDO, Micarla Silva de; SOUZA, Nathany Moraes de; GARCIA, Tulia Fernanda Meira. Materiais didáticos no ensino de geografia no Brasil: uma revisão sistemática. **Revista de Geografia**, Recife, v. 39, n. 3, 2022. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/366615170_Materiais_didaticos_no_ensino_de_geografia_no_Brasil_uma_revisao_sistematica>. Acesso em: 19 fev. 2025.

GUEDES, Josiel de Alencar; COSTA, Gerônimo da Silva; FRANÇA, Shellem Yohana de Lima. Um material didático para o ensino do lugar: o atlas escolar de Fernando Pedroza/RN. **Revista Ensino de Geografia**, Recife, v. 7, n. 2, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/ensinodegeografia/article/view/264130>>. Acesso em: 6 maio 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Malha Municipal**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html>. Acesso em: 8 jun. 2025.

_____. **Produção Agrícola Municipal 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/bom-jesus/pesquisa/15/11863>. Acesso em: 26 jan. 2025.

_____. **Produção da Pecuária Municipal 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/bom-jesus/pesquisa/18/16459>. Acesso em: 26 jan. 2025.

_____. **Censo Demográfico 2022: panorama**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 14 jun. 2025.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios**: Bom Jesus (RN), ano-base 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/bom-jesus/pesquisa/38/46996>. Acesso em: 5 jun. 2025.

_____. **Manual técnico de pedologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 430 p.: il. (Manuais técnicos em geociências, n. 4). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95017.pdf>. Acesso em: 25 maio 2025.

INSTITUTO DE GESTÃO DAS ÁGUAS DO RIO GRANDE DO NORTE. **Sistema hidrográfico do estado**: divisão de bacias hidrográficas. Natal: IGARN, 2009. Disponível em: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/IGARN/DOC/DOC000000000029746.HTML>. Acesso em: 19 maio. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Topodata**: Modelo digital de elevação - dados do Brasil. São José dos Campos: INPE, 2008. Disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/topodata/>. Acesso em: 26 maio 2025.

LORENA, Giseli de. Espaço, paisagem, lugar, região e território: uma revisão introdutória sobre conceitos geográficos. **Cadernos Intersaberes**, v. 17, n. 42, p. 164-183, 2022. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/36494>. Acesso em: 15 jun. 2025.

MARQUES, Américo José; GALO, Maria de Lourdes Bueno Trindade. Escala geográfica e escala cartográfica: distinção necessária. **Boletim de Geografia (Maringá)**, v. 26/27, n. 1, p. 47-55, 2008/2009. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/7998>. Acesso em: 04 ago. 2025.

MOURA JÚNIOR, Fábio T. de; MIRANDA, Marcela S.; CAVALCANTI, Lana de Souza. Percurso didático para mediação da aprendizagem em geografia: experiências em torno de uma proposta. **Geografar**, Curitiba, v. 17, n. 2, p. 110-128, ago. 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/geografar/article/download/83634/46568>. Acesso em: 7 jun. 2025.

NÓBREGA, R. T. **Bom Jesus: origem e emancipação**. 2003. Monografia (Especialização em História do Nordeste) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, São Paulo do Potengi.

OLIVEIRA, Sandra Marisa Pontes de; LIMA, Sebastião Caixeta. Formação do professor de geografia na produção do material didático sobre o território goiano. **Educación y Futuro**, Madri, n. 44, p. 159-173, out. 2021. Disponível em: <https://portal.amelica.org/ameli/journal/815/8154526009/8154526009.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2025.

OLIVEIRA, Ana Isabel Leite; LIMA, Eliany Dionizio; SANTOS, Karla Maria de Queiroz dos; SILVA, Rute Araújo da. Material didático para incursões locais: ampliando possibilidades para a geografia escolar com o atlas municipal. **Geografia: Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 21, n. 2, p. 115–124, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/23349>. Acesso em: 4 maio 2025.

OLIVEIRA, Émerson Dias de; PRACZUM, Suéllen Mattei; ROMANO, Pâmella Fernanda; YAMASHITA, Thawana Proença. O ensino da geografia na perspectiva dos seus conceitos fundamentais: espaço, lugar, território, região e paisagem. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 6, n. 1, p. 122-141, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/36494/27238>. Acesso em: 04 jun. 2025.

OLIVEIRA, Osmar Faustino de. **Desenvolvimento territorial urbano: o caso da Região Metropolitana de Natal (RMN) no período 2011–2021**. 2024. 216 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/381769595_DESENVOLVIMENTO_TERRITORIAL_URBANO_O_CASO_DA_REGIAO_METROPOLITANA_DE_NATAL_RMN_NO_PERIODO_2011-2021. Acesso em: 25 jul. 2025.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2025.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. Disponível em: <https://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20P>

OS-GRADUACAO/CLAUDE%20REFFESTIN/RAFFESTIN,%20Claude%20-%20Por%20uma%20Geografia%20do%20Poder(3).pdf. Acesso em: 8 jul. 2025.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei complementar nº 648, de 2019**. Altera a Lei Complementar Estadual nº 152, de 16 de janeiro de 1997, que institui a Região Metropolitana de Natal para incluir o município de Bom Jesus. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/rn/lei-complementar-n-648-2019-rio-grande-do-norte-altera-a-lei-complementar-estadual-n-152-de-16-de-janeiro-de-1997-que-institui-a-regiao-metropolitana-de-natal-para-incluir-o-municipio-de-bom-jesus?origin=instituicao&>>. Acesso em: 10 fev. 2025

ROSA, Roberto. **Introdução ao Geoprocessamento**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia, Laboratório de Geoprocessamento, 2013. Disponível em: https://www.kufunda.net/publicdocs/Apostila_Geop_rrosa.pdf. Acesso em: 25 abril 2025.

SALMERON, Lucas da Silva; ENDLICH, Angela Maria. As pequenas cidades e o ensino de geografia: uma aproximação necessária. **Revista Geomae-Geografia Meio Ambiente e Ensino**, Campo Mourão, v.12, n. especial Sinapeq, p.565-582, 2021. Disponível em:<<https://periodicos.unespar.edu.br/geomae/article/view/5878>>. Acesso em: 16 fev. 2025.

SALVADOR, Diego Salomão Candido de Oliveira. A existência dos circuitos da economia urbana no eixo rodoviário Natal-Caicó, Rio Grande do Norte. **Revista GeoSertões**, Cajazeiras, v. 3, n. 5, p. 7-22, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://cfp.revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/geosertoes/article/view/529/pdf>. Acesso em: 5 maio 2025.

SALVADOR, Diego Salomão Candido de Oliveira; SILVA, Valdenildo Pedro da. Paisagem percebida, paisagem vivida: simbolismo e degradações ambientais na Lagoa das Panelas - Bom Jesus-RN. **HOLOS**, v. 3, 2009, p. 117-146. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4815/481549227011.pdf>>. Acesso em: 9 fev. 2025.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 77.

SCHIER, Raul Alfredo. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. **Revista RA'E GA**, Curitiba, n. 7, p. 79-85, 2003. Editora UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/3353/2689>. Acesso em: 10 jun. 2025.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. **Geologia e recursos minerais do estado do Rio Grande do Norte**: escala 1:500.000: nota explicativa. Organização: Eugênio Pacelli Dantas. Recife: Serviço Geológico do Brasil; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte, 2024. Disponível em: <https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/25192>. Acesso em: 20 maio 2025.

_____. **Geodiversidade do estado do Rio Grande do Norte**. Organização: Pedro Augusto dos Santos Pfaltzgraff; Fernanda Soares de Miranda Torres. Recife: CPRM, 2010. 227 p. (Programa Geologia do Brasil. Levantamento da Geodiversidade). Disponível em: <https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/16773>. Acesso em: 20 maio 2025.

_____. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea**: diagnóstico do município de Bom Jesus, estado do Rio Grande do Norte. Organização: João de Castro Mascarenhas; Breno Augusto Beltrão; Luiz Carlos de Souza Júnior; Saulo de Tarso Monteiro

Pires; Dunalbson Eliezer Guedes Alcoforado da Rocha; Valdeldio Galvão Duarte de Carvalho. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005. 11 p. Disponível em: https://rigeo.sgb.gov.br/bitstream/doc/16546/1/rel_bom_jesus.pdf. Acesso em: 18 maio 2025.

SILVA, Valdenildo Pedro; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. Sustentabilidade de agroecossistemas de mandioca: primeiro ciclo de avaliação em Bom Jesus RN. **GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 313–328, 2014. Disponível em: <https://revistas.usp.br/geousp/article/view/84535>. Acesso em: 27 maio 2025.

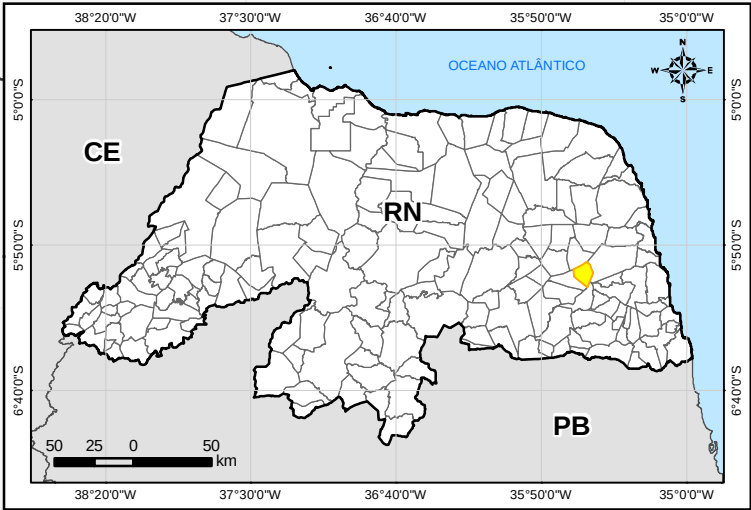
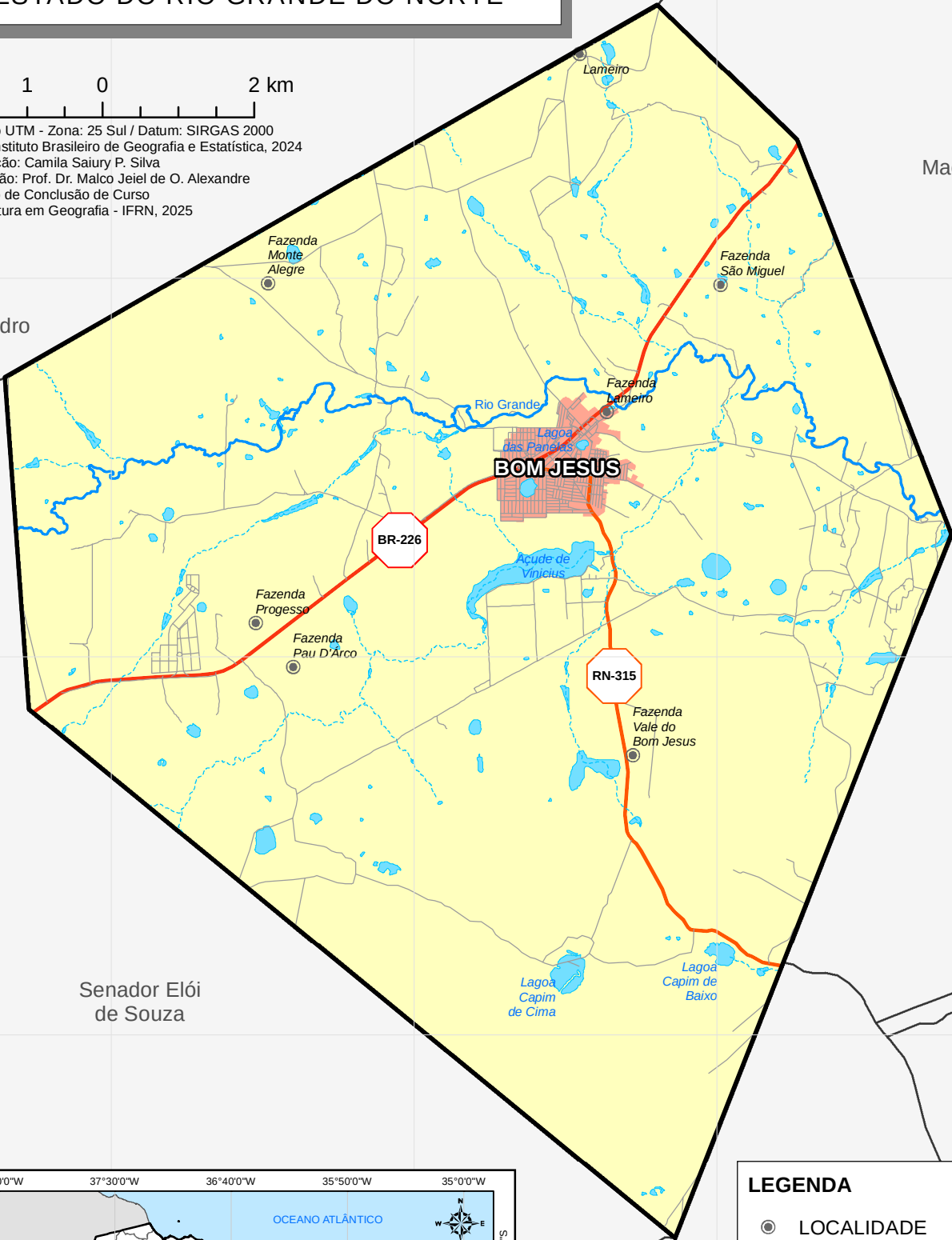
STRAFORINI, Rafael. O ensino de Geografia como prática espacial de significação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 39, n. 145, p. 1003–1020, out./dez. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/kRrXfwBFZLLDtKqNRmgRHpH/?format=pdf&lang=pt&utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 5 jul. 2025.

**APÊNDICE A – ATLAS GEOGRÁFICO ESCOLAR
DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS-RN**

MUNICÍPIO DE BOM JESUS
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE



Projeção UTM - Zona: 25 Sul / Datum: SIRGAS 2000
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024
Elaboração: Camila Saiury P. Silva
Orientação: Prof. Dr. Malco Jeiel de O. Alexandre
Trabalho de Conclusão de Curso
Licenciatura em Geografia - IFRN, 2025



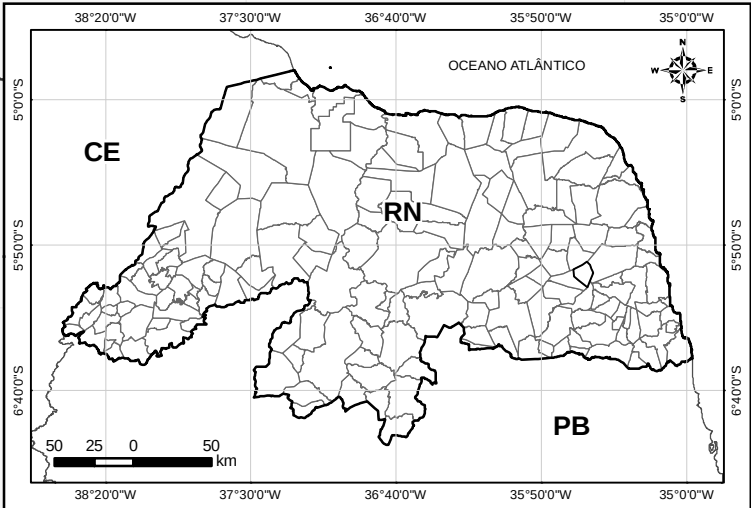
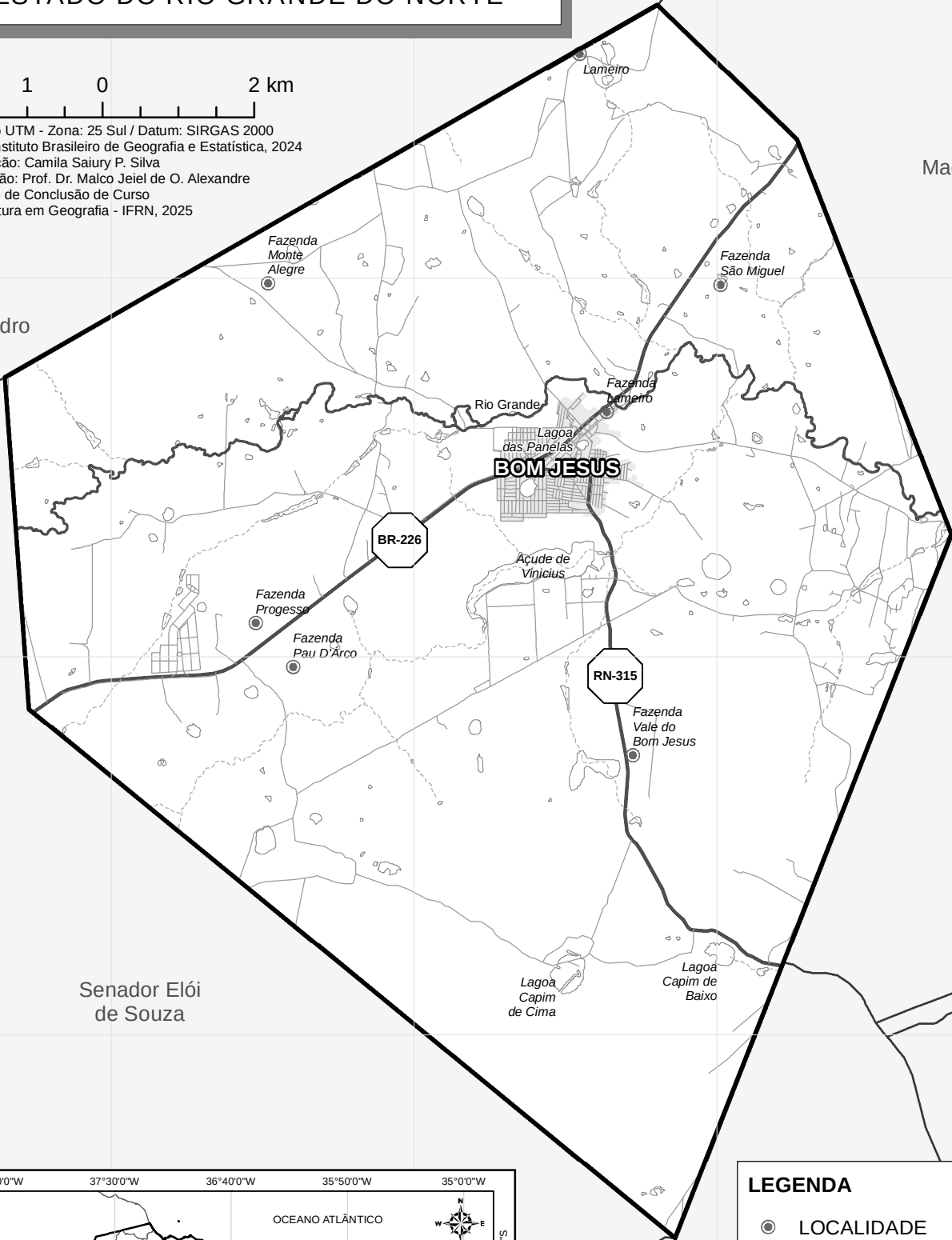
LEGENDA

- LOCALIDADE
- RODOVIA FEDERAL
- RODOVIA ESTADUAL
- ACESSO EXISTENTE
- RIO GRANDE
- REDE DE DRENAGEM
- CORPO D'ÁGUA
- ÁREA URBANIZADA
- MUNICÍPIO DE BOM JESUS
- LIMITE MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE BOM JESUS
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE



Projeção UTM - Zona: 25 Sul / Datum: SIRGAS 2000
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024
Elaboração: Camila Saiury P. Silva
Orientação: Prof. Dr. Malco Jeiel de O. Alexandre
Trabalho de Conclusão de Curso
Licenciatura em Geografia - IFRN, 2025



LEGENDA

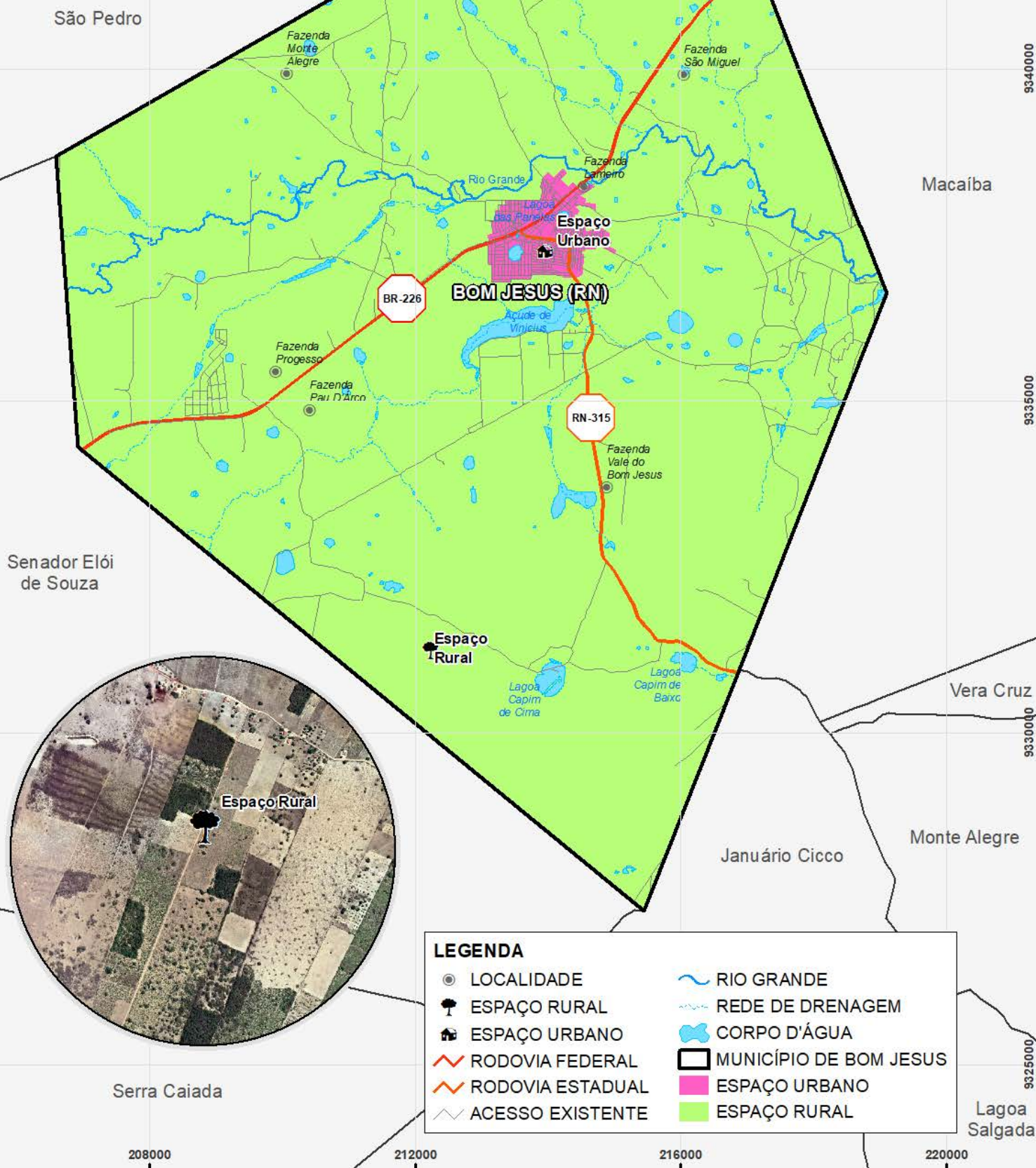
- LOCALIDADE
- RODOVIA FEDERAL
- RODOVIA ESTADUAL
- ACESSO EXISTENTE
- RIO GRANDE
- REDE DE DRENAGEM
- CORPO D'ÁGUA
- ÁREA URBANIZADA
- MUNICÍPIO DE BOM JESUS
- LIMITE MUNICIPAL

ESPAÇO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS (RN)



2 1 0 2 km

Projeção UTM - Zona: 25 Sul / Datum: SIRGAS 2000
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024
Elaboração: Camila Saiury P. Silva
Orientação: Prof. Dr. Malco Jeiel de O. Alexandre
Trabalho de Conclusão de Curso
Licenciatura em Geografia - IFRN, 2025



LEGENDA

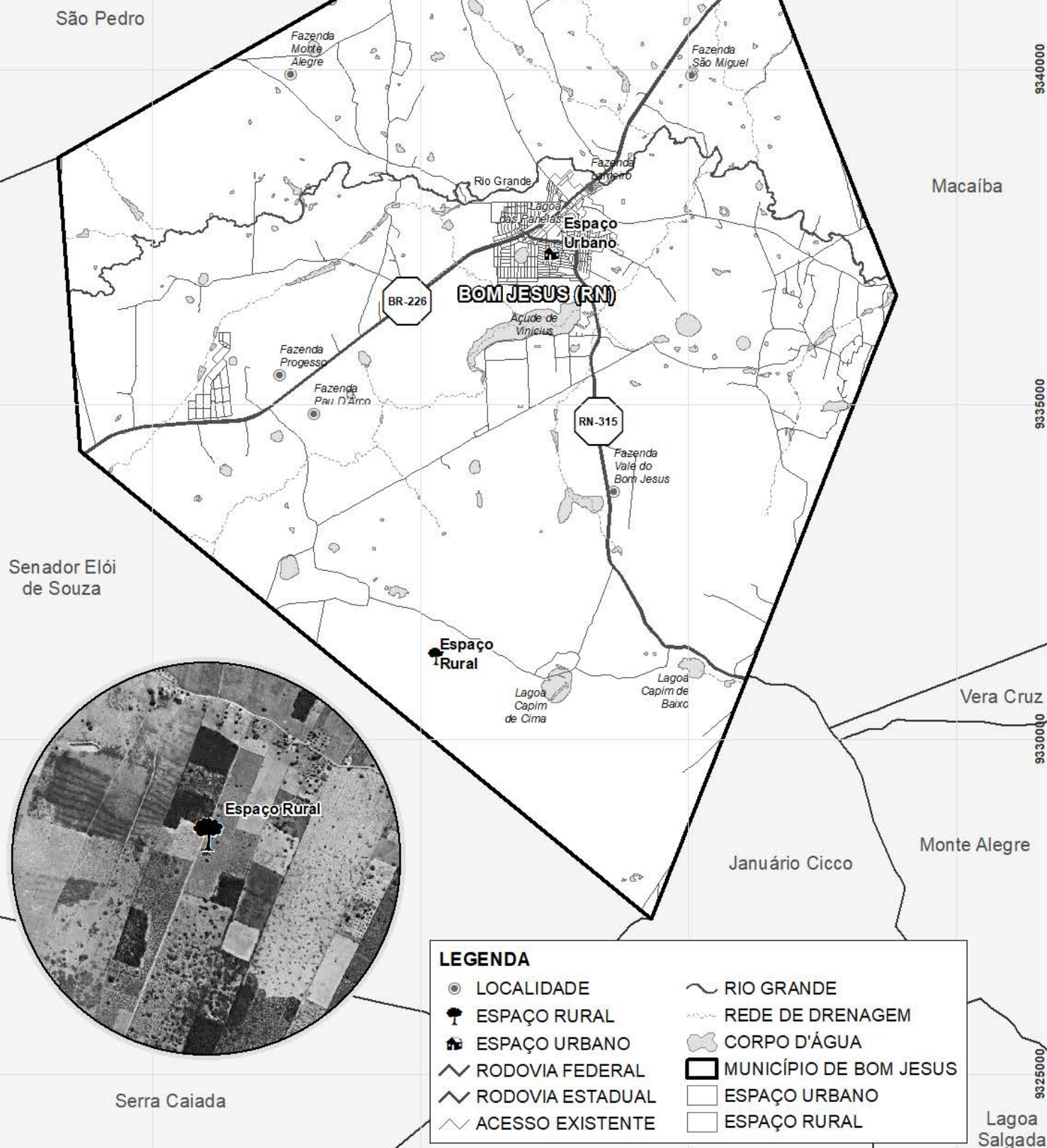
- | | |
|---------------------|--------------------------|
| ● LOCALIDADE | ~ RIO GRANDE |
| 🌳 ESPAÇO RURAL | ~ REDE DE DRENAGEM |
| 🏠 ESPAÇO URBANO | 💧 CORPO D'ÁGUA |
| 🛣️ RODOVIA FEDERAL | ▭ MUNICÍPIO DE BOM JESUS |
| 🛣️ RODOVIA ESTADUAL | 🟡 ESPAÇO URBANO |
| 🛤️ ACESSO EXISTENTE | 🟢 ESPAÇO RURAL |

ESPAÇO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS (RN)



2 1 0 2 km

Projeção UTM - Zona: 25 Sul / Datum: SIRGAS 2000
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024
Elaboração: Camila Saiury P. Silva
Orientação: Prof. Dr. Malco Jeiel de O. Alexandre
Trabalho de Conclusão de Curso
Licenciatura em Geografia - IFRN, 2025

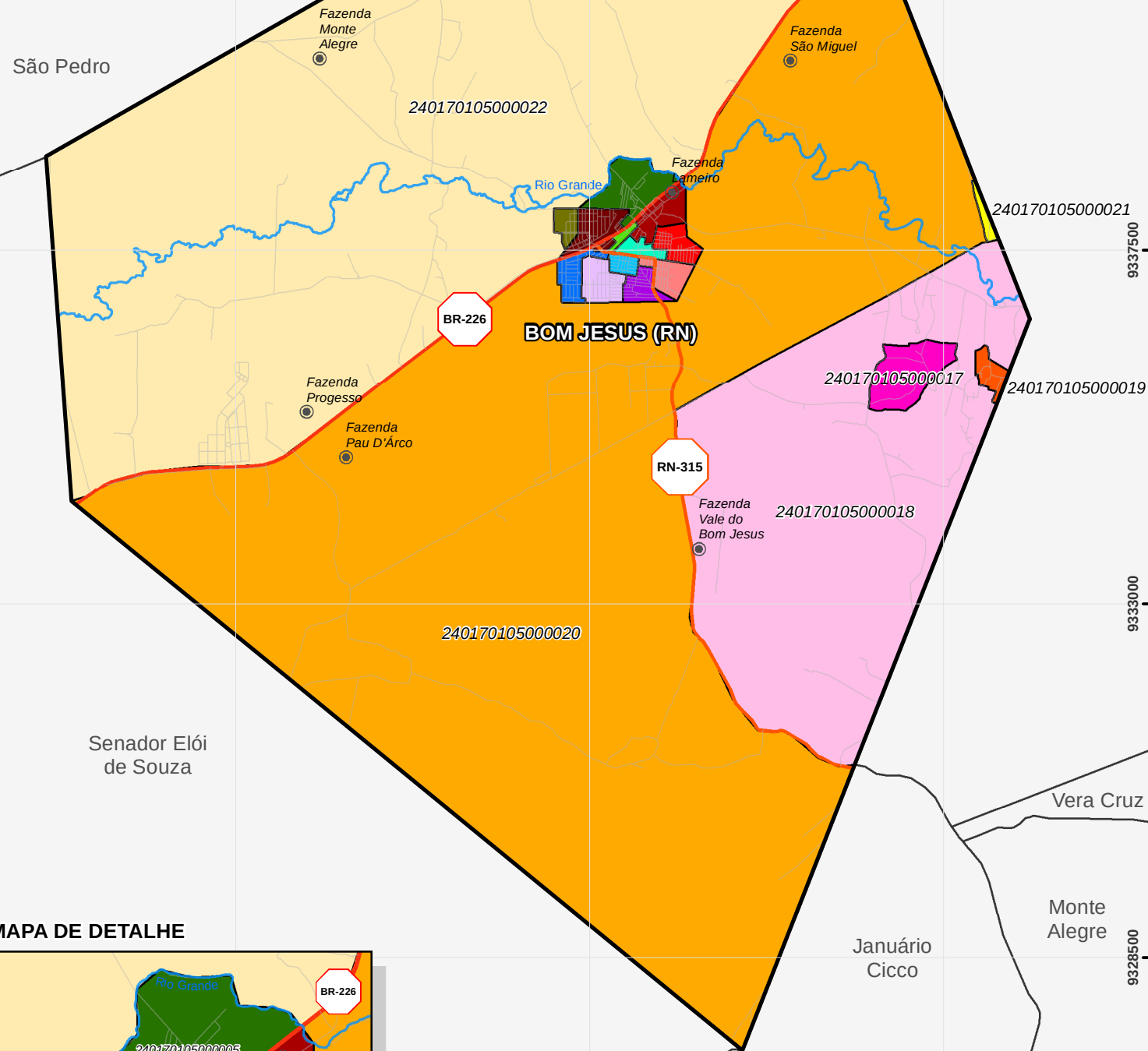


SETORES CENSITÁRIO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS (RN) - IBGE/CENSO-2022

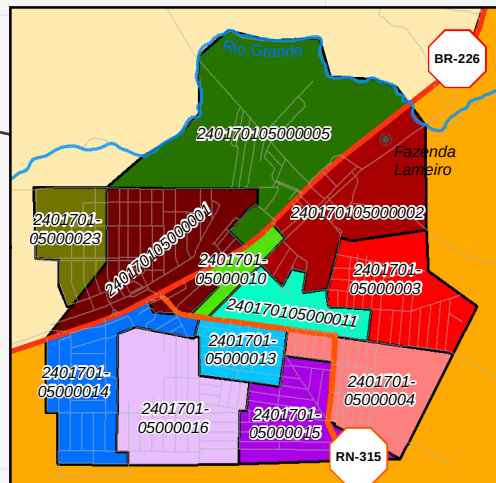


2 1 0 2 km

Projeção UTM - Zona: 25 Sul / Datum: SIRGAS 2000
 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023
 Elaboração: Camila Saiury P. Silva
 Orientação: Prof. Dr. Malco Jeiel de O. Alexandre
 Trabalho de Conclusão de Curso
 Licenciatura em Geografia - IFRN, 2025



MAPA DE DETALHE



CENSO DEMOGRÁFICO DO IBGE/2022 - CÓDIGO DO SETOR:

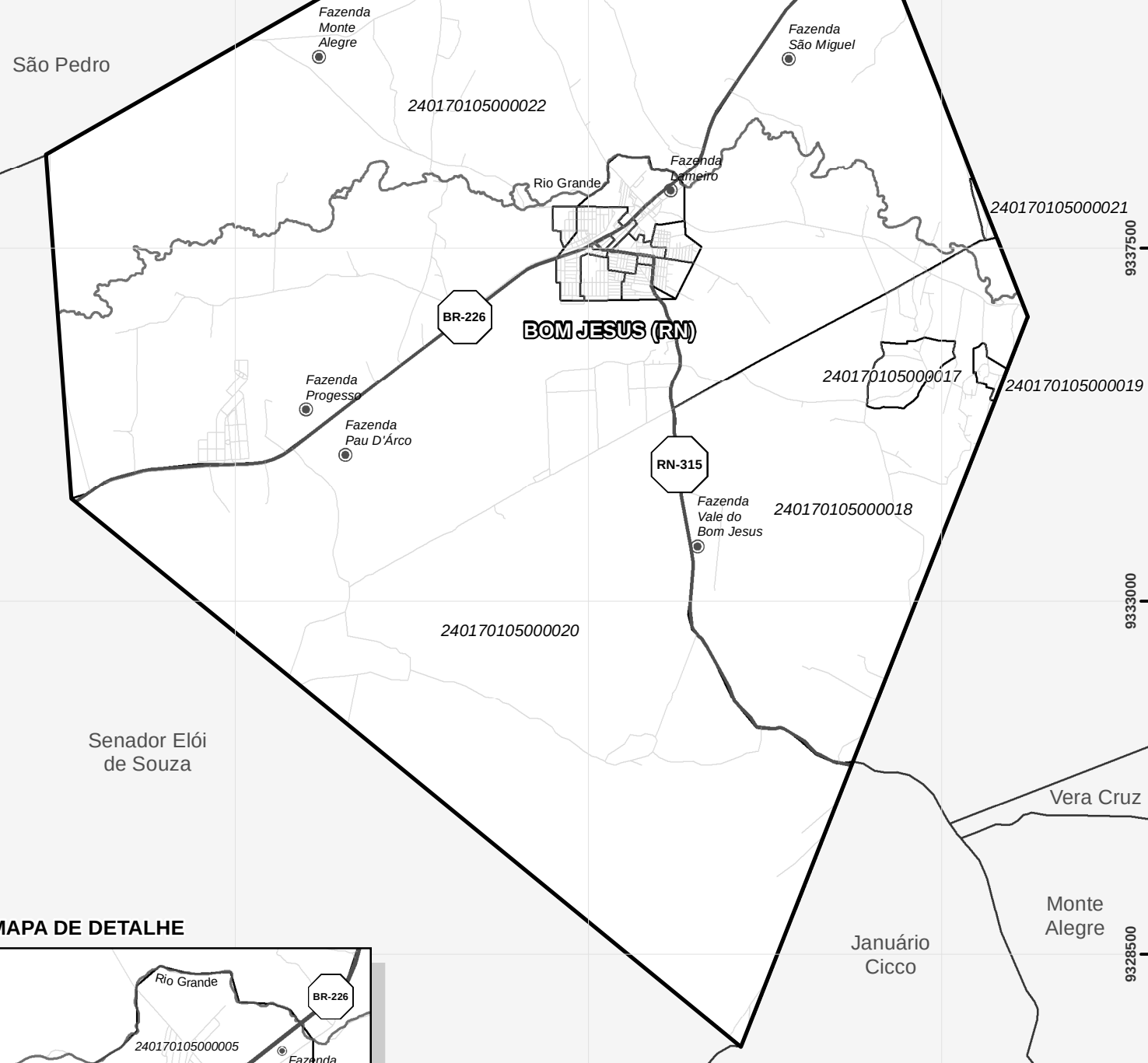
240170105000001	240170105000011	240170105000018
240170105000002	240170105000013	240170105000019
240170105000003	240170105000014	240170105000020
240170105000004	240170105000015	240170105000021
240170105000005	240170105000016	240170105000022
240170105000010	240170105000017	240170105000023

SETORES CENSITÁRIO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS (RN) - IBGE/CENSO-2022

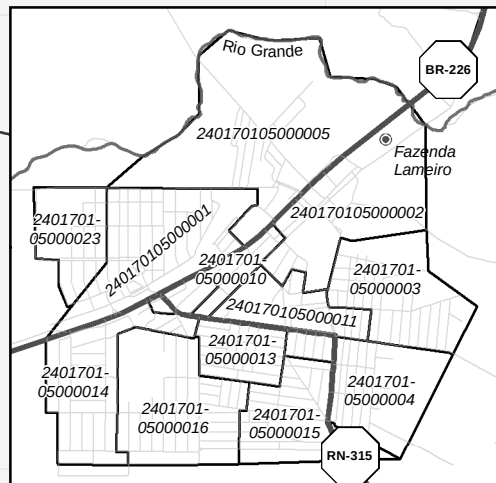


2 1 0 2 km

Projeção UTM - Zona: 25 Sul / Datum: SIRGAS 2000
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023
Elaboração: Camila Saiury P. Silva
Orientação: Prof. Dr. Malco Jeiel de O. Alexandre
Trabalho de Conclusão de Curso
Licenciatura em Geografia - IFRN, 2025



MAPA DE DETALHE



CENSO DEMOGRÁFICO DO IBGE/2022 - CÓDIGO DO SETOR:

☐ 240170105000001	☐ 240170105000011	☐ 240170105000018
☐ 240170105000002	☐ 240170105000013	☐ 240170105000019
☐ 240170105000003	☐ 240170105000014	☐ 240170105000020
☐ 240170105000004	☐ 240170105000015	☐ 240170105000021
☐ 240170105000005	☐ 240170105000016	☐ 240170105000022
☐ 240170105000010	☐ 240170105000017	☐ 240170105000023

NÚMERO DE PESSOAS POR SETOR CENSITÁRIO - IBGE/CENSO-2022



2 1 0 2 km

Projeção UTM - Zona: 25 Sul / Datum: SIRGAS 2000
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023
Elaboração: Camila Saiury P. Silva
Orientação: Prof. Dr. Malco Jeiel de O. Alexandre
Trabalho de Conclusão de Curso
Licenciatura em Geografia - IFRN, 2025

São Pedro

Macaíba

BOM JESUS (RN)

Senador Elói
de Souza

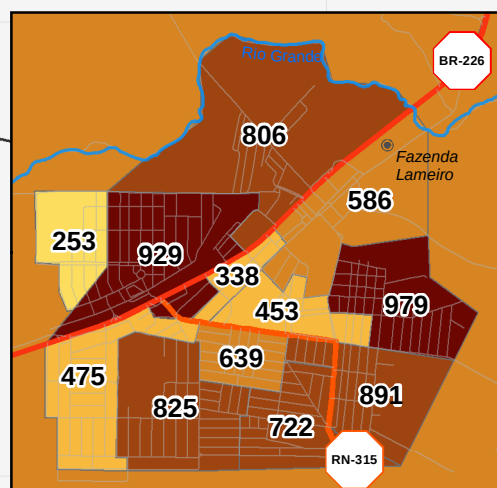
Vera Cruz

Monte Alegre

Januário Cicco

Lagoa
Salgada

MAPA DE DETALHE



LEGENDA

- LOCALIDADE
- ~ RIO GRANDE
- ~ ACESSO EXISTENTE
- ~ RODOVIA FEDERAL
- ~ RODOVIA ESTADUAL
- MUNICÍPIO DE BOM JESUS

DEMOGRAFIA

IBGE/CENSO-2022
TOTAL DE PESSOAS

- 52 - 100
- 101 - 300
- 301 - 500
- 501 - 700
- 701 - 900
- 901 - 979

NÚMERO DE PESSOAS POR SETOR CENSITÁRIO - IBGE/CENSO-2022



2 1 0 2 km

Projeção UTM - Zona: 25 Sul / Datum: SIRGAS 2000
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023
Elaboração: Camila Saiury P. Silva
Orientação: Prof. Dr. Malco Jeiel de O. Alexandre
Trabalho de Conclusão de Curso
Licenciatura em Geografia - IFRN, 2025

São Pedro

Fazenda Monte Alegre

Lameiro

Fazenda São Miguel

Macaíba

Rio Grande

Fazenda Lameiro

BR-226

BOM JESUS (RN)

Fazenda Progresso

Fazenda Pau D'Árco

RN-315

Fazenda Vale do Bom Jesus

Senador Elói de Souza

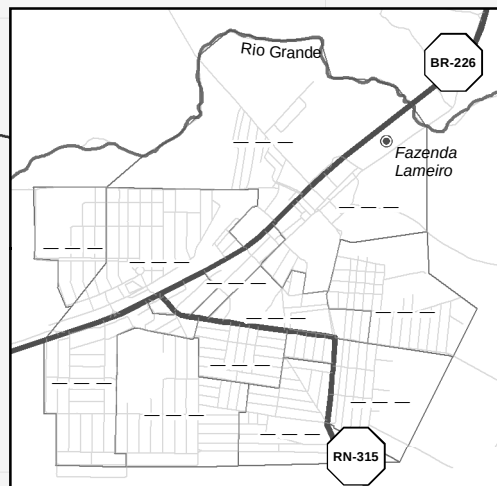
Vera Cruz

Monte Alegre

Januário Cicco

Lagoa Salgada

MAPA DE DETALHE



LEGENDA

- LOCALIDADE
- ~ RIO GRANDE
- ~ ACESSO EXISTENTE
- ≡ RODOVIA FEDERAL
- ≡ RODOVIA ESTADUAL
- ▭ MUNICÍPIO DE BOM JESUS

DEMOGRAFIA

IBGE/CENSO-2022
TOTAL DE PESSOAS

- 52 - 100
- 101 - 300
- 301 - 500
- 501 - 700
- 701 - 900
- 901 - 979

NÚMERO DE PESSOAS POR SEXO SETOR CENSITÁRIO - IBGE/CENSO-2022



2 1 0 2 km

Projeção UTM - Zona: 25 Sul / Datum: SIRGAS 2000
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023
Elaboração: Camila Saiury P. Silva
Orientação: Prof. Dr. Malco Jeiel de O. Alexandre
Trabalho de Conclusão de Curso
Licenciatura em Geografia - IFRN, 2025

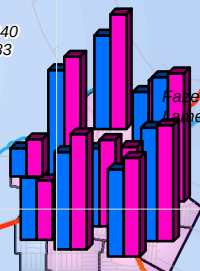
São Pedro

Macaíba



População: 623
Sexo Masculino: 340
Sexo Feminino: 283

Fazenda São Miguel



BR-226

BOM JESUS (RN)

Fazenda Progresso

Fazenda Pau D'Arco



População: 597
Sexo Masculino: 313
Sexo Feminino: 284

RN-315

Fazenda Vale do Bom Jesus

População: 164
Sexo Masculino: 69
Sexo Feminino: 95



População: 550
Sexo Masculino: 272
Sexo Feminino: 278

População: 70
Sexo Masculino: 34
Sexo Feminino: 36

População: 52
Sexo Masculino: 23
Sexo Feminino: 29

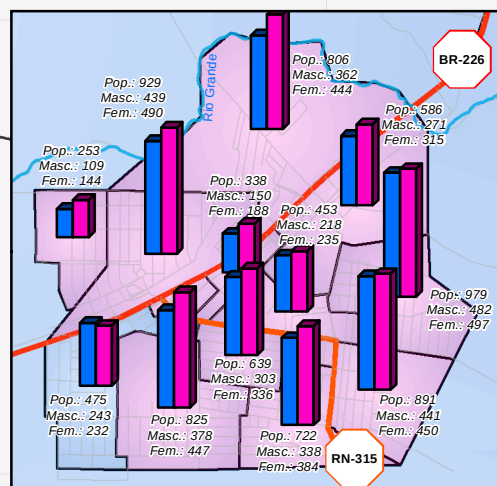
Senador Elói de Souza

Vera Cruz

Monte Alegre

Januário Cicco

MAPA DE DETALHE



DEMOGRAFIA

TOTAL DE PESSOAS POR SEXO

9.952 PESSOAS

SEXO MASCULINO (4.785)

SEXO FEMININO (5.167)

LEGENDA

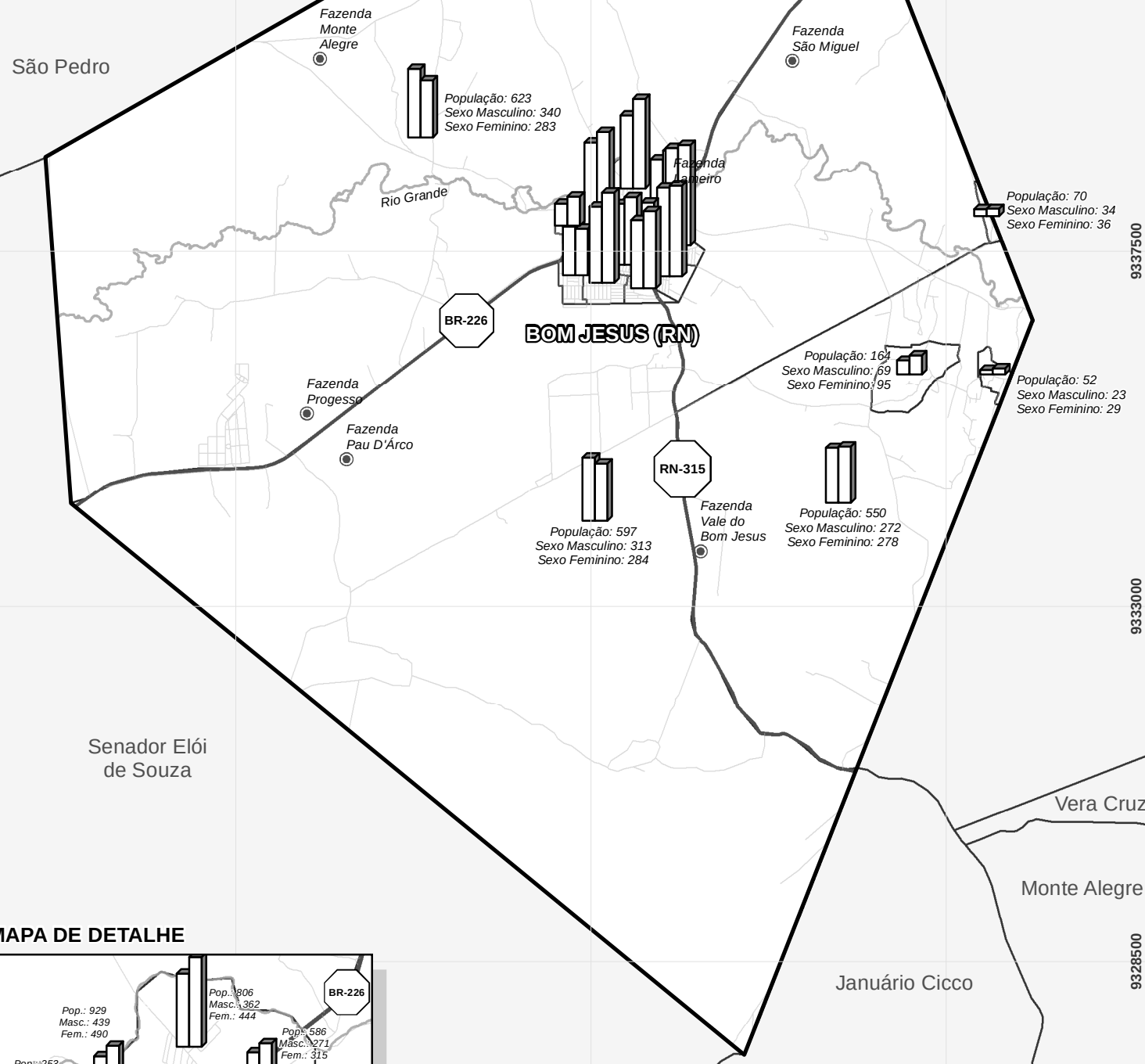
- LOCALIDADE
- RIO GRANDE
- ACESSO EXISTENTE
- RODOVIA FEDERAL
- RODOVIA ESTADUAL
- MUNICÍPIO DE BOM JESUS

NÚMERO DE PESSOAS POR SEXO
SETOR CENSITÁRIO - IBGE/CENSO-2022

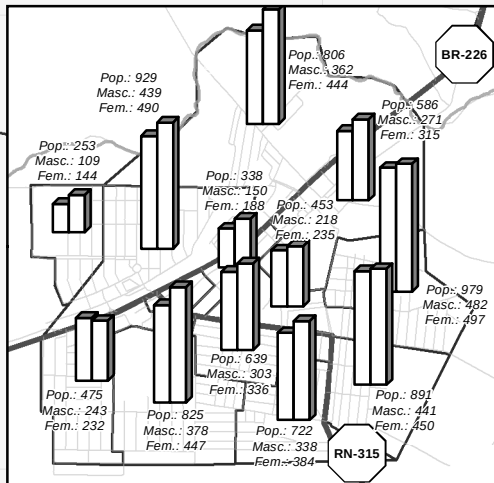


2 1 0 2 km

Projeção UTM - Zona: 25 Sul / Datum: SIRGAS 2000
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023
Elaboração: Camila Saiury P. Silva
Orientação: Prof. Dr. Malco Jeiel de O. Alexandre
Trabalho de Conclusão de Curso
Licenciatura em Geografia - IFRN, 2025



MAPA DE DETALHE



DEMOGRAFIA

TOTAL DE PESSOAS POR SEXO

9.952 PESSOAS

SEXO MASCULINO (4.785)
SEXO FEMININO (5.167)

LEGENDA

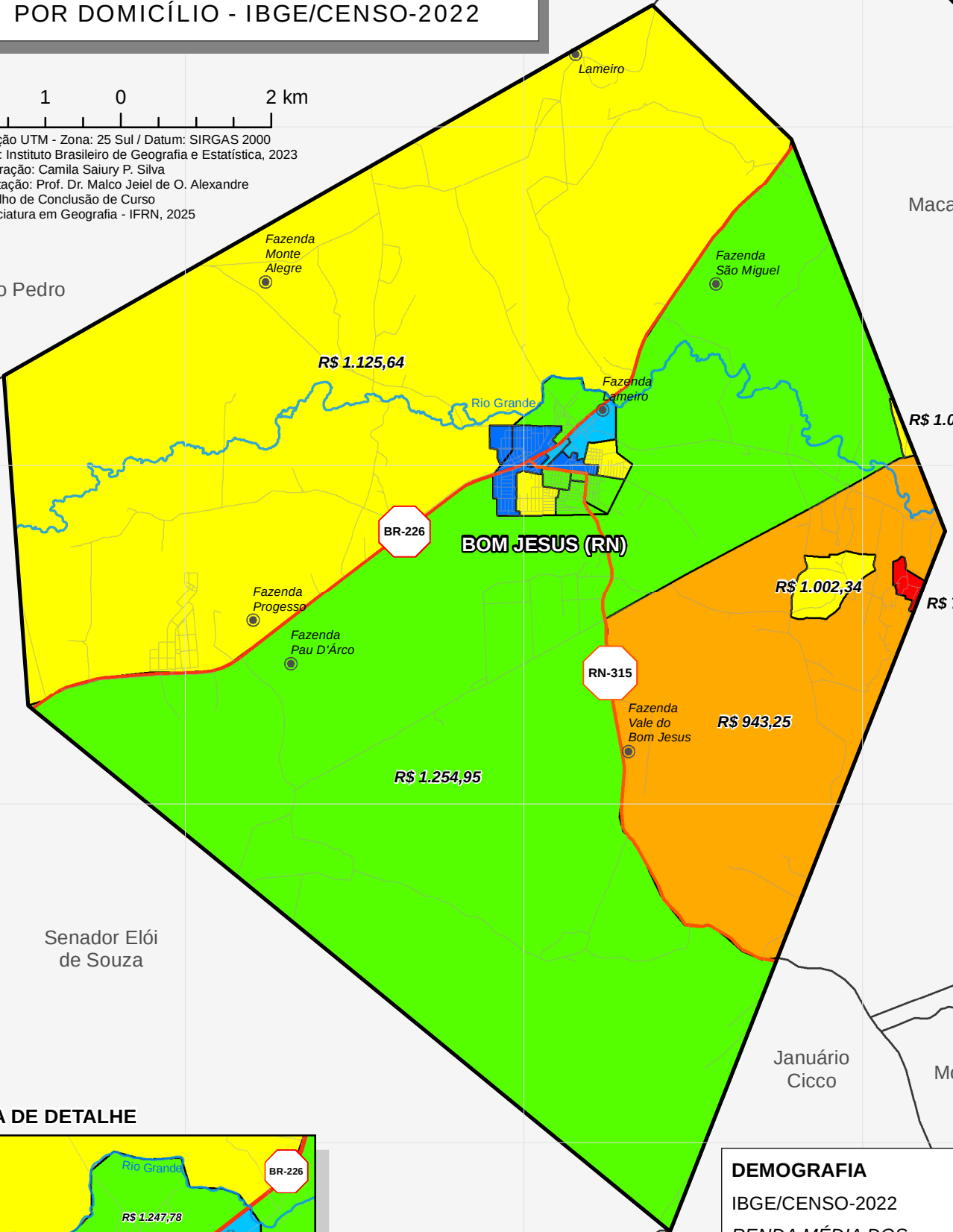
- LOCALIDADE
- RIO GRANDE
- ACESSO EXISTENTE
- RODOVIA FEDERAL
- RODOVIA ESTADUAL
- MUNICÍPIO DE BOM JESUS

RENDA MÉDIA DOS RESPONSÁVEIS POR DOMICÍLIO - IBGE/CENSO-2022

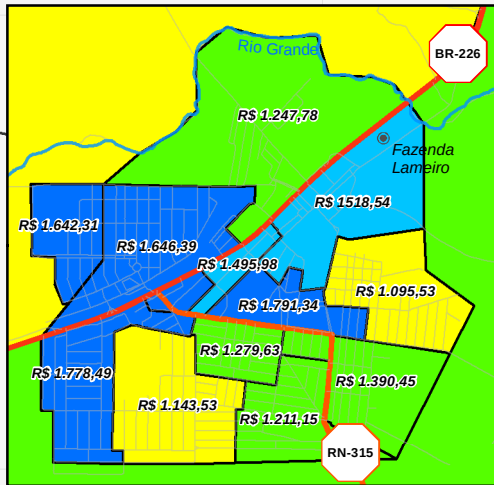


2 1 0 2 km

Projeção UTM - Zona: 25 Sul / Datum: SIRGAS 2000
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023
Elaboração: Camila Saiury P. Silva
Orientação: Prof. Dr. Malco Jeiel de O. Alexandre
Trabalho de Conclusão de Curso
Licenciatura em Geografia - IFRN, 2025



MAPA DE DETALHE



LEGENDA

- LOCALIDADE
- RIO GRANDE
- ACESSO EXISTENTE
- RODOVIA FEDERAL
- RODOVIA ESTADUAL
- MUNICÍPIO DE BOM JESUS

DEMOGRAFIA

IBGE/CENSO-2022

RENDA MÉDIA DOS
RESPONSÁVEIS POR
DOMICÍLIO

- ATÉ R\$ 800,00
- R\$ 800,01 - R\$ 1.000,00
- R\$ 1.000,01 - R\$ 1.200,00
- R\$ 1.200,01 - R\$ 1.400,00
- R\$ 1.400,01 - R\$ 1.600,00
- R\$ 1.600,01 - R\$ 1.800,00

RENDA MÉDIA DOS RESPONSÁVEIS
POR DOMICÍLIO - IBGE/CENSO-2022



2 1 0 2 km

Projeção UTM - Zona: 25 Sul / Datum: SIRGAS 2000
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023
Elaboração: Camila Saiury P. Silva
Orientação: Prof. Dr. Malco Jeiel de O. Alexandre
Trabalho de Conclusão de Curso
Licenciatura em Geografia - IFRN, 2025

9342000
9337500
9333000
9328500
9324000

9342000
9337500
9333000
9328500
9324000

209000 213500 218000

São Pedro

Macaíba

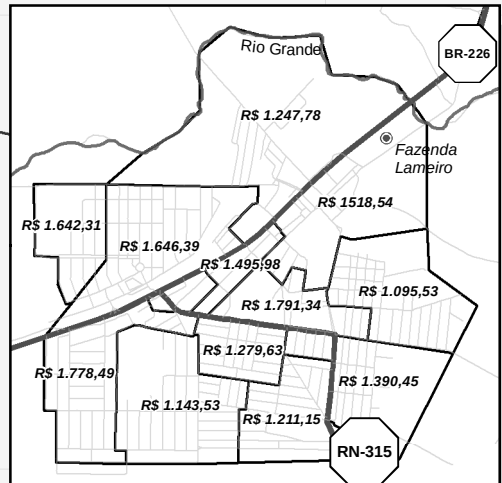
Senador Elói
de Souza

Vera Cruz

Januário
Cicco

Monte Alegre

MAPA DE DETALHE



LEGENDA

- LOCALIDADE
- RIO GRANDE
- ACESSO EXISTENTE
- RODOVIA FEDERAL
- RODOVIA ESTADUAL
- MUNICÍPIO DE BOM JESUS

DEMOGRAFIA

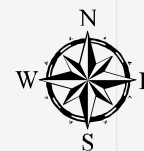
IBGE/CENSO-2022

RENDA MÉDIA DOS
RESPONSÁVEIS POR
DOMICÍLIO

- ATÉ R\$ 800,00
- R\$ 800,01 - R\$ 1.000,00
- R\$ 1.000,01 - R\$ 1.200,00
- R\$ 1.200,01 - R\$ 1.400,00
- R\$ 1.400,01 - R\$ 1.600,00
- R\$ 1.600,01 - R\$ 1.800,00

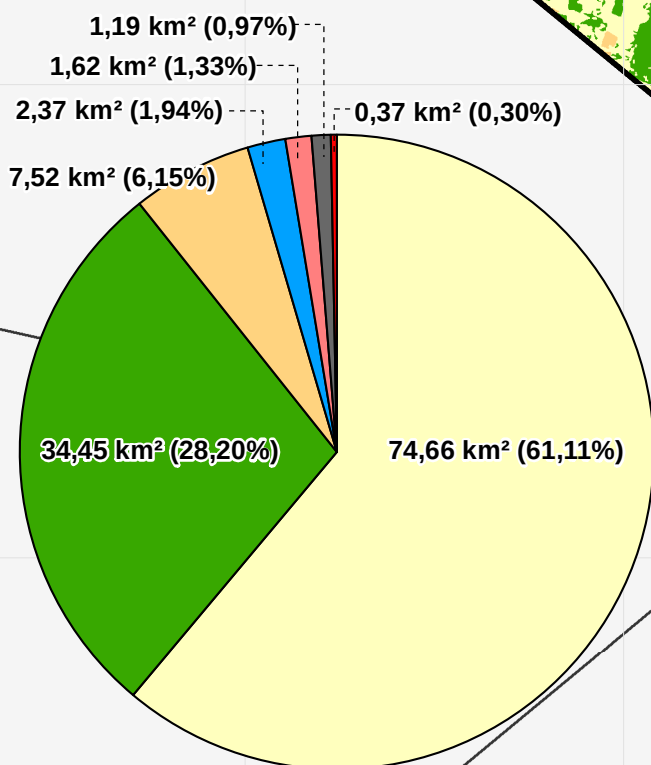
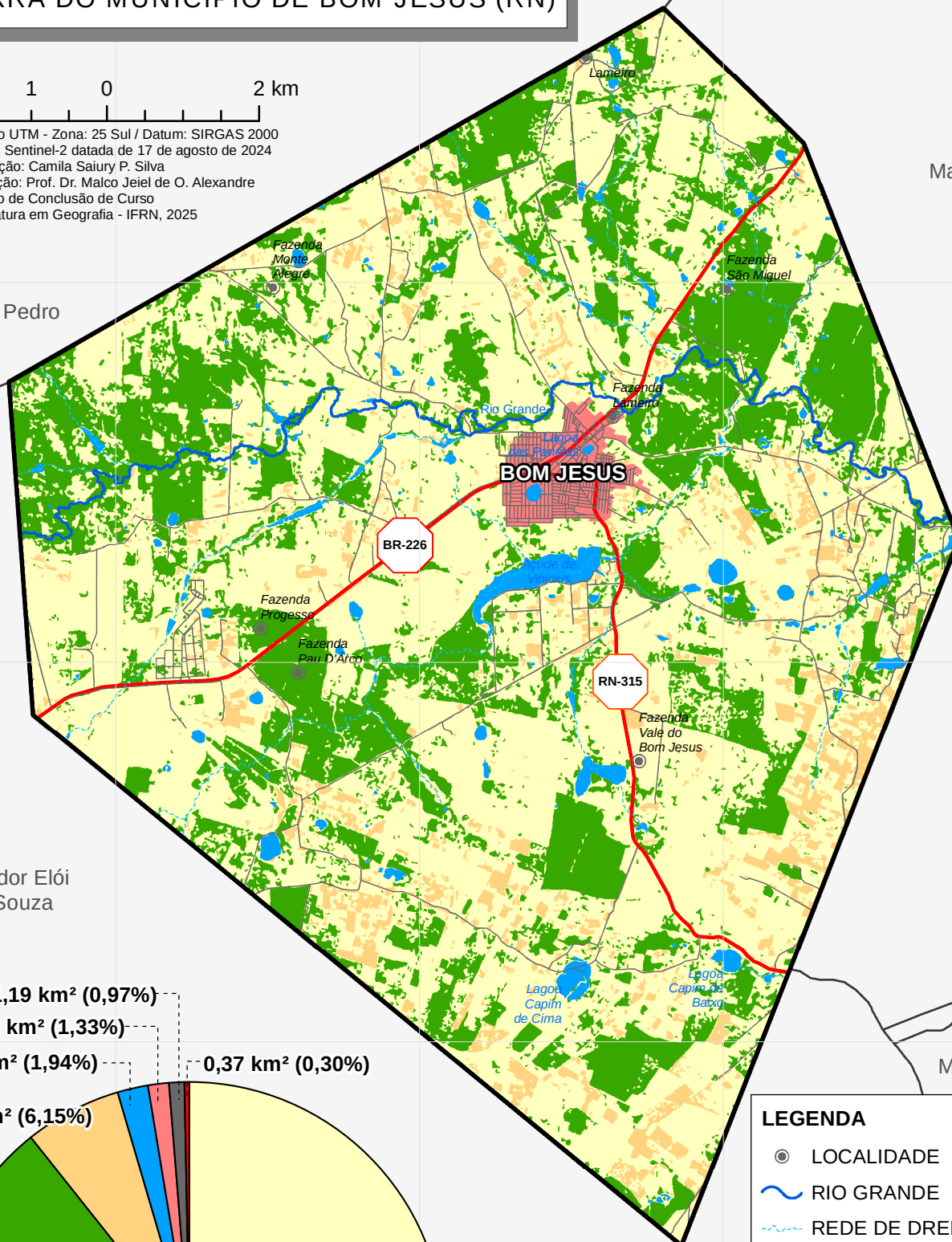
209000 213500 218000

MAPA DE USO E COBERTURA DA TERRA DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS (RN)



2 1 0 2 km

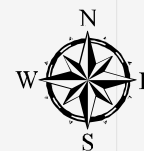
Projeção UTM - Zona: 25 Sul / Datum: SIRGAS 2000
Imagem Sentinel-2 datada de 17 de agosto de 2024
Elaboração: Camila Saiury P. Silva
Orientação: Prof. Dr. Malco Jeiel de O. Alexandre
Trabalho de Conclusão de Curso
Licenciatura em Geografia - IFRN, 2025



LEGENDA

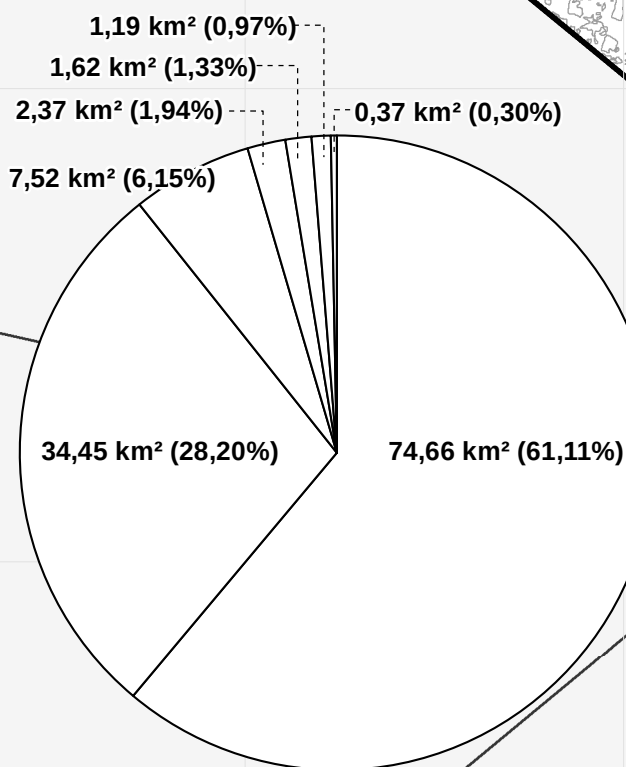
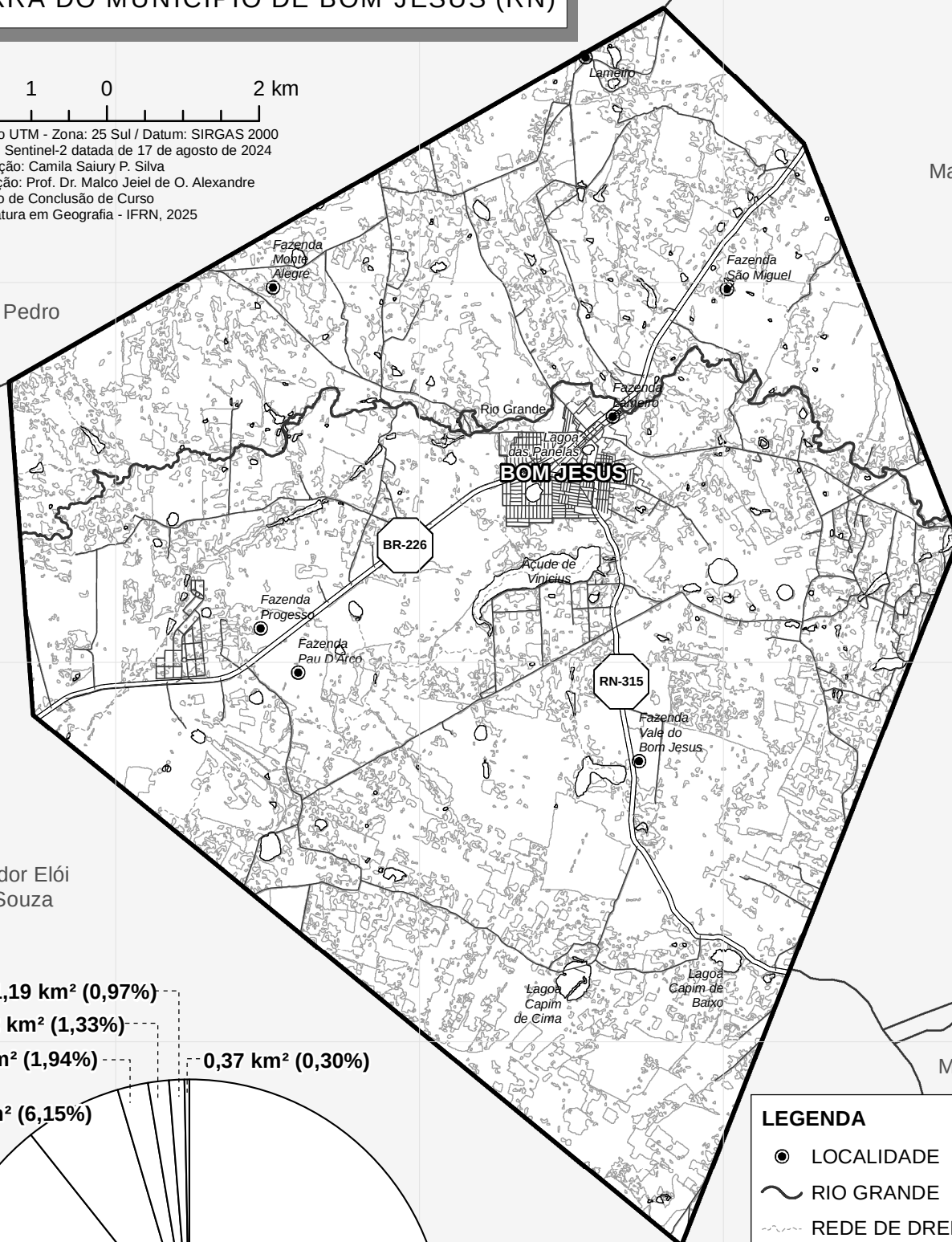
- LOCALIDADE
- RIO GRANDE
- REDE DE DRENAGEM
- MUNICÍPIO DE BOM JESUS
- USO E COBERTURA DA TERRA**
- REMANESCENTES DE VEGETAÇÃO NATIVA
- ÁREA AGRÍCOLA
- SOLO EXPOSTO
- ÁREA URBANIZADA
- RODOVIA
- ACESSO
- CORPO D'ÁGUA

MAPA DE USO E COBERTURA DA TERRA DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS (RN)



2 1 0 2 km

Projeção UTM - Zona: 25 Sul / Datum: SIRGAS 2000
Imagem Sentinel-2 datada de 17 de agosto de 2024
Elaboração: Camila Saiury P. Silva
Orientação: Prof. Dr. Malco Jeiel de O. Alexandre
Trabalho de Conclusão de Curso
Licenciatura em Geografia - IFRN, 2025



LEGENDA

- LOCALIDADE
- RIO GRANDE
- REDE DE DRENAGEM
- MUNICÍPIO DE BOM JESUS
- USO E COBERTURA DA TERRA
 - REMANESCENTES DE VEGETAÇÃO NATIVA
 - ÁREA
 - SOLO EXPOSTO
 - ÁREA URBANIZADA
 - RODOVIA
 - ACESSO
 - CORPO D'ÁGUA

MAPA GEOLÓGICO DO
MUNICÍPIO DE BOM JESUS (RN)



2 1 0 2 km

Projeção UTM - Zona: 25 Sul / Datum: SIRGAS 2000
Fonte de Dados: Serviço Geológico do Brasil, 2024
Elaboração: Camila Saiury P. Silva
Orientação: Prof. Dr. Malco Jeiel de O. Alexandre
Trabalho de Conclusão de Curso
Licenciatura em Geografia - IFRN, 2025

São Pedro

Macaíba

BOM JESUS

BR-226

RN-315

Senador Elói
de Souza

Vera Cruz

Monte Alegre

Januário
Cicco

LEGENDA

- LOCALIDADE
- RODOVIA FEDERAL
- RODOVIA ESTADUAL
- ACESSO EXISTENTE
- RIO GRANDE
- REDE DE DRENAGEM
- CORPO D'ÁGUA
- ÁREA URBANIZADA
- MUNICÍPIO DE BOM JESUS
- LIMITE MUNICIPAL

UNIDADE GEOLÓGICA

- A23j2 - COMPLEXO PRESIDENTE JUSCELINO - MIGMATITO
- A2bj - CORPO METATONALITO BOM JESUS
- A2j1 - LITOFÁCIES ORTOGNAISSE-PRESIDENTE JUSCELINO
- A3br - COMPLEXO BREJINHO
- ENb - GRUPO BARREIRAS

MAPA GEOLÓGICO DO
MUNICÍPIO DE BOM JESUS (RN)



2 1 0 2 km

Projeção UTM - Zona: 25 Sul / Datum: SIRGAS 2000
Fonte de Dados: Serviço Geológico do Brasil, 2024
Elaboração: Camila Saiury P. Silva
Orientação: Prof. Dr. Malco Jeiel de O. Alexandre
Trabalho de Conclusão de Curso
Licenciatura em Geografia - IFRN, 2025

São Pedro

Macaíba

BOM JESUS

BR-226

RN-315

Senador Elói
de Souza

Vera Cruz

Monte Alegre

Januário
Cicco

LEGENDA

- LOCALIDADE
- ≡ RODOVIA FEDERAL
- ≡ RODOVIA ESTADUAL
- ≡ ACESSO EXISTENTE
- ~ RIO GRANDE
- REDE DE DRENAGEM
- ☞ CORPO D'ÁGUA
- ⊕ ÁREA URBANIZADA
- ▭ MUNICÍPIO DE BOM JESUS
- ▭ LIMITE MUNICIPAL

UNIDADE GEOLÓGICA

- A23j2 - COMPLEXO PRESIDENTE JUSCELINO - MIGMATITO
- A2bj - CORPO METATONALITO BOM JESUS
- A2j1 - LITOFÁCIES ORTOGNAISSE-PRESIDENTE JUSCELINO
- A3br - COMPLEXO BREJINHO
- ENb - GRUPO BARREIRAS

MAPA PEDOLÓGICO DO
MUNICÍPIO DE BOM JESUS (RN)

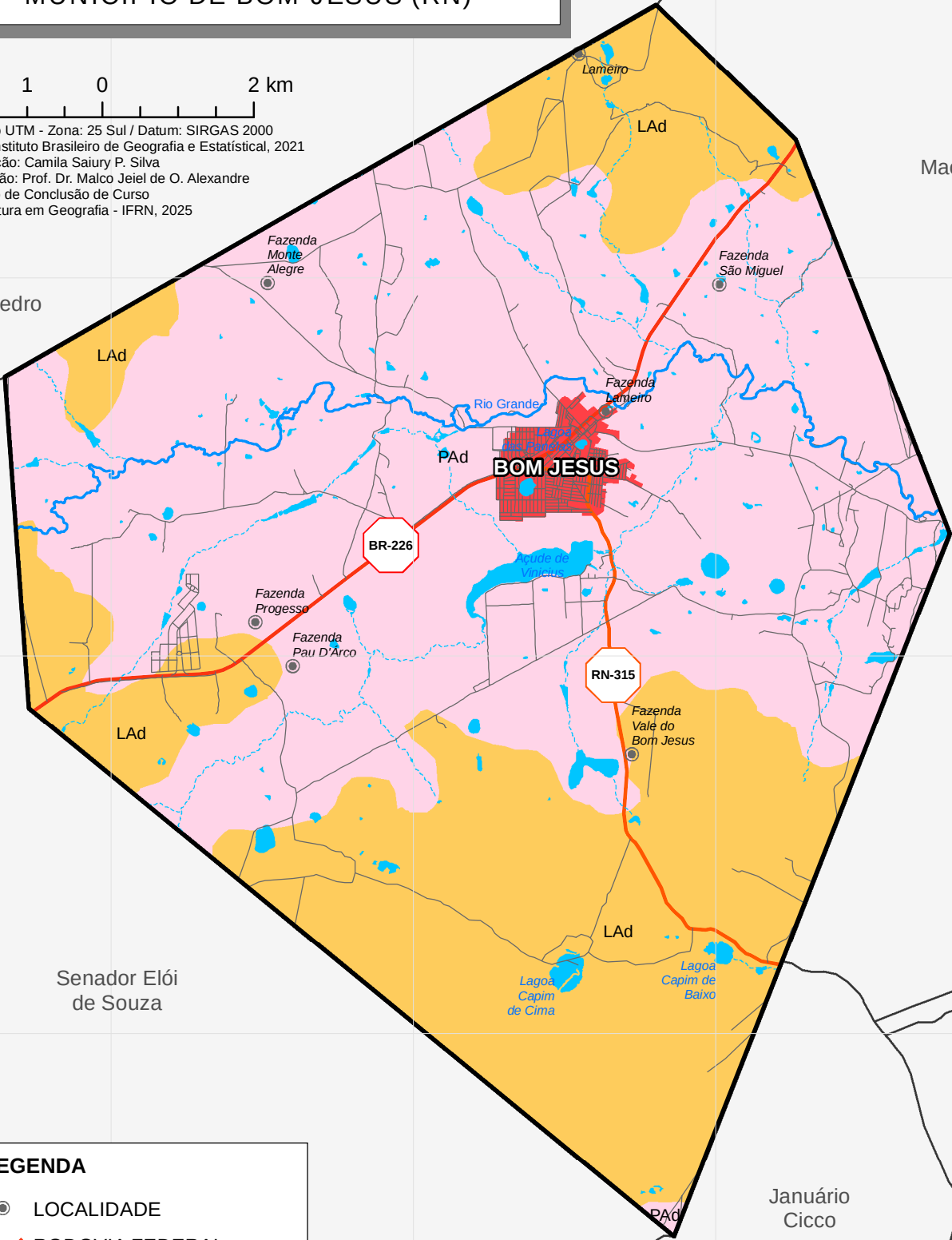


2 1 0 2 km

Projeção UTM - Zona: 25 Sul / Datum: SIRGAS 2000
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021
Elaboração: Camila Saiury P. Silva
Orientação: Prof. Dr. Malco Jeiel de O. Alexandre
Trabalho de Conclusão de Curso
Licenciatura em Geografia - IFRN, 2025

São Pedro

Macaíba



LEGENDA

- LOCALIDADE
- RODOVIA FEDERAL
- RODOVIA ESTADUAL
- ACESSO EXISTENTE
- RIO GRANDE
- REDE DE DRENAGEM
- CORPO D'ÁGUA
- ÁREA URBANIZADA
- MUNICÍPIO DE BOM JESUS
- LIMITE MUNICIPAL

TIPO DE SOLO

ARGISSOLOS

PAAd - ARGISSOLO AMARELO DISTRÓFICO

LATOSSOLOS

LAd - LATOSSOLO AMARELO DISTRÓFICO

MAPA PEDOLÓGICO DO
MUNICÍPIO DE BOM JESUS (RN)



2 1 0 2 km

Projeção UTM - Zona: 25 Sul / Datum: SIRGAS 2000
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021
Elaboração: Camila Saiury P. Silva
Orientação: Prof. Dr. Malco Jeiel de O. Alexandre
Trabalho de Conclusão de Curso
Licenciatura em Geografia - IFRN, 2025

São Pedro

Macaíba

Senador Elói
de Souza

Vera Cruz

Monte Alegre

Januário
Cicco

LEGENDA

- LOCALIDADE
- RODOVIA FEDERAL
- RODOVIA ESTADUAL
- ACESSO EXISTENTE
- RIO GRANDE
- REDE DE DRENAGEM
- CORPO D'ÁGUA
- ÁREA URBANIZADA
- MUNICÍPIO DE BOM JESUS
- LIMITE MUNICIPAL

TIPO DE SOLO

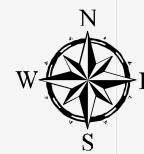
ARGISSOLOS

PAd - ARGISSOLO AMARELO

LATOSSOLO

LAd - LATOSSOLO AMARELO DISTRÓFICO

MAPA GEOMORFOLÓGICO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS (RN)



2 1 0 2 km

Projeção UTM - Zona: 25 Sul / Datum: SIRGAS 2000
Fonte de Dados: Serviço Geológico do Brasil, 2010
Elaboração: Camila Saiury P. Silva
Orientação: Prof. Dr. Malco Jeiel de O. Alexandre
Trabalho de Conclusão de Curso
Licenciatura em Geografia - IFRN, 2025

São Pedro

Macaíba

BOM JESUS

BR-226

RN-315

Senador Elói
de Souza

Vera Cruz

Monte Alegre

Januário
Cicco

LEGENDA

- LOCALIDADE
- RODOVIA FEDERAL
- RODOVIA ESTADUAL
- ACESSO EXISTENTE
- RIO GRANDE
- REDE DE DRENAGEM
- CORPO D'ÁGUA
- ÁREA URBANIZADA
- MUNICÍPIO DE BOM JESUS
- LIMITE MUNICIPAL

RELEVO

- R2a1 – TABULEIROS (Terras altas e planas)
- R3a2 – SUPERFÍCIES APLAINADAS RETOCADAS OU DEGRADADAS (Terras mais baixas e onduladas)

MAPA GEOMORFOLÓGICO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS (RN)



2 1 0 2 km

Projeção UTM - Zona: 25 Sul / Datum: SIRGAS 2000
Fonte de Dados: Serviço Geológico do Brasil, 2010
Elaboração: Camila Saiury P. Silva
Orientação: Prof. Dr. Malco Jeiel de O. Alexandre
Trabalho de Conclusão de Curso
Licenciatura em Geografia - IFRN, 2025

São Pedro

Macaíba

BOM JESUS

BR-226

RN-315

Senador Elói
de Souza

Vera Cruz

Monte Alegre

Januário
Cicco

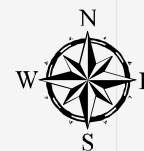
LEGENDA

- LOCALIDADE
- ≡ RODOVIA FEDERAL
- ≡ RODOVIA ESTADUAL
- ≡ ACESSO EXISTENTE
- ~ RIO GRANDE
- ~ REDE DE DRENAGEM
- ☞ CORPO D'ÁGUA
- ☞ ÁREA URBANIZADA
- ▭ MUNICÍPIO DE BOM JESUS
- ▭ LIMITE MUNICIPAL

RELEVO

- R2a1 – TABULEIROS (Terras altas e planas)
- R3a2 – SUPERFÍCIES APLAINADAS RETOCADAS OU DEGRADADAS (Terras mais baixas e onduladas)

MAPA HIPSOMÉTRICO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS (RN)



2 1 0 2 km

Projeção UTM - Zona: 25 Sul / Datum: SIRGAS 2000
Fonte de Dados: Imagem SRTM TOPODATA - INPE, 2008
Elaboração: Camila Saiury P. Silva
Orientação: Prof. Dr. Malco Jeiel de O. Alexandre
Trabalho de Conclusão de Curso
Licenciatura em Geografia - IFRN, 2025

Macaíba

São Pedro

100 m

125 m

125 m

125 m

125 m

75 m

75 m

125 m

75 m

100 m

100 m

125 m

Senador Elói
de Souza

BOM JESUS

BR-226

RN-315

100 m

100 m

125 m

150 m

150 m

125 m

Januário
Cicco

Vera Cruz

Monte Alegre

LEGENDA

- LOCALIDADE
- RODOVIA FEDERAL
- RODOVIA ESTADUAL
- RIO GRANDE
- REDE DE DRENAGEM
- CORPO D'ÁGUA
- ÁREA URBANIZADA
- MUNICÍPIO DE BOM JESUS
- LIMITE MUNICIPAL

- CURVA DE NÍVEL MESTRA
- CURVA DE NÍVEL INTERMEDIÁRIA

ALTITUDE (m)

170 - 180	130 - 140	90 - 100
160 - 170	120 - 130	80 - 90
150 - 160	110 - 120	70 - 80
140 - 150	100 - 110	62 - 70

MAPA HIPSOMÉTRICO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS (RN)



2 1 0 2 km

Projeção UTM - Zona: 25 Sul / Datum: SIRGAS 2000
Fonte de Dados: Imagem SRTM TOPODATA - INPE, 2008
Elaboração: Camila Saiury P. Silva
Orientação: Prof. Dr. Malco Jeiel de O. Alexandre
Trabalho de Conclusão de Curso
Licenciatura em Geografia - IFRN, 2025

São Pedro

Macaíba

Senador Elói
de Souza

Vera Cruz

Monte Alegre

Januário
Cicco

LEGENDA

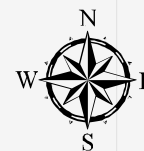
- LOCALIDADE
- RODOVIA FEDERAL
- RODOVIA ESTADUAL
- RIO GRANDE
- REDE DE DRENAGEM
- CORPO D'ÁGUA
- ÁREA URBANIZADA
- MUNICÍPIO DE BOM JESUS
- LIMITE MUNICIPAL

- CURVA DE NÍVEL MESTRA
- CURVA DE NÍVEL INTERMEDIÁRIA

ALTITUDE (m)

170 - 180	130 - 140	90 - 100
160 - 170	120 - 130	80 - 90
150 - 160	110 - 120	70 - 80
140 - 150	100 - 110	62 - 70

BACIAS HIDROGRÁFICAS DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS (RN)



2 1 0 2 km

Projeção UTM - Zona: 25 Sul / Datum: SIRGAS 2000
Fonte de Dados: Instituto de Gestão das Águas do
Rio Grande do Norte, 2009
Elaboração: Camila Saiury P. Silva
Orientação: Prof. Dr. Malco Jeiel de O. Alexandre
Trabalho de Conclusão de Curso
Licenciatura em Geografia - IFRN, 2025

São Pedro

Macaíba

BOM JESUS

BR-226

RN-315

Senador Elói
de Souza

120,46 km² (98,59%)

1,72 km² (1,41%)

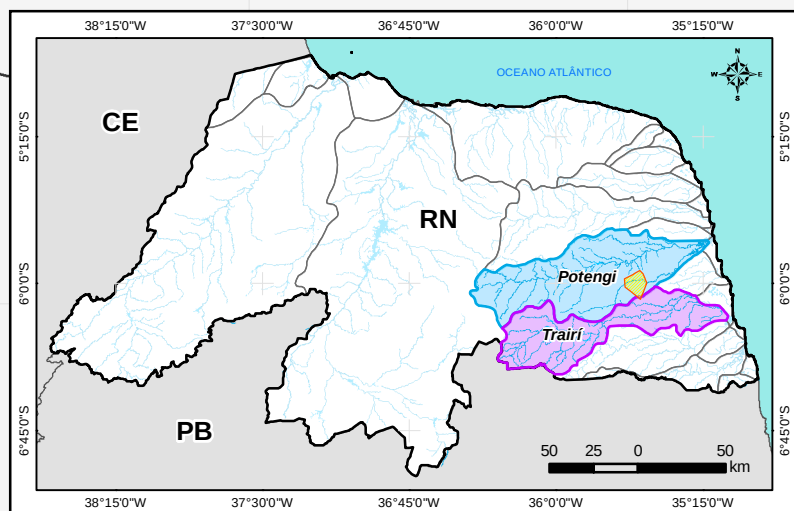
Vera Cruz

Monte Alegre

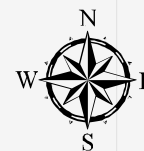
Januário
Cicco

LEGENDA

- LOCALIDADE
 - RODOVIA FEDERAL
 - RODOVIA ESTADUAL
 - ACESSO EXISTENTE
 - RIO
 - REDE DE DRENAGEM
 - CORPO D'ÁGUA
 - ÁREA URBANIZADA
 - LIMITE MUNICIPAL
- BACIA HIDROGRÁFICA**
- POTENGI
 - TRAIRÍ



BACIAS HIDROGRÁFICAS DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS (RN)



2 1 0 2 km

Projeção UTM - Zona: 25 Sul / Datum: SIRGAS 2000
Fonte de Dados: Instituto de Gestão das Águas do
Rio Grande do Norte, 2009
Elaboração: Camila Saiury P. Silva
Orientação: Prof. Dr. Malco Jeiel de O. Alexandre
Trabalho de Conclusão de Curso
Licenciatura em Geografia - IFRN, 2025

São Pedro

Macaíba

BOM JESUS

BR-226

RN-315

Senador Elói
de Souza

120,46 km² (98,59%)

1,72 km² (1,41%)

Vera Cruz

Monte Alegre

Januário
Cicco

LEGENDA

- LOCALIDADE
- RODOVIA FEDERAL
- RODOVIA ESTADUAL
- ACESSO EXISTENTE
- RIO
- REDE DE DRENAGEM
- CORPO D'ÁGUA
- ÁREA URBANIZADA
- LIMITE MUNICIPAL
- BACIA HIDROGRÁFICA**
 - POTENGI
 - TRAIRÍ

